



MONTEMOR O | NOVO câmara municipal

ATUALIZAÇÃO DA CARTA ESTRATÉGICA - ELEMENTOS DE DIAGNÓSTICO

RELATÓRIO DE PROGRESSO



ligados à terra

Gabinete Oliveira das Neves
desde 1993

Outubro de 2015

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO	1
1. TERRITÓRIO - Posicionamento Regional, Desenvolvimento Urbano e Gestão Territorial.....	3
1.1. Posicionamento Regional	3
1.2. Características do Povoamento	8
1.3. Qualificação e Regeneração Urbanas	11
1.4. Ordenamento e Gestão Territoriais.....	19
2. SOCIEDADE - Demografia e Dinâmicas Sociais	23
2.1. Demografia.....	23
2.2. Ação Social e Saúde	31
2.3. Cultura	39
2.4. Educação, Formação e Juventude	44
3. ECONOMIA - Especialização e Desenvolvimento	53
3.1. Especialização Económica e do Emprego	53
3.2. Estrutura económico-empresarial e infraestruturas de suporte	59
3.3. Agricultura, Floresta e Desenvolvimento Rural	70
3.4. Património e Turismo	86
4. VISÃO DE SÍNTESE.....	97

ANEXOS

Anexo A. Reuniões de trabalho com Entidades Locais

Anexo B. Necessidades de Formação

Anexo C. Demografia

Anexo D. Indicadores de Estrutura Empresarial e Emprego

Anexo E. Agricultura e Desenvolvimento Rural

Anexo F. Turismo e Património

APRESENTAÇÃO

A fundamentação de intervenções sobre os territórios, na perspetiva de potenciar a sua competitividade territorial económica e social, constitui um permanente desafio para os Municípios enquanto suporte de interesses, de investimentos e de visões projetadas para o futuro.

Ainda que, no contexto atual, exista uma sobredeterminação da programação de intervenções e investimentos subordinada à mobilização de recursos de financiamento, importa desenvolver abordagens de planeamento com condições para responder, com valor acrescentado, ao desafio identificado procurando envolver os múltiplos atores na construção de respostas ao mesmo.

A Equipa Técnica responsável pela Elaboração da Carta Estratégica estruturou um modelo de trabalho que tem incorporado preocupações de articulação do planeamento estratégico com outras componentes da intervenção territorial e tem valorizado formas de participação pública, procurando construir gradualmente resultados que possam ser diretamente apropriados pela gestão municipal e pelos diversos atores intervenientes, portadores de recursos e de iniciativas no território de Montemor-o-Novo.

A 1ª Etapa dos trabalhos de Elaboração da Carta Estratégica Montemor-o-Novo 2025, compreendeu as seguintes principais atividades técnicas:

- Recolha e processamento de informação documental e estatística, destinada a organizar elementos-chave de Diagnóstico a nível do Concelho e da sua integração (supra-local, regional e nacional, sobretudo) procurando reunir dados atualizados em diferentes domínios setoriais. A publicação recente (Dezembro de 2015) do *Anuário Estatístico do Alentejo*, referente a 2013, permite uma atualização maior da informação estatística tendo implicado a revisão da versão preliminar do Diagnóstico.
- Realização de um conjunto alargado de entrevistas e reuniões de trabalho com responsáveis municipais (técnicos e autarcas), empresas e outros agentes económicos, agentes culturais, escolas, IPSS's, associações empresariais e de desenvolvimento, ... (cf. *Anexo A*).

Nestas reuniões os participantes contribuíram com elementos para aprofundar o conhecimento do Concelho na ótica da identificação dos principais Pontos fortes, Pontos fracos, Ameaças e Oportunidades, mas também de Desafios e perspetivas de intervenção futura.

- Organização de sessões de “Focus-group” nos domínios da *Cultura e Património, Saúde e Ação Social* e da *Educação/Formação, Juventude e Desporto*, com a participação de “stakeholders” que contribuíram para aprofundar conhecimento sobre os recursos, atividades e projetos nestes importantes setores de atividade e vida do Concelho.

- Realização de um Inquérito aos Estabelecimentos empresariais de Montemor-o-Novo, de aplicação presencial, organizado em torno dos seguintes campos de inquirição: Identificação da Empresa; Situação económica e social atual; e Perspetivas futuras para 2025; a este Inquérito responderam 140 Empresas.
- Realização de um Workshop que reuniu cerca de duas dezenas e meia de pessoas para refletir sobre as perspetivas e desafios do desenvolvimento futuro do Concelho. Este Workshop apresentou os resultados de Avaliação da Carta Estratégica e também os resultados dos processos de inquirição desenvolvidos junto das Empresas do Concelho.
- Processamento de resultados do Inquérito às Juntas de Freguesia, no âmbito da Revisão do PDM realizado no 2º semestre de 2015.
- Realização de reuniões com deputados municipais das diversas forças políticas representadas na Assembleia Municipal.

A primeira versão deste Relatório de Diagnóstico foi objeto de apreciação técnica por parte do Grupo de Trabalho interno à Câmara Municipal, tendo os comentários ao mesmo sido integrados pela Equipa Técnica da Carta Estratégica.

O Relatório de Diagnóstico de suporte à **Carta Estratégica de Montemor-o-Novo 2025**, encontra-se organizado em quatro secções adiante caracterizadas:

- ✓ *TERRITÓRIO - Posicionamento Regional, Desenvolvimento Urbano e Gestão Territorial.* Esta Secção compreende uma breve síntese dos principais elementos de integração regional; estruturação do modelo de povoamento e das funções urbanas; e ordenamento e gestão do território.
- ✓ *SOCIEDADE - Demografia e Dinâmicas Sociais.* Esta Secção compreende uma breve síntese das principais tendências recentes de evolução dos recursos humanos; e das capacidades e dinâmicas da intervenção social, da cultura e da educação, formação e juventude.
- ✓ *ECONOMIA - Especialização e Desenvolvimento.* Esta Secção compreende uma sistematização dos principais traços de caracterização do tecido empresarial e empregador do Concelho, bem como dos recursos, das dinâmicas e das condicionantes dos principais sectores de atividade económica.
- ✓ *ELEMENTOS PARA UMA VISÃO COMPREENSIVA.* Esta Secção corresponde à sistematização da Análise SWOT que sinaliza uma identificação preliminar de questões-chave a contemplar no exercício de prospetiva (cenação e identificação de eixos estruturantes de desenvolvimento).

Os Anexos (A a F) apresentam informação recolhida e processada de suporte às diversas Secções, sobretudo, de natureza estatística.

1. TERRITÓRIO - Posicionamento Regional, Desenvolvimento Urbano e Gestão Territorial

1.1. Posicionamento Regional

O Concelho de Montemor-o-Novo localiza-se no Alentejo Central, no eixo definido pelo IP 7, que estabelece a ligação de Lisboa (da qual dista cerca de 100 Km, para Este) a Évora, Badajoz e Madrid.

Estas características locativas, sobretudo, derivadas da acessibilidade a Lisboa e inserção num importante corredor transversal conferem a Montemor-o-Novo alguma diferenciação mas que tardam em afirmar-se territorialmente, pelas dificuldades de atração de investimento.

O Plano Regional de Ordenamento do Território da Região Alentejo considera o sistema urbano como o principal fator de organização territorial e de sustentação da coesão territorial na Região, estruturando-o em torno de três elementos que ajudam a traçar o posicionamento de Montemor-o-Novo, o papel e funções que deverá assumir e desenvolver:

- (a) Conjunto de corredores e polaridades regionais** - desenvolvendo posicionamentos competitivos diferenciados e capazes de constituir uma malha urbana comunicante e difusora de desenvolvimento.

Neste contexto, Montemor-o-Novo insere-se no principal corredor de ligação entre Lisboa e Madrid (Lisboa - Vendas Novas - Montemor-o-Novo - Évora - Estremoz - Elvas - Badajoz).

“O potencial demográfico e económico relativo deste eixo, a importância da oferta formativa cultural e de investigação e a concentração de atividades industriais e da logística deverão ser consolidados de forma complementar entre os centros urbanos, no sentido de fortalecer o papel deste corredor no desenvolvimento regional”.

A participação de Montemor-o-Novo na Rede Urbana para a Competitividade e Inovação - Corredor Azul, procurou contribuir de forma estratégica para uma melhor inserção neste eixo.

- (b) Sistema urbano regional policêntrico** - assente numa estrutura urbana organizada em torno de três tipos de centros: (i) Centros Urbanos Regionais; (ii) Centros Urbanos Estruturantes; e (iii) Centros Urbanos Complementares.

A Cidade de Montemor-o-Novo, desenvolvendo um leque de funções razoavelmente diversificado e especializado, é classificada como Centro Urbano Estruturante. Segundo o PROT, estes centros, no seu contributo para o policentrismo e a estruturação do território regional, devem procurar:

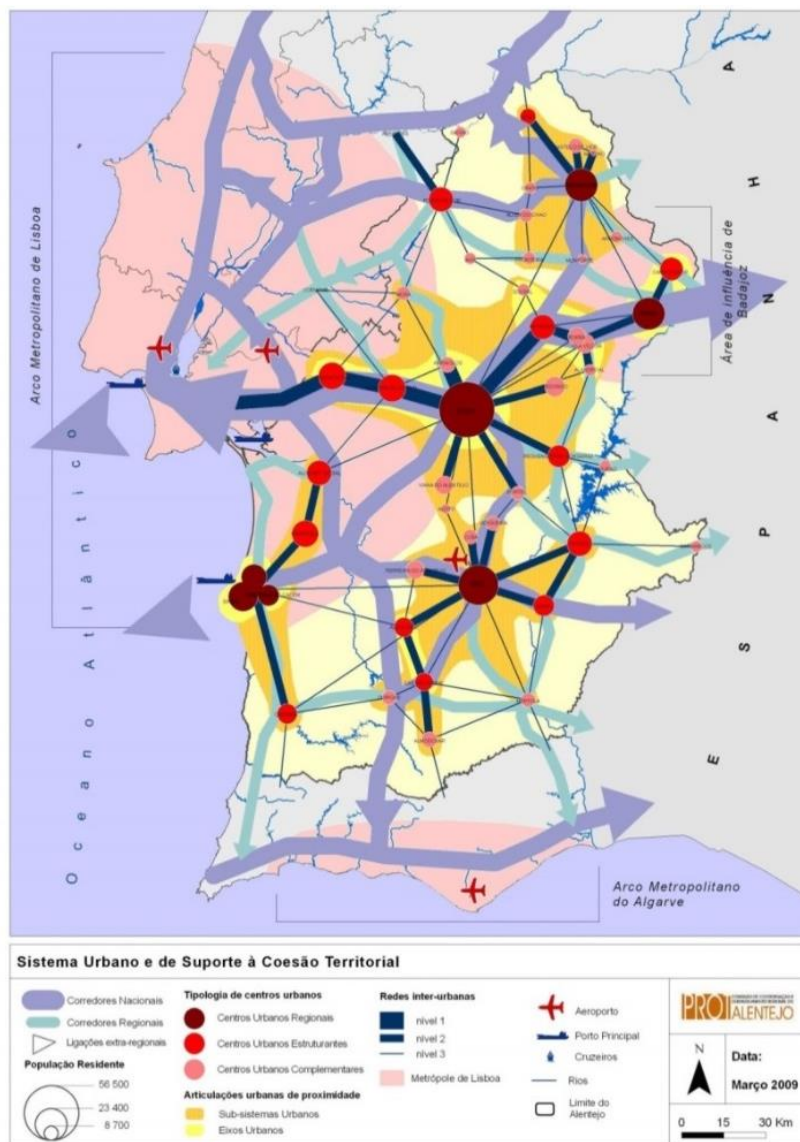
- afirmar-se enquanto nós estruturantes do sistema urbano regional;

- desenvolver redes de forte articulação com os centros urbanos regionais e os centros urbanos complementares, consolidando subsistemas urbanos;
- desempenhar funções de articulação supramunicipal e construir e dinamizar redes urbanas potenciadoras de coesão e competitividade territorial;
- cooperar na promoção conjunta de um espaço socioeconómico territorialmente articulado e que ofereça uma coesão produtiva e/ou sociocultural;
- afirmar redes multifuncionais e redes temáticas, eventualmente em complementaridade com os centros urbanos regionais, em que a proximidade ou a contiguidade urbana não são requisitos necessários;
- fomentar o inter-relacionamento institucional, com a participação dos diferentes agentes sociais e económicos, públicos e privados.

Estas são as funções que Montemor-o-Novo deverá desempenhar no âmbito do sistema urbano regional, para além daquelas que, como centro concelhio, tem vindo a desenvolver no quadro da afirmação das relações urbano-rurais e de sustentação do território de baixa densidade em que se insere:

- afirmar-se enquanto nó de estruturação e amarração local e de articulação com o sistema urbano regional;
- assegurar sustentação sócio rural para os territórios de baixa densidade;
- afirmar-se enquanto espaço de cidadania, de valorização de recursos e de quadros de vida significativos para o desenvolvimento local.

PROT Alentejo - Sistema Urbano e de Suporte à Coesão Territorial



Fonte: PROT Alentejo.

(c) **Subsistemas Urbanos sub-regionais** - Dando coerência ao sistema urbano policêntrico e articulando-o com os corredores e polaridades regionais. Neste âmbito, a Cidade de Montemor-o-Novo insere-se no subsistema urbano do Alentejo Central devendo ser garantida:

- a valorização de recursos, de residência e de quadros de vida, e como referencial de desenvolvimento urbano-rural;
- a distribuição de serviços e uma oferta de equipamentos que promovam a polivalência e a complementaridade funcional, bem como a equidade territorial;
- a fixação de alguns serviços públicos de nível supramunicipal segundo uma lógica de concertação interurbana, sobretudo nos territórios de baixa densidade demográfica;

- o desenvolvimento de um leque de serviços necessários e fundamentais para a qualidade de vida dos residentes e para a sustentabilidade territorial dos territórios de baixa densidade;
- uma oferta de serviços com qualidade capaz de satisfazer as necessidades da população.

Segundo o PROT, “O subsistema urbano do Alentejo Central evidencia uma forte amarração, estruturada por Évora e ainda por Vendas Novas, Montemor-o-Novo, Estremoz e Reguengos de Monsaraz. O corredor urbano-logístico desenhado por Lisboa, Vendas Novas, Montemor-o-Novo, Évora, Estremoz, Elvas e Badajoz revela-se na atratividade empresarial e residencial deste eixo, proporcionada pelas infraestruturas de acessibilidade, logística e de conhecimento existentes (...).

No que se refere à coesão social, a estrutura urbana e de equipamentos existente garante uma qualidade de serviços e a equidade territorial no acesso ao comércio e serviços”.

Ainda segundo o PROT, a qualidade patrimonial e cultural, com destaque para Évora, Elvas, Estremoz, Montemor-o-Novo, Arraiolos e Vila Viçosa, reforça a identidade e a qualidade da paisagem urbana desta sub-região.

Neste enquadramento, a Cidade de Montemor-o-Novo deve cumprir um conjunto de papéis e funções em diferentes contextos territoriais que importa garantir e conciliar. Fácil será constatar que as de carácter municipal e de amarração à área rural envolvente têm vindo a ser desempenhadas com sucesso reconhecido. No que respeita ao desenvolvimento de funções mais especializadas e de âmbito territorial mais alargado, a dificuldade tem sido maior, preocupação que deverá estar presente na delimitação da Carta Estratégica para o Concelho.

A participação e o sucesso de programas como o do Corredor Azul, a Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial para o Alentejo Central e ITI do Alentejo Central, ou os instrumentos DLBC das ADL Monte e Terras Dentro, afiguram-se fulcrais. No entanto, não devem inibir o desenvolvimento de uma atitude ativa individual do Concelho orientada para concretizar esse desiderato.

Em termos do Modelo Territorial do PROT Alentejo, afigura-se haver vantagem na articulação das estratégias e políticas de desenvolvimento urbano com as vizinhas cidades de Évora e Vendas Novas.

No que respeita ao modelo urbano, o PROT estabelece uma opção clara pela “edificabilidade nos aglomerados urbanos e o desenvolvimento urbano compacto, funcional e economicamente diversificado, que evita expansões urbanas indiscriminadas e consumo de solo e de recursos naturais, no sentido da preservação da paisagem urbana do Alentejo”.

Esta orientação aponta para uma estratégia de povoamento que privilegie o investimento urbano na Cidade e nos aglomerados de maior dimensão e densidade no espaço rural, um modelo territorial que deveria ser consagrado no âmbito da Revisão do PDM.

O Modelo Territorial do PROT refere ainda a importância da riqueza patrimonial de alguns centros urbanos do Alentejo criadora de uma “imagem e uma paisagem urbana singulares” e da valorização que neste campo tem sido levada a cabo por alguns centros urbanos, com referência expressa, entre outros a Montemor-o-Novo, com contribuição decisiva para a consolidação do Modelo Territorial da Região.

A *Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial para o Alentejo Central* (EIDT-AC), desenvolvida pela Comunidade Intermunicipal, no âmbito da preparação dos investimentos a realizar enquadrados pelo Portugal 2020, considera o eixo urbano central (Vendas Novas - Elvas) como uma das três áreas de relevância regional as quais, atendendo ao seu potencial económico, devem ser alvo de uma focalização do investimento público e apoio privado através da implementação de instrumentos de base territorial.

A EIDT-AC determina cinco domínios de **intervenção estratégica** entre os quais a “Organização e Qualificação do Território - implementar uma organização territorial eficiente, suporte do desenvolvimento, garante de equidade e fator de sustentabilidade”.

Neste contexto, refere-se que “as intervenções integradas de regeneração, reabilitação ou qualificação urbanas constituem, formas de intervenção privilegiadas nos centros urbanos, nomeadamente dos seus centros históricos, numa perspetiva de dar corpo a opções de desenvolvimento urbano sustentável, com intervenções no domínio da qualificação do edificado e do espaço urbano, da introdução de maior eficiência energética em contexto habitacional, de edifícios e espaços públicos, de promoção e valorização das estruturas ecológicas urbanas”.

Neste domínio de **intervenção estratégica**, são estabelecidos dois objetivos específicos que enquadram o investimento em centros urbanos nas condições de Montemor-o-Novo:

- ✓ C-OE-1. Qualificar os centros urbanos estruturantes da rede urbana sub-regional, numa perspetiva de competitividade e inovação regional e de promoção de estruturas urbanas sustentáveis e de baixo carbono.
- ✓ C-OE-2. Apostar, numa lógica de equilíbrio territorial, nos elementos decisivos de competitividade territorial oferecidos pela cidade de Évora e pelo Corredor Central, como elementos decisivos da atratividade, afirmação e projeção do Alentejo Central.

A classificação da Cidade de Montemor-o-Novo como Centro Urbano Estruturante no Sistema Urbano Regional e a sua inserção no corredor de ligação Lisboa-Madrid e no subsistema urbano do Alentejo Central, deverá implicar cumprir um conjunto de papéis e funções de âmbito territorial diferenciado mas

complementar, permitindo ampliar o papel que nas últimas décadas tem vindo a desenvolver: funções de centro de estruturação do espaço rural envolvente, à escala municipal.

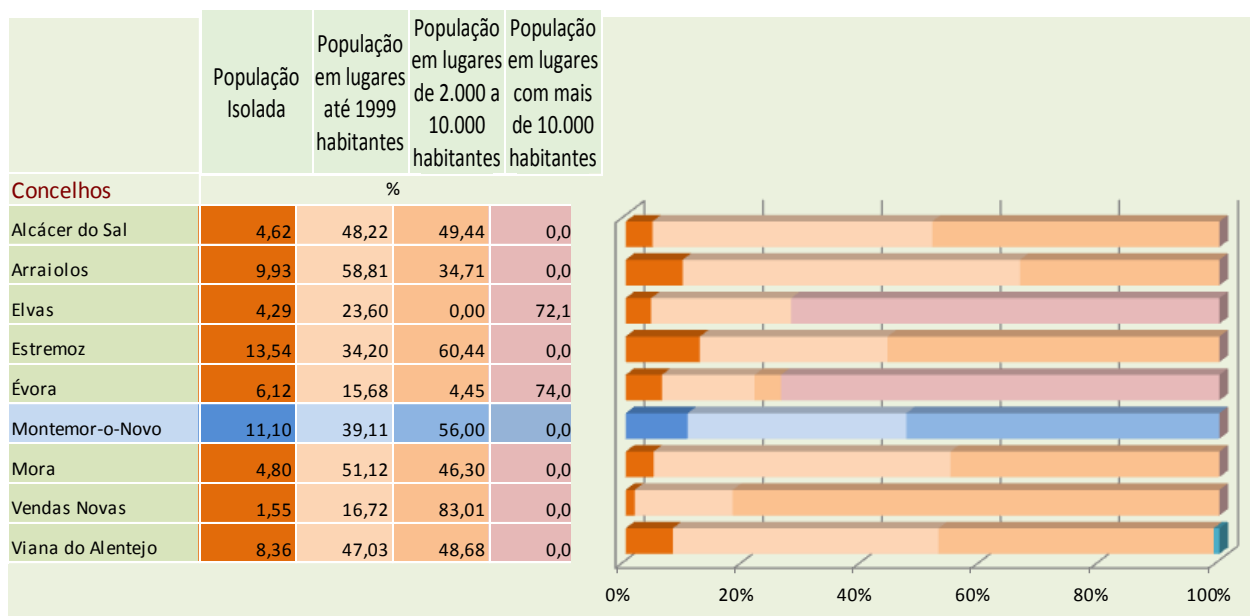
O desafio para os próximos anos, que a gestão municipal já começou a encarar mas que é necessário intensificar, consiste no alargamento da resposta do centro urbano a funções de carácter mais especializado, de âmbito territorial mais alargado, nomeadamente a afirmação enquanto nó estruturante do sistema urbano regional e a participação em redes potenciadoras de inovação e desenvolvimento à escala regional, capazes de conduzir a cidade a um nível superior de importância na rede urbana nacional e de garantia da sua sustentabilidade.

1.2. Características do Povoamento

A existência de uma dimensão apreciável do povoamento disperso de muito baixa densidade, constitui uma das características marcantes de Montemor-o-Novo com forte impacto nos níveis de desenvolvimento económico e social da sua população. Embora este fenómeno seja progressivamente menos intenso, dada a tendência para a concentração populacional nos centros de maior dimensão observada nas últimas décadas, a população isolada continua a ter uma incidência expressiva no Concelho (11,1%) superior à verificada no Alentejo Central (7%).

Este valor só é ultrapassado, no conjunto dos concelhos do Corredor Central do Alentejo, por Estremoz, que possui, aliás, um padrão de povoamento semelhante a Montemor-o-Novo.

Quadro 1. Padrão do povoamento, nos concelhos do Corredor Central (2011)



*População residente por escalão de dimensão do lugar de residência.

Fonte: INE: *Recenseamento Geral da População, 2011.*

A forte componente da população isolada é parcialmente responsável pela manutenção de estruturas demográficas e socioeconómicas mais débeis que a envolvente regional.

O modelo urbano do PROT propõe uma clara opção pelo desenvolvimento concentrado da edificação, permitindo minimizar os custos da ocupação dispersa e acrescer o investimento no desenvolvimento urbano.

Esta característica, mais resiliente que noutros concelhos alentejanos, é responsável pela dificuldade de atingir no Concelho melhores níveis de desenvolvimento demográfico, socio - económico e de condições de vida da população. O povoamento de Montemor-o-Novo possui características marcantes:

- densidade populacional (14 hab./Km²) muito inferior à média regional (24 hab./Km²) e sub-regional (23 hab./Km²);
- importância relativa da população a viver em lugares até 2000 habitantes (39%), superior à verificada na generalidade do Alentejo Central (35%), atestando o carácter muito rural do povoamento de Montemor-o-Novo apesar da presença da Cidade; e
- peso da sede de Concelho no conjunto da população residente (56%) inferior a Vendas Novas (83%), Évora (74%), Elvas (72%) e Estremoz (60%), mostrando que em Montemor-o-Novo há ainda alguma capacidade de crescimento da Cidade em função da área rural envolvente.

A extensão do Concelho e as dinâmicas de povoamento e de atividade económica nas freguesias rurais estabelecem um conjunto de relações territoriais complexas com implicações para o desenvolvimento e a equidade territorial, mas também para as necessidades de intervenção, sendo de destacar:

- desertificação física e humana do território com declínio das formas de ocupação em extensas áreas do território;
- degradação do edificado das aldeias e dos pequenos aglomerados fruto, sobretudo, da não utilização das habitações (parte das quais tem uso apenas sazonal) e da incapacidade financeira e/ou desinteresse na reabilitação por parte dos proprietários;
- reduzida ocupação dos ativos residentes concentrada em atividades de apoio social, em IPSS e outras associações locais e em ocupações sazonais agrícolas e florestais de baixa intensidade de utilização de mão-de-obra;
- desgaste do pavimento das estradas municipais parte das quais em mau estado e com necessidades de conservação;
- relevância do papel das juntas de freguesia na organização do transporte dos alunos residentes fora dos perímetros urbanos para as paragens do transporte público e também no transporte de idosos para acederem aos serviços de saúde.

Nas deslocações dos residentes no Concelho salientam-se as que têm motivação no acesso ao trabalho (20,8%).

Quadro 2. População residente em Montemor-o-Novo, que vive no alojamento a maior parte do ano, por Local de trabalho ou estudo (2011)

Local	Empregada		Estudante	
	Nº	%	Nº	%
Total	6.663	100,0	2.512	100,0
Município de residência	5.276	79,2	2.153	85,7
Noutro município	1.387	20,8	359	14,3
Na freguesia onde reside	3.339	50,1	1.369	54,5
Noutra freguesia do município onde reside	1.937	29,1	784	31,2

Fonte: INE, Recenseamento da População e Habitação 2011.

As deslocações ocorrem, predominantemente em direção a Évora e a Vendas Novas sendo residuais as restantes, mesmo para Lisboa pese a proximidade relativa e a existência de oferta satisfatória de transporte público.

Quadro 3. População residente em Montemor-o-Novo, que vive no alojamento a maior parte do ano, por Local de trabalho ou estudo fora do Concelho (2011)

Local	Empregada		Estudante	
	Nº	%	Nº	%
Noutro município	1.387	100,0	359	100,0
Évora	576	41,5	224	62,4
Vendas Novas	308	22,2	58	16,2
Lisboa	88	6,3	38	10,6
Coruche	57	4,1	8	2,2
Arraiolos	54	3,9	2	0,6
Setúbal	37	2,7	2	0,6
Alcácer do Sal	31	2,2	1	0,3
Restantes Municípios	236	17,0	26	7,2

Fonte: INE, Recenseamento da População e Habitação 2011.

Os movimentos pendulares tendem a traduzir relações económicas (trabalho, acesso a comércio e serviços, ...) e de acesso a equipamentos escolares e de saúde que valorizam a proximidade em contextos de oferta problemática de transporte público. Num mosaico territorial extenso e de distâncias acentuadas (físicas e de tempo de deslocação) à Cidade sede de Concelho, os dados empíricos apontam para deslocações-tipo com os seguintes padrões:

- Silveiras e Cabrela - Vendas Novas;
- São Cristóvão - Viana do Alentejo;
- Santiago Escoural - Évora;
- Ciborro - Mora;
- Cortiçadas de Lavre e Lavre - Coruche.

1.3. Qualificação e Regeneração Urbanas

No passado recente, designadamente no período de programação dos fundos comunitários 2007-2013, destacam-se como principais investimentos realizados neste domínio no Concelho, os seguintes:

- **A reabilitação e regeneração da área de génese mais antiga da cidade de Montemor-o-Novo.** A Câmara Municipal de Montemor-o-Novo tem prosseguido uma política de reabilitação urbana centrada no Centro Histórico da Cidade. Para o efeito munuiu-se de um Plano de Salvaguarda que, embora não aprovado legalmente, tem orientado a intervenção na área do Castelo e núcleo histórico. No período entre 2007-2014, foi implementado o Programa de Ação Integrado de Valorização do Castelo, do Centro Histórico e da Cidade de Montemor-o-Novo, denominado *montemor, pedra a pedra*, no âmbito do instrumento da política de cidades POLIS XXI cofinanciado pelo PO Regional (INAlentejo) - Parcerias para a Regeneração Urbana (PRU). O Programa constituiu a intervenção mais relevante no passado recente neste domínio, permitindo a concretização de um conjunto de projetos preconizados em instrumentos de planeamento elaborados anteriormente como o Programa de Recuperação e Revitalização do Castelo (1997), o Plano de Salvaguarda do Centro Histórico (2000) e a Carta Estratégica de Montemor-o-Novo (2007).

Os principais resultados verificaram-se ao nível da qualificação do Espaço Público e Ambiente Urbano incluindo a renovação e infraestruturas, da valorização do património e da dinamização cultural. O Programa permitiu ainda melhorar a sinalética informativa, qualificar as instalações da Associação Protetora do Abrigo dos Velhos Trabalhadores e restaurar a Igreja de Nossa Senhora da Luz.

Operações apoiadas - Montemor - pedra a pedra



Fonte: Brochura de divulgação do projeto, Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, 2014.

- **A promoção do acesso à habitação**, incluindo a promoção direta de habitação social, a participação em programas nacionais de recuperação do parque habitacional, a cooperação com as cooperativas de habitação e a atribuição de apoios à recuperação de habitação degradada. Entre 1990 e 1997, com o apoio do Estado, através do Programa RECRUA, foram intervencionadas na Cidade 38 habitações que implicaram um esforço significativo do erário Municipal. Também foram criados e implementados programas municipais como o Programa Municipal *Casa Nova em Zona Antiga*, com incidência no Centro Histórico e vocacionado para as situações que não encontravam enquadramento no Programa RECRUA, o *Programa Municipal de Apoio à Recuperação de Habitação Degradada, vertente Telhados (PMARHD)* e o Programa *MorSolidário Eixo 5 - Melhoria das Condições de Habitabilidade, que sucedeu ao anterior e se destinou a apoiar os municípios carenciados na recuperação de habitação degradada, própria ou de arrendamento*. Destaque ainda, para a criação e disponibilização de 81 lotes para habitação nas freguesias rurais de Santiago do Escoural, Foros de Vale Figueira, Lavre, Silveiras e S. Cristóvão.
- **A expansão da rede de saneamento básico e abastecimento de água a aglomerados rurais**, o que contribuiu para melhorar os níveis de cobertura e atendimento.

O trabalho de reabilitação e regeneração urbana está, contudo, longe de estar terminado.

O estado de conservação do edificado e as condições de habitabilidade que persistem no núcleo histórico bem como as necessidades de revitalização e regeneração urbana, são de ordem a necessitar de uma continuação do esforço de investimento nesta área, público e privado. A dinâmica demográfica observada nas freguesias urbanas que compõem a Cidade (-0,4% de residentes) resulta de dinâmicas diferenciadas, sendo que o crescimento das áreas de ocupação mais recente não compensou o decréscimo acentuado ocorrido na malha de génese mais antiga. Em 2011, a percentagem de fogos vagos na Cidade era de aproximadamente 10 %, valor que quase duplicava na área correspondente ao Centro Histórico (18%).

O sistema viário da Cidade apresenta alguns problemas com impacto na qualidade de vida e no ambiente urbano que urge resolver, nomeadamente:

- Desqualificação e sobrecarga de tráfego da Av. Gago Coutinho, o principal eixo urbano da Cidade, onde se sobrepõem itinerários rodoviários relevantes, como a EN4 e respetivas interligações com o IC10, a EN253 e a EN114, assumindo-se como a principal ligação Lisboa-Madrid. A ausência de alternativas ao atravessamento da Cidade pelo tráfego não local, coloca problemas de segurança, dificulta a qualificação urbana e funcional deste eixo central e tem impactos negativos ao nível da qualidade do ar do ambiente sonoro.

- Estrutura viária com problemas de coerência e articulação, com maior gravidade na zona de génese mais antiga.
- Presença de diversos obstáculos à mobilidade pedonal (estreitamentos de passeios, descontinuidades de passadeiras, pisos danificados e mobiliário urbano mal localizado) e carência de infraestruturas dedicadas à mobilidade pedonal ou bicicleta com vista à redução dos níveis de trânsito motorizado em lugares estratégicos da Cidade.
- Falta de elementos de acalmia de tráfego nas vias e barreiras de proteção nos principais acessos pedonais, em particular nos locais de circulação de crianças.
- Disfuncionalidade na transição intermodal no terminal rodoviário pelas carências existentes ao nível da acessibilidade, falta de estacionamento ordenado na proximidade, interação desorganizada de diferentes fluxos de mobilidade (transportes coletivos de passageiros, táxis, peões, bicicletas, ...) e falta de segurança do cais de embarque no exterior.
- Ausência de um sistema de transporte público coletivo de passageiros de carreira interna.

Os padrões de deslocação refletem a forte utilização do transporte individual rodoviário no Concelho e a reduzida cota dos modos suaves. De acordo com o Censo de 2011, em Montemor-o-Novo, a esmagadora maioria da população residente trabalha (79%) ou estuda (86%) no Município, utilizando para as suas deslocações em primeiro lugar o automóvel (64%) e em segundo a deslocação a pé (25%), revelando uma tendência de agravamento na primeira escolha nos últimos anos, extensível à Região (em 2001 a deslocação a pé na Região do Alentejo representava 31% do total e atualmente apenas 22%). O transporte coletivo representa apenas 8,7% da repartição modal atual, dos quais 1,4 % são transporte escolar. Esta situação reflete também a debilidade da rede de transportes coletivos (a nível concelhio e intrarregional), que contribui para um aumento do isolamento dos pequenos aglomerados e da população rural.

A taxa de motorização é das mais elevadas da Região (a par de Évora), com 464 veíc./1.000hab., praticamente inalterada desde 2009, sendo apenas ligeiramente inferior à média nacional (473 veíc./1.000hab.). A emissão de gases de efeitos de estufa, (designadamente o indicador de CO₂, APA2009) associados ao setor dos transportes terrestres por habitante é de 2,65 t/hab., um valor inferior à média nacional (5,31 t/hab.), mas ainda assim superior aos restantes centros urbanos estruturantes e regionais da Região (Vendas Novas apresenta 1,9 t/hab. e Évora 1,73 t/hab.).

Neste momento, encontra-se em elaboração o Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável (PAMUS) para a NUT III Alentejo Central que visa a implementação de medidas com impacto esperado na melhoria das condições de mobilidade e na redução das emissões de gases.

No que respeita às condições de habitação, embora tenham melhorado entre 2001 e 2011, como o comprovam a redução da percentagem de pessoas a viver em alojamentos não clássicos (que correspondem, quase sempre, a alojamentos sem as condições mínimas de habitabilidade) e do número de alojamentos sobrelotados, persistem condições deficitárias no Concelho.

O Índice de condições deficitárias de habitação definido no Estudo “Referencial de Coesão Social” com base em dados do Recenseamento da População de 2011, determina para Montemor-o-Novo maior incidência relativa destas condições do que nos concelhos limítrofes mais rurais e mais afastados de Lisboa - Arraiolos (13,1%), Viana do Alentejo (18,3%) e Mora (19,9%). Onde a situação se mostra mais deficitária é na ausência de instalações sanitárias e de banho que atinge 30% dos alojamentos do Concelho, percentagem só ultrapassada na envolvente territorial pelo Concelho de Coruche. Esta situação prende-se principalmente com as características descritas do povoamento onde persistem vastas manchas de habitação em espaços isolados de baixa densidade.

Estes números justificam a necessidade de uma forte intervenção na reabilitação urbana de Montemor-o-Novo, em detrimento da opção pela abertura de novas frentes de urbanização.

A persistência de problemáticas associadas à pobreza, desemprego e exclusão social justifica, também, a promoção de iniciativas que contribuam para o acesso à habitação para a população mais carenciada. A expressão da habitação social no Concelho (6% dos alojamentos) é relativamente reduzida, inferior a Évora (27%), Alcácer do Sal (10%) e Vendas Novas (8%).

A qualificação urbana é referida nas Opções do Plano da Câmara Municipal para 2015 como uma prioridade. Neste contexto é identificada, para além da conclusão do Programa *monte mor pedra a pedra* (entretanto executado), a necessidade de prosseguir com o investimento nos seguintes programas:

1. *Programa de Estudos/Projetos*, visando assegurar uma bolsa de projetos na área da “reabilitação e reconversão urbana espaços verdes, arranjos exteriores, espaços de recreio e adaptação de edifícios e espaços públicos para acessibilidade a mobilidade condicionada”.
2. *Programa de Arranjos Exteriores*, estabelecendo “um plano de qualificação das áreas exteriores, incluindo a intervenção/obra no terreno, com o objetivo de melhorar a imagem urbana do Concelho, viabilizando soluções de qualidade em espaços urbanos humanizados, ambientalmente equilibrados e dotados de equipamentos e programas para a sua animação e uso”.
3. O *Programa de Preservação do Património*, integrando o Programa de Valorização do Castelo e mantendo “a linha de trabalho já definida, que garanta um compromisso formal do Governo para a concretização do projeto do CNAT” de recuperação do Convento de S. Francisco. Para além

disto, está prevista a continuação da aplicação das diretivas do Plano de Salvaguarda e Reabilitação do Centro Histórico bem como a valorização do património histórico-cultural.

4. *O Programa de Reabilitação Urbana*, visando assegurar um conjunto de intervenções que deverão decorrer, entre outras, da priorização de intervenção de acordo com as propostas do Plano de Salvaguarda e Reabilitação do Centro Histórico e das Áreas de Reabilitação Urbana delimitadas.
5. *Os Programas de Iluminação Pública e de Eletrificações*.
6. *Os programas de apoio à recuperação e construção de habitação* que constituem, igualmente uma das prioridades da Câmara no mandato 2013-2017, perceptível através das Opções do Plano para 2015 em que sobressaem três programas específicos:
 - *O Programa de Habitação Municipal* dirigido ao parque habitacional propriedade do Município “quer na perspectiva da regularização contratual, atribuição de habitações disponíveis, quer na beneficiação e manutenção das habitações”;
 - *O Programa de Apoio à Recuperação de Habitação* incidindo no diagnóstico e proposta de intervenção em habitação degradada e devoluta, em áreas delimitadas; e
 - *O Programa de Parcerias para a Promoção de Habitação* visando “estimular detentores de terrenos urbanos em zonas carenciadas e/ou promotores a desenvolver loteamentos em parceria, bem como propor parcerias para a criação de bolsa de habitação social, colmatando as necessidades de habitação já identificadas, se possível associada à recuperação de habitação existente”.

No contexto da estratégia de regeneração urbana para o Centro Histórico da Cidade, a manutenção da função residencial é uma questão vital e o incentivo à reabilitação do parque habitacional, a elevação do padrão qualitativo das condições de habitabilidade, aliadas à revitalização social, constituem preocupações centrais da política municipal.

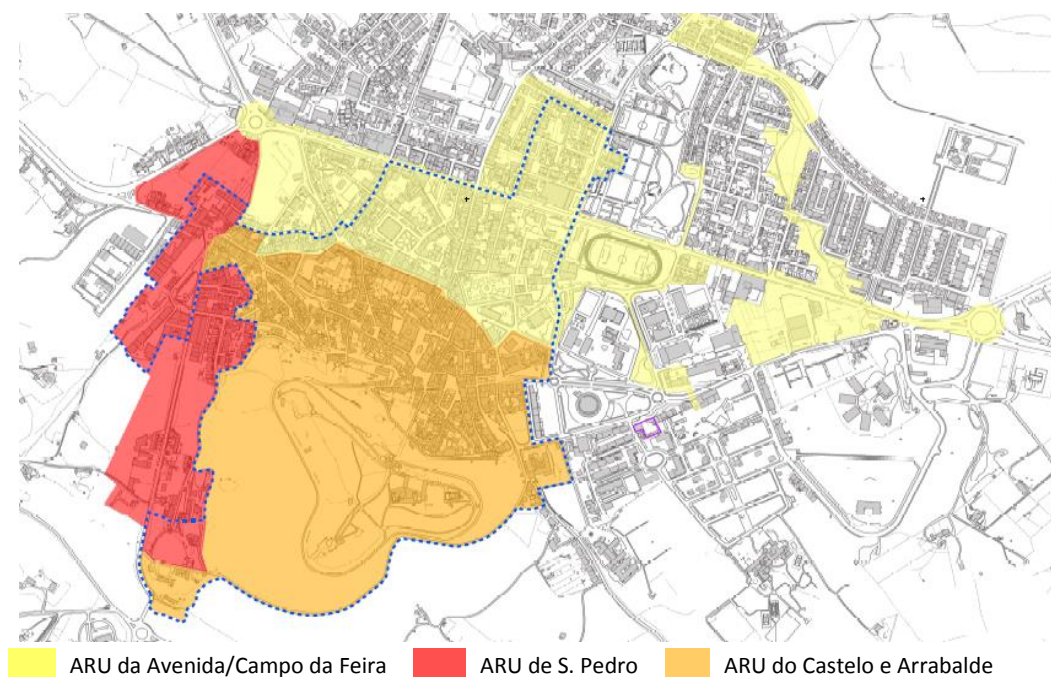
Estes programas, embora possuam uma capacidade de realização limitada pelos fortes condicionalismos de ordem orçamental, constituem uma indicação da importância e do dinamismo que a Câmara Municipal deseja imprimir ao setor, tendo também em conta as dificuldades que a construção civil atravessa no Concelho.

Na sequência da entrada em vigor do Decreto-Lei nº 307/09 de 23 de outubro, alterado pela Lei 32/2012 de 14 de agosto, o Município delimitou as seguintes três *Áreas de Reabilitação Urbana* na Cidade, o que revela o manifesto interesse do município na sua revitalização e regeneração urbanas:

- ✓ **ARU do Castelo e Arrabalde.** Esta ARU compreende a zona do *Castelo* e a malha urbana de expansão até ao século XV, embora por uma questão de coerência do próprio limite, abranja também algumas pequenas manchas de desenvolvimento urbano posterior.
Com a formalização desta ARU, o Município pretende viabilizar a reabilitação articulada de uma área com 48,68 ha, que concentra a maior parte dos imóveis *com Qualidade e com Interesse*, segundo a classificação do *Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização* (Regulamento nº 386/2013), publicado no Diário da República II Série, nº 194 de 8 de outubro de 2013.
- ✓ **ARU de S. Pedro.** Esta ARU corresponde à zona de crescimento num período muito específico da Cidade, quando o tecido urbano se alargou para oeste, na sequência da instalação do terminal ferroviário e atividades industriais e de armazenagem por ele induzidas (hoje abandonadas), incluindo as zonas habitacionais confinantes, como o Bairro de S. Pedro.
A intervenção tem como alvo prioritário a regeneração física, económica e social do património edificado industrial (degradado e/ou obsoleto) e dos espaços públicos, sobretudo, baseada numa componente associativa robusta e de fortes dinâmicas e na promoção do empreendedorismo empresarial.
- ✓ **ARU da Avenida e Antigo Campo da Feira.** A Avenida Gago Coutinho, quer pela sua extensão quer pelo papel agregador, carece de uma ação integradora/qualificadora que fortaleça as valências económicas e a especialização funcional e que promova a qualidade do ambiente urbano. O seu âmbito de incidência estende-se ao centro funcional da Cidade, enquadrado por esta artéria, pela Rua de Aviz, 5 de Outubro e Poço do Passo, incluindo outros espaços públicos adjacentes, nomeadamente os largos do Mercado Municipal e Calouste Gulbenkian.
Do ponto de vista estratégico para o desenvolvimento da Cidade, o ordenamento e a qualificação urbanística e funcional da Av. Gago Coutinho deverão constituir prioridades da Câmara Municipal para os próximos anos.

A Figura seguinte apresenta as três ARU delimitadas.

Áreas de Reabilitação Urbana de Montemor-o-Novo



Fonte: Câmara Municipal de Montemor-o-Novo.

Em termos nacionais, a reabilitação e regeneração urbanas constituem igualmente uma prioridade para os próximos anos, tendo em conta não só a necessidade de recuperação de um parque habitacional degradado e a reabilitação das zonas históricas das cidades, mas também, e talvez principalmente, a possibilidade de desencadear um efeito económico positivo na geração de atividades e de emprego, nomeadamente, no setor da construção civil.

O novo quadro de financiamento estrutural comunitário (Portugal 2020) reflete parcialmente esta prioridade, caso do Programa Operacional Regional do Alentejo para o período 2014 - 2020, que dedica um dos seus Eixos (4) ao Desenvolvimento Urbano Sustentável, enquadrando desta forma o financiamento FEDER para esse objetivo e definindo como os territórios alvo os Centros Urbanos Regionais e os Centros Urbanos Estruturantes classificados no PROT Alentejo, em particular, áreas específicas delimitadas no interior de Áreas de Reabilitação Urbana que correspondam a centros históricos, zonas ribeirinhas ou zonas históricas abandonadas.

Enquanto Centro Urbano Estruturante do Sistema Urbano Regional, a Cidade de Montemor-o-Novo terá aqui uma oportunidade para prosseguir o trabalho de regeneração urbana que tem vindo a desenvolver na Cidade, alargando a sua intervenção a outras áreas, que não apenas o Centro Histórico, abrangidas pelas ARU delimitadas, em contínua adequação às suas funções urbanas.

O papel que a Cidade deverá estrategicamente assumir no contexto da rede urbana regional, enquanto centro estruturante no corredor do Alentejo Central, recomenda que fisicamente Montemor-o-Novo se

prepare para dar resposta às novas exigências de sustentabilidade económica, social e ambiental. Neste contexto a necessidade de intervenção na regeneração urbana do coração económico da Cidade (Av. Gago Coutinho), constitui prioridade de investimento público para os próximos anos, assim como a preservação, recuperação e dinamização do património construído das áreas de génese mais antiga da Cidade no sentido de acrescer a sua vitalidade social e económica.

Em resposta ao Convite para apresentação de candidaturas com vista à contratualização com a AG do PO do Alentejo das prioridades de investimento inscritas no Eixo do Programa dedicado ao desenvolvimento urbano sustentável, o Município elaborou recentemente o Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEDU) que estabelece a estratégia e prioridades de investimento para os próximos anos em matéria de mobilidade urbana e de regeneração urbana, no quadro das Prioridades de Investimento contratualizadas: *PI 6.5 - Medidas destinadas a melhorar o ambiente urbano e a revitalizar as cidades*; e *PI 4.5 - Promoção de estratégias de baixo teor de carbono para todos os tipos de territórios, nomeadamente as zonas urbanas, incluindo a promoção da mobilidade urbana multimodal sustentável e medidas de adaptação relevantes para a atenuação*.

Contudo, o PEDU e os investimentos previstos nos Planos de Ação (Regeneração Urbana e Mobilidade Urbana Sustentável), circunscritos ao quadro de elegibilidades definido, não esgotam as necessidades de intervenção.

O valor do património arquitetónico da Cidade é indissociável da política municipal de afirmação da dimensão cultural de Montemor-o-Novo no espaço regional e como plataforma de desenvolvimento económico e social do Concelho. A associação da reabilitação do Centro Histórico e do seu património construído a um projeto cultural mais vasto e especializado, deve constituir uma das prioridades de intervenção e de investimento a programar no âmbito da futura Carta Estratégica.

Em matéria de condições de vida e ambiente urbano, importa referir que de acordo com dados do *Anuário Estatístico da Região Alentejo* (2011) INE, em 2009, o Concelho apresentava uma situação desfavorável quando comparada com o Alentejo Central no que respeita à cobertura populacional das Estações de Tratamento de Águas Residuais (58% contra 74% na Sub-região), permanecendo a necessidade de construção do emissário e de nova ETAR da Cidade e da Zona Industrial da Adua, bem como do abastecimento de água da Cidade de Montemor-o-Novo a partir da Barragem dos Minutos. No âmbito da parceria pública integrada das Águas do Alentejo encontram-se em curso diversos projetos. As redes de abastecimento de água em baixa são antigas e necessitam de intervenções no sentido da sua remodelação, designadamente, no Centro Histórico da Cidade.

A proporção de resíduos urbanos recolhidos seletivamente representava, em 2013, 9%, valor semelhante ao verificado no Alentejo Central, mas inferior ao do Alentejo (10%) e do Continente (13%).

1.4. Ordenamento e Gestão Territoriais

Desde 2010, com a publicação do PROT, que Montemor-o-Novo viu definido o quadro estratégico de referência regional para desenvolver o seu planeamento municipal de forma coerente com o território envolvente.

Quadro 4. Instrumentos de Gestão Territorial com incidência no território de Montemor-o-Novo

	Publicação	Lei 58/2007	4/09/2007
PNPOT Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território	1ª Retificação	Declaração Retificativa 80 A/2007	7/09/2007
	2ª Retificação	Declaração Retificativa A/2007	2/11/2007
	Publicação	Resolução do Conselho de Ministros 58/2010	2/08/2010
PROT Alentejo Plano Regional de Ordenamento do Território do Alentejo	1ª Retificação	Decreto Retificativo 30-A/2019	10/09/2010
	Publicação	Resolução de Conselho de Ministros 14-A/2008	21/07/2008
RN Plano Setorial da Rede Natura 2000	Publicação	Resolução do Conselho de Ministros 16-F/2013	22/03/2013
PGBH - Tejo Plano Geral da Bacia Hidrográfica do Tejo	Publicação	Resolução do Conselho de Ministros 16-F/2013	22/03/2013
PGBH - Sado e Mira Plano Geral das Bacias Hidrográficas de Sado e Mira	Publicação	Decreto Regulamentar 36/2007	2/04/2007
PROF - Alentejo Central Plano Regional de Ordenamento Florestal do Alentejo Central	Suspensão pelo Governo	Portaria 78/2013	19/02/2013
	Publicação	Resolução Concelho de Ministros 35/2005	24/02/2005
POA - Pego do Altar Plano de Ordenamento da Albufeira de Pego do Altar	Publicação		

Fonte: Direção Geral do Território.

Este conjunto de instrumentos, a par com a legislação de ordenamento do território e urbanismo entretanto publicada (nomeadamente, a revisão da Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e do Urbanismo e a revisão do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, ambas no sentido da atribuição de competências e autonomia suplementares aos municípios no ordenamento do território), evidencia a necessidade de Montemor-o-Novo se munir de orientações e instrumentos de planeamento e gestão territoriais compatíveis com estas novas responsabilidades.

O Município de Montemor-o-Novo, de alguma forma tomado como pioneiro em questões de gestão territorial nas décadas de oitenta e noventa do século passado, possui hoje um quadro de instrumentos de gestão territorial de âmbito municipal e local que carece de atualização.

O Plano Diretor Municipal, aprovado há mais de 20 anos, pertence a uma primeira geração deste tipo de instrumento de ordenamento, caracterizado pela ausência de estratégia concelhia de carácter territorial, elemento indispensável a uma gestão municipal moderna. Desde 1994, o PDM sofreu apenas pequenas alterações e uma correção, respetivamente em 2007 e 2011 (esta para adaptação de pormenor ao PROT Alentejo, entretanto aprovado) e 2012, para além de uma suspensão parcial já em 2014. O ritmo a que se

vem processando a necessidade de alteração do PDM demonstra o seu não ajustamento às necessidades de gestão territorial da Câmara Municipal.

A intervenção municipal em matérias como o modelo de povoamento, a estruturação e regeneração urbanas, a distribuição de serviços e equipamentos de carácter público, o modelo de intervenção em espaço rural e de conservação da natureza e biodiversidade, confronta-se com a desatualização do PDM, cuja revisão deve responder a estas necessidades estratégicas, possibilitando a coordenação e a coerência das intervenções identificadas ou a definir.

A Câmara Municipal de Montemor-o-Novo encetou em 2012 um processo de revisão do PDM para explicitar a “estratégia de desenvolvimento territorial municipal sustentável e integrar as opções estratégicas de desenvolvimento nacionais, regionais e setoriais definidas para o território municipal”. Esta intenção tem tido dificuldades de concretização, tendo sido retomado o processo em meados de 2015.

Quadro 5. Planos Municipais de Ordenamento do Território

PDM - MN Plano Diretor Municipal de Montemor-o-Novo	Publicação	Resolução do Concelho de Ministros 8/94	2/02/1994
	1ª Alteração	Resolução do Conselho de Ministros 2/2007	5/01/2007
	2ª Alteração por adaptação	Aviso 1391/2011	3/01/2011
	1ª Correção material	Declaração 206/2012	11/10/2012
	Suspensão pelo Município	Aviso 9241/2014	12/08/2014
PU - MN Plano de Urbanização da Cidade de Montemor-o-Novo	Revisão	Resolução do Conselho de Ministros 54/2005	7/03/2005
	1ª Retificação	Aviso 10943/2008	8/04/2008
	Suspensão pelo Município	Aviso 147/2015	7/01/2015
PU - Lavre Plano de Urbanização de Lavre	Publicação	Resolução do Conselho de Ministros 58/2000	29/06/2000
PU - Silveiras Plano de Urbanização de Silveiras	Publicação	Resolução do Conselho de Ministros 43/2000	31/05//2000
PP - Ciborro Plano de Pormenor de Ciborro	Publicação	Declaração 3-1-92	25/02/1992
PP - Escoural Plano de Pormenor de Santiago de Escoural	Revisão	Regulamento 556/2008	31/10/2008
PP - Adua Plano de Pormenor da Zona Industrial da Adua	Revisão	Aviso 16878/2012	18/12/2012
PP - Pequenas Oficinas Plano de Pormenor das Pequenas Oficinas	Publicação	Declaração 9-1-91	27/02/1991
	1ª Alteração	Deliberação 224/2009	19/01/2009
PP - Rebola Intervenção em Espaço Rural da Rebola	Publicação	Aviso 21500/2011	28/10/2011
	Retificação	Declaração Retificativa 580/2012	2/05/2012
PP - Monfurado Intervenção em Espaço Rural do Sítio do Monfurado	Publicação	Aviso 3453/2011	1/02/2011

Fonte: Direção Geral do Território.

O Plano de Urbanização da Cidade de Montemor-o-Novo, embora aprovado mais recentemente (em 2005) que o Plano Diretor Municipal, sofreu uma retificação em 2009 e uma suspensão parcial em 2015. Tal como o PDM, o Plano de Urbanização não constitui mais um instrumento mobilizador do desenvolvimento urbano futuro nem um quadro estratégico para a gestão urbana municipal no que respeita, p.ex., a operações de reabilitação e regeneração urbanas necessárias num horizonte de médio/longo prazo.

A Cidade possui um Plano de Pormenor de Salvaguarda do Centro Histórico que, embora não legalmente eficaz, tem vindo a fundamentar as intervenções nesta área, nomeadamente, as que respeitam à reabilitação urbana. As áreas rurais do Concelho encontram-se também subdotadas de instrumentos de gestão territorial em vigor, embora a sua falta se faça sentir menos intensamente dada a escassa pressão de urbanização, ou mesmo de edificação, que se tem feito sentir nos últimos anos. A Câmara Municipal possui Planos de Urbanização das sedes de freguesia de Lavre e Silveiras (ambos aprovados em 2000), dois Planos de Pormenor de outras tantas sedes de freguesia (Ciborro e Santiago do Escoural, de 1992 e 2008, respetivamente) e os mais recentes (2011 e 2012) relativos a Intervenções em Espaço Rural do Sítio do Monfurado e da Rebola.

Para as áreas industriais, existem também dois Planos de Pormenor: um mais recente - o Plano de Pormenor da Zona Industrial da Adua (2012); e outro, mais antigo, das Pequenas Oficinas (1991), que sofreu uma alteração em 2009.

Nas últimas décadas a produção de instrumentos de gestão territorial no Município tem surgido como reação a problemas já determinados e não como antecipação e solução atempada das questões de ordenamento do território.

O Programa de Ordenamento do Território, conforme contido nas Grandes Opções do Plano 2015 da Câmara Municipal, “incidirá fundamentalmente na continuação da revisão do PDM (que) pretende, entre outros objetivos, conciliar desenvolvimento e ambiente...”.

Neste documento que define as opções da Câmara Municipal no curto prazo neste domínio é também determinada a necessidade de dar início ao processo de revisão do Plano de Urbanização da Cidade (entretanto, desencadeada e em curso) e de dar corpo ao Programa de Planeamento Urbano incidindo o esforço de investimento num conjunto de projetos não identificados. Também é referida a intenção de desenvolver o Programa de Terrenos Municipais através do qual se pretende contrariar a especulação imobiliária.

Os Planos Diretor Municipal e de Urbanização da Cidade, embora em vigor, encontram-se desatualizados e não correspondem às necessidades da prática de gestão territorial do Município. O Plano de Salvaguarda

do Centro Histórico, embora seja utilizado na gestão urbanística corrente, como referência, não se encontra aprovado, não possuindo, por isso, valor legal.

Em conclusão, na atualidade, o Município não dispõe de um quadro de instrumentos de gestão territorial que lhe permita fazer frente às exigências em termos de concretização das políticas locais, regionais e nacionais de ordenamento do território na área de Montemor-o-Novo.

A necessidade de se dotar de instrumentos de gestão territorial atualizados está presente nas intenções da Câmara Municipal, manifestadas nas Opções do Plano para 2015, as quais preveem a Revisão do PDM e do PU da Cidade, uma atuação urgente à luz das renovadas responsabilidades de âmbito nacional e regional que os municípios possuem neste domínio e à luz das necessidades de concretização das políticas de desenvolvimento municipal e urbano de Montemor-o-Novo.

2. SOCIEDADE - Demografia e Dinâmicas Sociais

2.1. Demografia

Evolução da População Residente

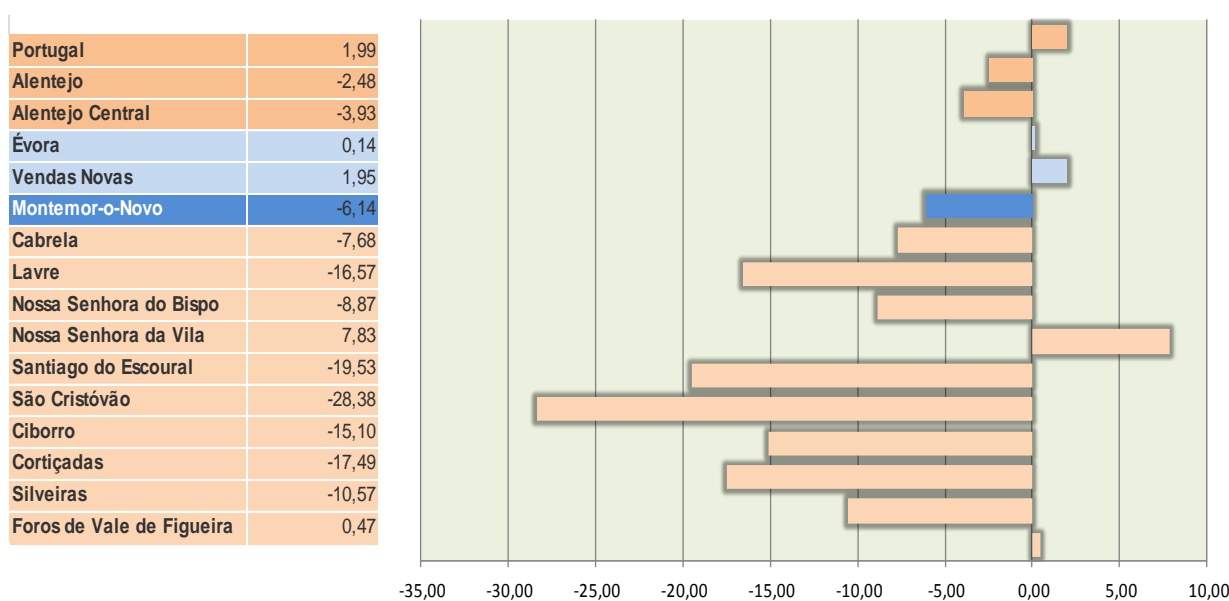
A análise da população restringe-se à última década, na maior parte dos casos ao período intercensitário 2001 - 2011. Como unidades geográficas de comparação, utilizam-se as NUT em que Montemor-o-Novo se insere, nomeadamente, Alentejo e Alentejo Central, para além dos dois concelhos que, no eixo de penetração de Lisboa para o interior, integram as principais cidades concorrentes de Montemor-o-Novo no espaço regional: Évora e Vendas Novas.

A análise estende-se também ao interior do Concelho, considerando as freguesias existentes à data do último Recenseamento da População (2011) no sentido de não perder informação, uma vez que a nova divisão administrativa corresponde a agregações de unidades anteriormente existentes.

Durante o período já decorrido do século XXI, o Concelho de Montemor-o-Novo mantém a tendência de decréscimo populacional verificada nas últimas décadas do século passado perdendo 1.141 habitantes entre 2001 (18.578) e 2011 (17.437).

Neste período, acentuou-se a desigualdade do ponto de vista da ocupação do território regional, uma vez que o decréscimo populacional de Montemor-o-Novo (-6%) foi relativamente superior ao registado quer no Alentejo Central (-4%), quer na generalidade da Região (-2%).

Quadro 6. Variação da População Residente (2001 - 2011)



Fonte: INE, Recenseamento da População e Habitação, 2011.

O decréscimo populacional no Concelho de Montemor-o-Novo generalizou-se a todo o seu território com exceção das freguesias que abrangem a área de expansão da Cidade: Nossa Senhora da Vila (+8%) e menos intensamente Foros de Vale de Figueira (0,5%).

A área rural do Concelho encontra-se em desertificação populacional acentuada. O decréscimo foi mesmo superior a 10% nas freguesias de São Cristóvão (-28%), Santiago do Escoural (-20%), Cortiçadas (-17%), Lavre (-17%), Ciborro (-15%) e Silveiras (-11%).

O processo não é diferente do que atingiu os concelhos vizinhos de Vendas Novas e Évora, simplesmente, como o peso da população a residir em áreas urbanas nestes concelhos é bastante superior ao que se verifica em Montemor-o-Novo, este Concelho sofreu um maior impacte relativo deste êxodo rural.

A tendência negativa do crescimento natural entre 2001 e 2011, agravada pelo envelhecimento da população residente, é responsável pelo decréscimo acentuado da população neste período.

No período de 2005-2010, a mobilidade residencial nos concelhos do Eixo Vendas Novas - Montemor - Évora revelou-se elevada relativamente elevada no contexto regional, apresentando valores quer de atração, quer de repulsão mais elevados que o Alentejo e o Alentejo Central.

O Concelho de Montemor-o-Novo apresenta um saldo positivo na relação atração/repulsão residencial, insuficiente contudo, para compensar a perda resultante do crescimento natural negativo.

A capacidade de atração concelhia (7%) foi superior à envolvente regional (5% na Região Alentejo, 4% no Alentejo Central e 6% no concelho de Évora), sendo que a distribuição do crescimento populacional por freguesia sugere que a atratividade residencial identificada se concentra na Cidade. No mesmo período, a taxa de repulsão situou-se nos 6%.

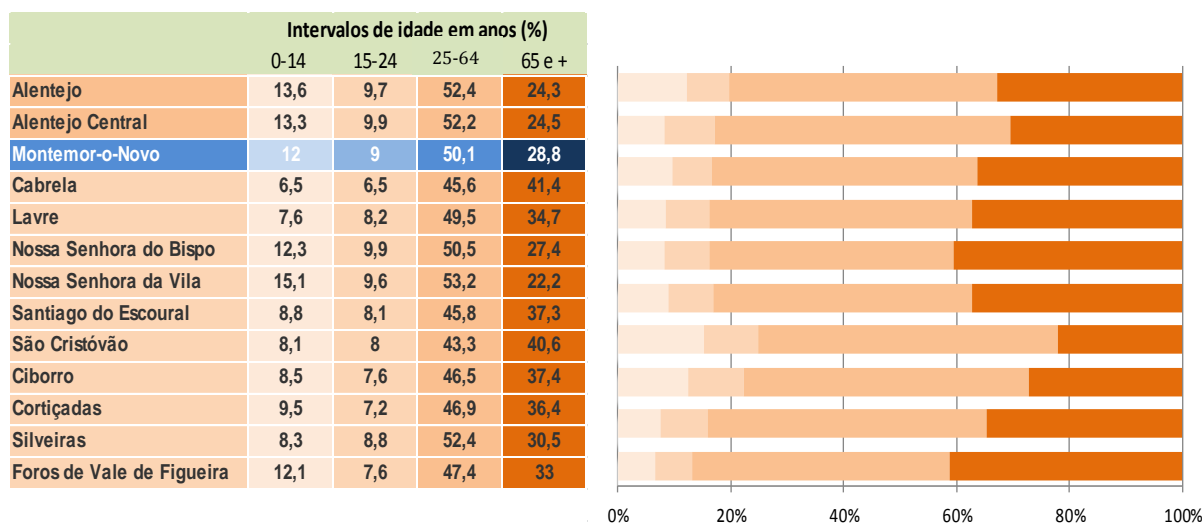
O decréscimo da população entre 2001 e 2011, foi acompanhado de uma diminuição efetiva do número de famílias residentes (-1%). Embora pouco significativa, esta evolução é de sentido contrário à verificada, no mesmo período, no País e na Região, onde se assistiu ao crescimento do número de famílias (11 e 4%, respetivamente) e também nos Concelhos de Évora e de Vendas Novas, onde o crescimento da famílias clássicas foi de 9% e 7% respetivamente, não obstante a diminuição drástica da dimensão média das famílias.

Apenas a freguesia de Nossa Senhora da Vila, que abrange as principais áreas de expansão da Cidade de Montemor-o-Novo, registou um crescimento significativo do número de famílias entre 2001 e 2011 de entre as unidades territoriais em análise (13%). Em todas as outras freguesias do Concelho (incluindo Nossa Senhora do Bispo) o número de famílias diminuiu no mesmo período.

Estrutura Etária da População Residente

A evolução recente da estrutura etária da população residente em Montemor-o-Novo reflete a perda acentuada da vitalidade demográfica, superior à verificada na generalidade da Região Alentejo: em 2011, apenas 21 % da população residente em Montemor-o-Novo tinha idade entre 0 e 24 anos, valor inferior ao do Alentejo Central (24,5%) e da generalidade da Região Alentejo (23%) e muito inferior ao que se verifica no Concelho de Évora (25%). Mesmo no vizinho e mais rural concelho de Arraiolos, regista-se um valor superior (22%).

Quadro 7. Estrutura Etária da População Residente por intervalo de idade (%) - 2011



Fonte: INE, *Recenseamento da População e Habitação, 2011*.

A escassez de população em idade jovem, mais do que o elevado peso da população idosa, determina uma extrema dificuldade futura na renovação dos quantitativos populacionais do Concelho. Neste aspeto, a situação de Montemor-o-Novo é mais desfavorável do que a média dos territórios envolventes e bastante preocupante. A criação de emprego, no sentido de conseguir criar uma dinâmica imigratória positiva, constitui uma das principais prioridades a encarar nos próximos anos.

A idade média da população residente em seis das oito freguesias rurais do Concelho ultrapassava (em 2011) os 50 anos, enquanto no País este valor se quedava pelos 42 anos. A freguesia urbana de Nossa Senhora da Vila tem a média de idades mais reduzida (42 anos), mesmo assim inferior à média nacional.

A dificuldade de vir a alcançar no Concelho saldos naturais positivos, capazes de inverter a tendência para a desertificação do território, acentua-se quando se verifica que o Índice de envelhecimento da população residente no Concelho tem vindo a agravar-se (mais 36 do que o verificado em 2001), cifrando-se agora (2011) em 239, valor bastante superior ao verificado no Alentejo (178) ou no País (128) e também nos concelhos vizinhos de Évora (137) e Vendas Novas (178). As freguesias rurais são as principais responsáveis por esta situação, casos de Cabrela (640), São Cristóvão (498) e Lavre (459).

A freguesia urbana de Nossa Senhora da Vila foi a única que, em 2011, observou um decréscimo do seu envelhecimento relativamente a 2001, atestando assim a capacidade de recuperação demográfica da Cidade, no conjunto do Concelho. Mesmo assim o índice de envelhecimento em 2011 (146) era superior à média nacional (128).

O Índice de Dependência de idosos, demonstra também o processo de envelhecimento do Concelho de Montemor-o-Novo e reflete-se na grande dificuldade económica que as famílias residentes sentem ao ter que suprir um tão elevado grau de dependência da população em idade avançada.

Tal como para os outros indicadores de envelhecimento, Montemor-o-Novo apresenta valores para este Índice (239) bastante menos favoráveis que os regionais e os verificados nos concelhos vizinhos de Évora (137) e Vendas Novas (178).

Na ótica da população residente, enquanto recurso humano de base para a economia local, importa analisar a capacidade que a estrutura etária atual possui para assegurar, nos próximos 10 anos, a renovação dos quantitativos populacionais em idade ativa.

Neste particular da capacidade de renovação no curto/médio prazo dos quantitativos da sua população ativa, Montemor-o-Novo, o valor para 2011 (84), embora negativo (inferior a 100 e, portanto, insuficiente num sistema fechado para renovar a sua população ativa nos próximos 10 anos), é muito semelhante ao verificado na Região Alentejo (88). Embora apresente piores condições, neste aspeto que o Concelho de Évora (91), a situação é bem mais favorável que em Vendas Novas (74).

As duas freguesias urbanas (Nossa Senhora da Vila e Nossa Senhora do Bispo) mas também São Cristóvão, apresentam valores deste indicador muito perto de 100, demonstrando quase capacidade de renovação total dos quantitativos da sua população ativa nos próximos 10 anos.

O forte envelhecimento da população, principalmente na área rural do Concelho, a grande dependência de idosos na estrutura da família, menos famílias e famílias de menor dimensão, a redução da população jovem dificultando a renovação de “stocks” populacionais e da população ativa, caracterizam a evolução da situação em Montemor-o-Novo, neste domínio, nos últimos anos.

Nível de Escolaridade da População Residente

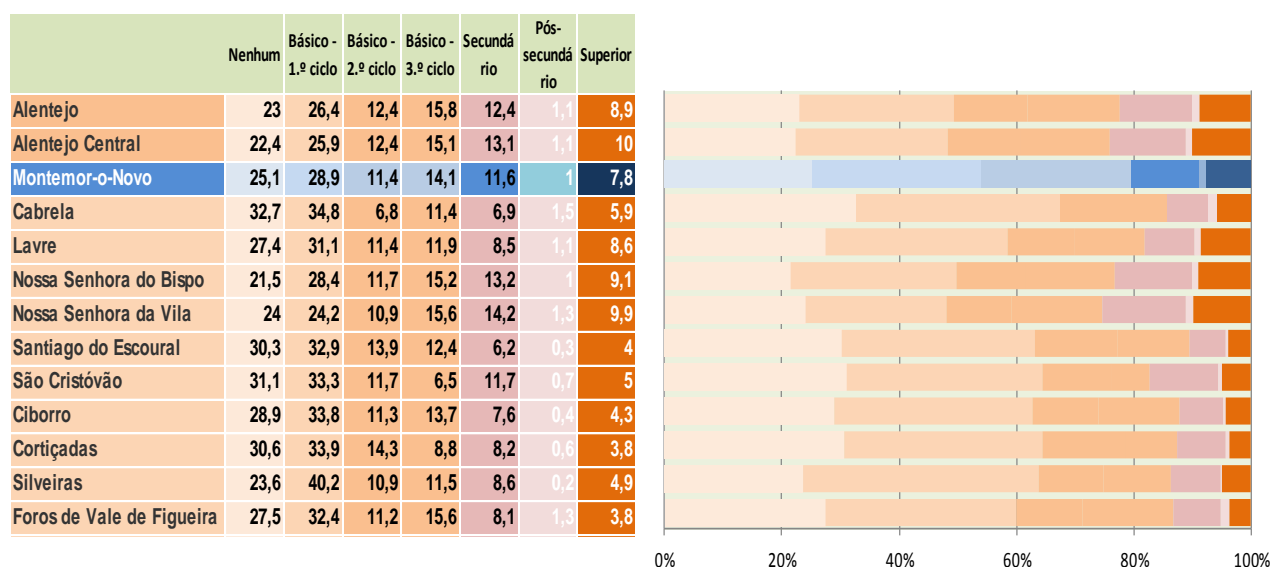
Em 2011, a taxa de analfabetismo em Portugal era de 5%. O perfil rural e o envelhecimento relativo da população de Montemor-o-Novo fazem com que esta taxa ainda supere os 10% (11,4%). No entanto, trata-se de um indicador menos relevante para aferir das potencialidades dos recursos humanos locais, porque respeita a uma população não ativa e fora do mercado de trabalho.

Esta fraqueza de carácter social, sintomática de área com povoamento isolado conducente à exclusão, revela-se também noutros indicadores relativos ao nível de educação da população no Concelho de Montemor-o-Novo em 2011:

- 5,1 % da população com 15 a 19 anos não concluiu o Ensino Básico (contra 4%, em Évora; 3,0%, em Arraiolos; e 2,9%, em Vendas Novas);
- 23,1% da população saiu antecipadamente do sistema escolar (contra 11,6%, em Arraiolos; 15,4%, em Vendas Novas; e 19,3%, em Évora).

A estrutura de níveis de habilitação da população residente reflete uma melhoria sensível face ao passado que resulta dos efeitos acumulados do aumento da escolaridade obrigatória e do prosseguimento dos estudos. No entanto, o peso dos residentes com níveis de habilitação escolar a partir do 2º ciclo do Ensino Básico (*inclusive*) permanece aquém da expressão destes níveis de escolaridade no Alentejo Central e no Alentejo, ainda que os residentes nas freguesias urbanas de Montemor tenham níveis superiores às médias daquelas regiões de referência.

Quadro 8. Nível de escolaridade mais elevado completo da população residente (2011)



Fonte: INE, *Recenseamento da População e Habitação, 2011*.

O peso da população com Ensino Superior no Concelho de Montemor-o-Novo era de 7,8%, em 2011, valor inferior à média regional e também sub-regional. Este valor é bastante reduzido e deve-se não apenas à elevada ruralidade do Concelho mas também à carência de licenciados na Cidade onde nenhuma das freguesias urbanas apresentava valores superiores a 10% da população residente.

Embora com uma evolução positiva, o nível de instrução da população, dado o aumento do grau de urbanização e de escolaridade, é reduzido quando comparado com o verificado no espaço regional e nos

concelhos vizinhos. Esta situação, mais do que um inconveniente para o processo de desenvolvimento desejado, potencia fenómenos de exclusão social.

População Ativa

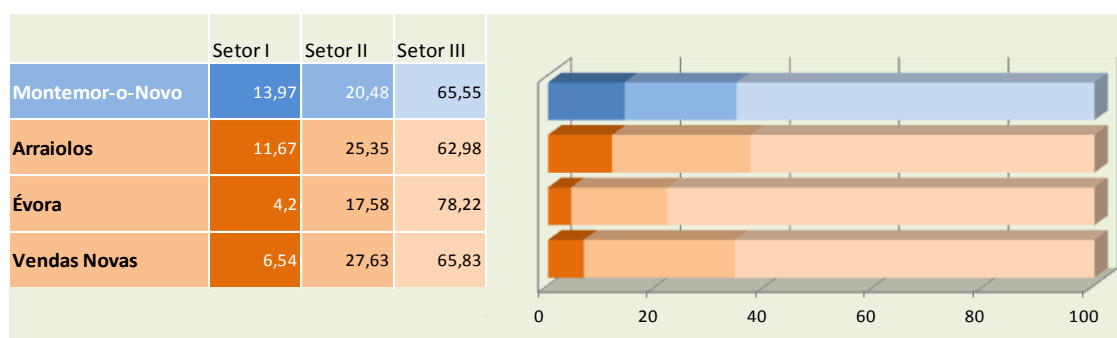
Em 2011 a taxa de atividade em Portugal era de 47,6 %. Em Montemor-o-Novo este indicador era de 45%, semelhante ao verificado no Alentejo e no Alentejo Central (45,2 % e 45,9% respetivamente), principalmente derivado ao envelhecimento populacional regional.

Quatro freguesias rurais (Cortiçadas, Cabrela, São Cristóvão e Santiago do Escoural) não atingem 40% de população ativa, evidenciando a debilidade da economia local e o envelhecimento populacional; as freguesias urbanas e Silveiras apresentam uma percentagem de população ativa superior à média concelhia.

A distribuição da população ativa por setor de atividade económica em Montemor-o-Novo é marcada pela preponderância do setor terciário da economia, essencialmente serviços de caráter público, na capacidade empregadora local e pela manutenção de um apreciável volume de população ativa na agricultura.

Com efeito, quase 2/3 da população ativa trabalhava em 2011 neste setor de atividade, expressão muito semelhante à verificada nos vizinhos concelhos de Arraiolos e Vendas Novas e inferior a Évora, principal centro terciário da Região, onde a população ativa no setor terciário representa quase 80%.

Quadro 9. População Ativa, por setor de atividade económica (%) em 2011



Fonte: INE, Recenseamento da População e Habitação, 2011.

O setor secundário empregava apenas 20 % da população ativa atestando o reduzido desenvolvimento da indústria transformadora e da construção no Concelho. Em 2011, quer Arraiolos, quer Vendas Novas detinham maior peso deste setor de atividade económica (25 e 28%, respetivamente).

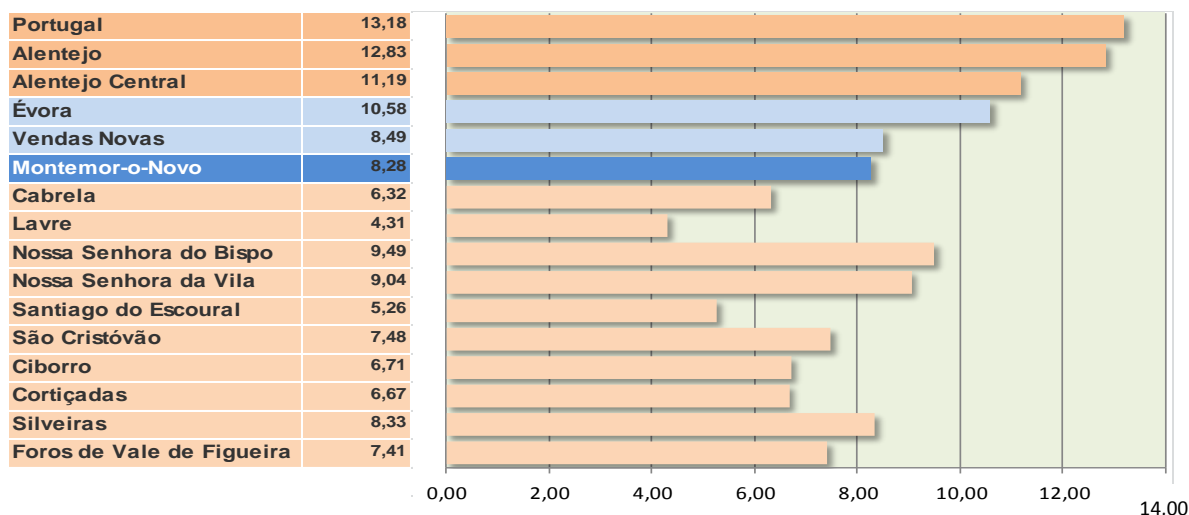
O traço mais marcante da estrutura da população ativa no Concelho reside, no entanto, na manutenção de uma elevada percentagem de ativos no setor primário (14%), principalmente agricultura e pecuária, superando o valor de Arraiolos (12%) e os valores registados em Vendas Novas (6,5%) e Évora (4%).

Entre 2001 e 2011, a população ativa por ramo de atividade económica no Concelho de Montemor-o-Novo teve a seguinte evolução:

- decréscimo de 22% na agricultura, uma quebra bem menos intensa que a verificada em Vendas Novas (-47%) e Arraiolos (-30%);
- manutenção na indústria transformadora, que contrasta com quebras acentuadas verificadas nos vizinhos concelhos de Arraiolos (-10%), Évora (-23%) e Vendas Novas (-28%);
- diminuição acentuada na construção civil (-45%), mas ao mesmo nível da verificada na envolvente regional;
- manutenção no comércio (-2%), tal como Vendas Novas; Arraiolos possui no mesmo período um crescimento apreciável neste ramo de atividade económica (+10%);
- decréscimo na hotelaria (-7%) contra a tendência geral a nível regional e, particularmente, em Vendas Novas (+11%) e Évora (+14%);
- decréscimo na Administração Pública (-11%), acompanhando a tendência e a intensidade da envolvente regional, excetuando a quebra ligeira de Vendas Novas (-2%).

A taxa de desemprego da população ativa em 2011, era relativamente reduzida no Concelho (8,3%), sendo muito inferior à registada quer no País (13,2%), quer no Alentejo (12,8%). Évora e Vendas Novas possuíam também taxas de desemprego superiores às verificadas em Montemor-o-Novo.

Quadro 10. Taxa de Desemprego^(*), em 2011



*População desempregada/ População residente ativa.
 Fonte: INE, *Recenseamento da População e Habitação 2011*.

Esta situação não deriva, contudo, de um dinamismo económico particular, mas da situação favorável das freguesias rurais, principalmente Lavre (4,3%) e Santiago do Escoural (5,3%), onde ficou a residir apenas a população ativa com emprego; a restante, saiu tendo sido responsável pelo acentuado decréscimo

populacional ocorrido. As freguesias urbanas apresentam uma situação bem mais desfavorável com uma taxa de desemprego superior à média concelhia.

A análise da evolução do número de desempregados durante o período 2007-2015 (dados referentes ao mês de novembro) evidencia o seguinte (cf. igualmente, o Quadro 6. Anexo D):

- aumento do número de desempregados no Concelho de Montemor, apresentando valores acima das médias regionais e nacionais;
- apesar de o desemprego feminino ocupar maior peso, o desemprego masculino conheceu um crescimento mais acentuado;
- os desempregados de longa duração têm maior dificuldade em obter novo emprego, em relação aos que procuram o primeiro emprego;
- os desempregados entre os 35 e 54 anos ocupam um peso maior de desempregados, sendo que existe um número preocupante de desempregados acima dos 55 anos que conhecem dificuldades especiais de acesso ao mercado de emprego;
- aumento do desemprego das qualificações mais elevadas (secundário e superior), sendo que no ensino secundário se verifica variações acima das verificadas no Alentejo e no Continente.

Quadro 11. Variação do volume de Desempregados registados (mês de novembro)

Indicador	Montemor-o-Novo			Variação (2007-15) %	
	2007	2015	Var. (%)	Alentejo	Continente
Total	432	635	47,0	39,0	34,3
Homens	164	306	86,6	72,6	60,1
Mulheres	268	329	22,8	18,6	17,5
< 1 Ano	332	374	12,7	6,5	18,8
1 Ano E +	100	261	161,0	121,7	57,0
1º Emprego	57	85	49,1	52,3	50,5
Novo Emprego	375	550	46,7	37,3	32,5
< 25 Anos	93	99	6,5	19,6	21,6
25 - 34 Anos	131	150	14,5	16,6	11,6
35 - 54 Anos	150	252	68,0	58,1	44,2
55 Anos e +	58	134	131,0	49,5	49,3
< 1º Ciclo EB	61	47	-23,0	40,4	40,6
1º Ciclo EB	103	124	20,4	-9,8	-10,5
2º Ciclo EB	54	86	59,3	13,2	18,4
3º Ciclo EB	80	115	43,8	53,4	46,2
Secundário	75	178	137,3	103,1	89,8
Superior	59	85	44,1	82,3	73,5

Fonte: IEFP, Estatísticas Mensais por Concelho.

2.2. Ação Social e Saúde

A estratégia de Montemor-o-Novo no domínio social pretende a aproximação ao conceito de Município Solidário, assumindo uma lógica mais abrangente e integradora em que as questões sociais se materializam na complementaridade com outros setores fundamentais para a qualidade de vida da população.

Nessa lógica, o diagnóstico relativo a esta dimensão procura evidenciar quais as principais fragilidades do tecido social concelhio e quais as expectativas do sistema local de atores em relação às respostas sociais e de saúde, de forma a suportar a definição dos fatores de intervenção social a privilegiar e as respetivas linhas de intervenção.

No contexto nacional, Montemor-o-Novo integra o grupo de concelhos que combina indicadores de coesão social mais favoráveis. O *Referencial de Coesão Social*¹ posiciona o Concelho no grupo de 38 concelhos que registam menores graus de incidência de fatores centrais de exclusão, como o desemprego, as baixas habilitações escolares, a dependência de prestações sociais, o endividamento e os melhores rendimentos.

Os indicadores que mais favorecem este posicionamento relativo prendem-se com:

- uma taxa de desemprego relativamente baixa e inferior à média do Alentejo e do País (13,2%);
- Montemor-o-Novo é também o Concelho do Alentejo Central com menor proporção de pessoas em famílias com 2 ativos e em que ambos estão desempregados e, também, com menor peso do desemprego jovem;
- menor dependência de prestações sociais, estando entre os cinco concelhos do Alentejo onde o peso dos beneficiários do rendimento social de inserção na população residente é mais baixo e também entre os três concelhos do Alentejo Central com menor proporção de beneficiários de abono de família no 1º escalão.

¹ Referencial de Coesão Social (2014), IESE - ISS, I.P.

Quadro 12. Indicadores de Desemprego, Rendimento e Prestações Sociais

	Évora	Montemor- -o-Novo	Vendas Novas	Alentejo Central	Alentejo
Taxa de desemprego	10,6	8,3	8,5	11,2	12,8
% População 15-24 anos desempregada na população ativa de 15-24 anos	28,0	22,9	25,3	28,1	29,0
% Pessoas em famílias com 2 ativos ambos desempregados	0,8	0,6	0,7	1,0	1,1
IRS <i>per capita</i> 2011 (Taxa)	967,2	521,2	515,7	614,9	578,3
% Beneficiários de abono de família no 1º escalão face ao total de beneficiários (média do triénio 2011-2013)	34,2	30,8	33,8	33,8	36,1
Beneficiários do rendimento social de inserção por 1.000 hab. (média do triénio 2010-2012)	46,6	27,0	27,1	50,5	52,2
% População cujo principal meio de vida são subsídios ou apoio social (na pop. 15 ou mais anos) - 2011	5,0	3,9	4,0	5,1	5,6

Fonte: INE, Censos 2011; e Instituto da Segurança Social.

Como resultou evidente na análise das tendências demográficas do Concelho, do lado das maiores fragilidades, a problemática do envelhecimento configura uma forte dimensão-problema. Em concelhos envelhecidos, o acesso a cuidados primários emerge como uma questão chave na qualidade de vida das populações e, nesse sentido, importa analisar as necessidades existentes ao nível das estruturas de saúde e da ação social.

Inclusão e equidade de acesso às respostas e equipamentos de Ação Social

O envelhecimento da população é sinónimo do aumento de situações de dependência: em 2011, 20,4% da população com mais de 65 anos residia sozinha e nos últimos anos agravaram-se as situações de dependência de idosos com demência.

Em matéria de equipamentos sociais, o Concelho atingiu já níveis de cobertura positivos em virtude dos investimentos realizados nas respostas sociais dirigidas aos idosos, à deficiência e também à infância e juventude. Entre 2007 e 2014 destacam-se importantes investimentos a este nível, nomeadamente:

- Equipamentos dirigidos a pessoas idosas que permitiram criar: 52 vagas em Lar, 82 em Serviço de Apoio Domiciliário e 34 em Centro de dia;
- Equipamentos para pessoas com deficiência que representam: 20 novos lugares, num Centro de Atividades Ocupacionais e 20 novos lugares, em Lar Residencial para pessoas com Deficiência;
- Equipamentos dirigidos à infância e juventude, entre os quais: Casa de Acolhimento Residencial Especializada para raparigas (A Porta Mágica), com capacidade para 20 jovens entre os 12 e os 18

anos que representa uma nova tipologia de resposta, orientada para os jovens em risco e a entrada em funcionamento de um novo equipamento (Colégio Jardim dos Sentidos – antigo Bercinho), aumentando a capacidade da creche (em 37 lugares), pré- escolar (em 20 lugares) e ATL (em 10 lugares).

Para além destes equipamentos (concluídos ou em fase de conclusão), estão também em curso outros projetos relevantes, como a requalificação do Abrigo dos Velhos Trabalhadores, que permitiu melhorar as condições de acolhimento de 183 utentes e a construção das novas instalações do Espaço Oficina da Criança que se pretende que venha a ser um projeto de âmbito regional, capaz de atrair jovens de concelhos vizinhos. Deste quadro de investimentos resulta uma rede de equipamentos bastante consolidada, ao nível das seguintes respostas:

- *Idosos*, em que as taxas de cobertura são positivas, mas persistem instituições com listas de espera para a resposta de Lar de idosos. Também o Apoio Domiciliário é limitado para atender a todos os casos sinalizados, em particular aos idosos residentes em zonas isoladas, pelo que apesar de se assistir a uma quebra recente na procura desta resposta (atribuída ao reforço da oferta de cuidados continuados e à diminuição do valor das pensões), a oferta existente ainda não cobre as necessidades reais;
- *1ª e 2ª Infância*, em que fruto da diminuição da natalidade, a capacidade instalada supera já a procura;
- *Acolhimento e Inserção de Jovens em risco*, com destaque para a abertura recente de uma Casa de Acolhimento Residencial Especializada para raparigas (A Porta Mágica), apesar de os casos sinalizados serem superiores à capacidade criada;
- *Deficiência*, sinaliza-se a necessidade de reforçar a capacidade de Lar residencial, mas a entrada em funcionamento do recente Lar residencial da CERCIMOR virá ao encontro desta necessidade.

De uma forma geral, estão criadas as condições para uma reorientação das prioridades de investimento em equipamentos para ações não materiais, ao nível:

- (i) da definição de estratégias de dinamização e articulação do parque de equipamentos de proximidade existentes, potenciando a capacidade instalada;
- (ii) da melhoria da qualidade das respostas, p.ex., reforçando a formação técnica ou mesmo o recrutamento de profissionais especializados, capazes de responder a novas características dos utentes dos serviços, no caso particular da população idosa, assiste-se a um aumento significativo da dependência dos idosos institucionalizados, para quem a entrada no Lar é uma resposta de

“fim de linha”, com o conseqüente agravamento das dificuldades de mobilidade e das problemáticas de saúde mental;

Este fenómeno constitui um desafio urgente, para o qual rareiam respostas específicas, mas que pode beneficiar de enquadramento na tipologia de Cuidados Especializados do PO ISE, a qual prevê o apoio a ações de sensibilização e informação para a prevenção de situações de demência, bem como de capacitação de técnicos e familiares;

(iii) da capacidade de inovação das respostas, o que exige a apropriação por parte das entidades de novas ferramentas e metodologias de trabalho, bem como o reforço da atuação em rede e da partilha de experiências entre instituições, em particular potenciando o envolvimento com as entidades do setor cultural na promoção de atividades culturais, educacionais e de convívio.

Inclusão e equidade de acesso às respostas e equipamentos de Saúde

O Diagnóstico da *Estratégia de Desenvolvimento Territorial do Alentejo Central 2020* assinala que esta sub-região conta com uma rede de cuidados de saúde relativamente bem estruturada, dispondo de uma rede de cuidados primários apoiada em centros de saúde, existentes em todos os concelhos, e extensões, nos principais aglomerados urbanos.

Em relação aos recursos humanos afetos aos cuidados de saúde, verifica-se que a sub-região dispõe de indicadores mais favoráveis que o conjunto da Região Alentejo, mas inferiores aos considerados para o conjunto do País: em 2010, no Alentejo Central, a média era de 2,6 médicos, por 1.000 habitantes (este valor era de 2,2 para o conjunto do Alentejo mas de 4 para o País) e de 5,9 enfermeiros (5,1 no Alentejo e 6 no Continente). Os valores médios são influenciados por Évora, com valores superiores aos restantes concelhos: em Montemor-o-Novo são apenas 1,1 médicos e 3,5 enfermeiros, por 1.000 habitantes.

As novas instalações do Centro de Saúde garantem as infraestruturas necessárias para assegurar o funcionamento de uma Unidade de Saúde Familiar ou de Cuidados de Saúde Personalizados, Unidade de Cuidados na Comunidade, Unidade Operativa de Saúde Pública e Serviço de Urgência. Por sua vez, o Hospital de S. João de Deus passou por importantes reestruturações que acompanham as tendências demográficas e respetivas necessidades em matéria de saúde, tendo a especialização inicial nos cuidados à infância dado lugar a uma reorientação para a área da reabilitação e cuidados continuados. O Hospital integra desde Novembro de 2009 a Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados, com uma Unidade de Cuidados Continuados de Convalescença e uma Unidade de Cuidados Paliativos. Recentemente foi encerrado o bloco operatório, estando a atividade cirúrgica concentrada no Hospital Distrital de Évora, o que veio reforçar a especialização do Hospital na área da Reabilitação Física, considerada uma área de referência, já que concentra um conjunto alargado de valências integradas.

A integração das valias do Centro de Saúde e do Hospital, subjacente ao conceito do Parque Integrado de Saúde, ainda não foi alcançada. Essa maior integração tem em vista tanto o reforço da capacidade de resposta em áreas mais debilitadas (como a necessidade de respostas de Saúde Mental e Psiquiatria, em estreita articulação com as instituições do setor social, ou para a melhoria das condições de internamento de utentes), bem como a melhor rentabilização dos recursos existentes.

Face a este perfil de respostas, o pendor da desigualdade do acesso aos serviços de saúde recai fundamentalmente na população residente fora dos centros urbanos, em particular em locais isolados. A esse nível, importa encontrar as soluções mais ajustadas para contornar o isolamento, objetivo que pode passar pelo recurso a unidades móveis, bem como a tecnologias de saúde de proximidade, como a telemonitorização e o acompanhamento do doente a distância.

Apoios às famílias e à habitação

Segundo dados apurados pela Santa Casa da Misericórdia, o total de famílias dependentes de apoios sociais tem vindo a crescer, como consequência do desemprego prolongado. Os dados seguintes reportam aos apoios concedidos pela Santa Casa da Misericórdia nos primeiros três meses de 2015 e dão conta do crescimento das solicitações de apoio em necessidades básicas, como os cabazes alimentares, a cantina social e os apoios económicos.

Quadro 13. Padrão de distribuição dos apoios sociais da SCM no 1º trimestre de 2015

Tipo de apoios	Janeiro	Fevereiro	Março
Atendimentos (inclui atendimentos da lojinha)	97	100	78
Cabazes alimentares atribuídos	18	28	27
Cantina Social	31 agregados; 2.203 refeições	29 agregados; 2.067 refeições	31 agregados; 2.400 refeições
Apoios Económicos	0	5 agregados	6 agregados
Medicamentos	1 agregado	3 agregados	3 agregados
Apoio em vestuário	35 agregados	29 agregados	26 agregados
Serviço de lavandaria	7 indivíduos	7 indivíduos	7 indivíduos

Fonte: Santa Casa da Misericórdia de Montemor-o-Novo.

A habitação ocupa uma posição de destaque no leque de dificuldades com que as famílias se confrontam. Em Montemor-o-Novo, existe um número limitado de fogos de habitação social e as rendas praticadas na Cidade são elevadas, mesmo em condições precárias de edificado. Nas freguesias rurais, a habitação é mais acessível devido a rendas mais baixas, mas a fragilidade da rede de transporte não favorece as dinâmicas de mobilidade casa-trabalho. No caso da população idosa com menores rendimentos, o peso dos encargos com a habitação limita o seu acesso às respostas sociais existentes no Concelho. Os indicadores seguintes ajudam a clarificar esta problemática:

- 39,8% das famílias residentes no Concelho têm encargos com habitação, das quais cerca de 33% possui um encargo superior a 200€;
- 27 em cada 1.000 pessoas residentes no Concelho habitam em alojamentos de apoio social, o que posiciona Montemor-o-Novo nos três concelhos do Alentejo Central em que esta proporção é mais elevada;
- 1.063 do total de 1.578 alojamentos familiares clássicos arrendados (67%) estão a cargo de titulares pertencentes a grupos socioeconómicos que tradicionalmente auferem rendimentos mais baixos (e onde se inclui uma proporção importante da população inativa), valor que é superior ao registado em Évora, Vendas Novas e no conjunto do Alentejo Central.

Quadro 14. Indicadores de vulnerabilidade face às condições de habitação (2011)

	Évora	Montemor-o-Novo	Vendas Novas	Alentejo Central	Alentejo
% Famílias com encargos de habitação (no total de famílias)	49,0	39,8	42,1	41,2	37,7
% Famílias com encargos de habitação > 200 euros (total de famílias)	41,3	32,8	34,8	32,4	28,9
% Pessoas residentes em alojamentos de apoio social (permilagem)	14,3	27,1	19,4	18,4	20,1
% Pessoas residentes em barracas e outros alojamentos não clássicos (permilagem)	1,1	2,8	3,0	2,9	3,9

Fonte: INE, Censos 2011.

Quadro 15. Alojamentos familiares clássicos arrendados de residência habitual (Nº), por grupo socioeconómico do titular do alojamento (2011)

	Évora	Montemor-o-Novo	Vendas Novas	Alentejo Central	Alentejo	
Total dos alojamentos familiares clássicos arrendados de residência habitual	5.853	1.578	801	12.978	44.392	
Grupo socioeconómico do titular do alojamento	Assalariados do setor primário	58	51	19	250	1.052
	Trabalhadores administ. do comércio e serviços não qualificados	385	77	44	824	3.056
	Operários não qualificados	149	27	37	321	1.510
	Trabalhadores não qualificados do setor primário	23	61	28	341	987
	Inativos	2.780	847	371	6.262	18.911

Fonte: INE, Recenseamento da População e Habitação, 2011.

Com efeito, entre 2007 e 2014, a Câmara Municipal apoiou um total de 89 projetos de melhoria de alojamento, distribuídos equilibradamente entre as freguesias urbanas e rurais, correspondendo a um valor global de despesa municipal de 216.274,99€, sobretudo, concentrada entre 2007 e 2010 e 2012.

Quadro 16. Obras de melhoria de alojamentos realizados entre 2007 e 2014

Freguesias urbanas	Projetos apoiados	46
	Valor de comparticipação da CM	112.324,07 €
Freguesias rurais	Projetos apoiados	43
	Valor de comparticipação da CM	103.950,92 €
Total	Projetos apoiados	89
	Valor de comparticipação da CM	216.274,99 €

Fonte: Mor Solidário e Programa Municipal de Apoio a Habitação degradada.

Não obstante a relevância destes investimentos, as necessidades de requalificação do parque habitacional não se esgotaram, registando-se necessidades de intervenção em edifícios de habitação social da CM e casas de rendas sociais, que poderiam contribuir para melhorar as condições de habitabilidade da população residente.

A este nível, importa privilegiar a integração entre iniciativas de requalificação física e estratégias de inclusão social das comunidades, capazes de potenciar a autonomia e integração socioeconómica da população apoiada.

Políticas sociais e perspetivas de instrumentos de promoção da inclusão social

Os desafios do Concelho de Montemor no domínio social convidam a mobilizar, de forma mais integrada e eficaz, as potencialidades do território.

Desde logo, a Rede Social constitui um importante instrumento ao serviço do planeamento e concretização das políticas sociais. A experiência de mais de 6 anos de funcionamento da Rede Social permite evidenciar ganhos positivos do funcionamento desta estrutura de parceria, nomeadamente ao nível da maior integração da intervenção por parte das diferentes entidades locais implicadas nas respostas de apoio aos idosos, de saúde, aos jovens e população com deficiência (principais áreas de intervenção da Rede Social), bem como ao nível da produção e partilha de recursos para a intervenção (cf. caixa seguinte). Não obstante, o agravamento dos desafios contemporâneos em matéria de coesão social tem obrigado a reforçar a capacidade operacional deste tipo de estruturas, encontrando soluções para ultrapassar as fragilidades que inibem uma intervenção mais abrangente e estruturante.

O diagnóstico das principais forças e fraquezas da Rede Social do Concelho, realizado no âmbito do *Estudo de Avaliação do Programa Rede Social* (IESE, 2012) ajuda a balizar os desafios que a Rede Social de Montemor deve ser capaz de ultrapassar.

Elementos de diagnóstico das principais forças e fraquezas da Rede Social do Concelho

Forças	Fraquezas
<ul style="list-style-type: none"> • Rede ativa desde 2008, ano em que arrancaram os primeiros projetos. • Atividade regular, com reuniões mensais do Núcleo Executivo, o que facilita a comunicação e o ponto de situação regular das atividades dos vários parceiros. • Evidências de resultados do funcionamento da Rede Social, aos níveis seguintes: <ul style="list-style-type: none"> - Celeridade e eficácia na sinalização e atuação das respostas (p.ex., alunos carenciados; isolamento e vulnerabilidade na 3ª idade); - Agilização dos casos problemáticos entre escola e outras instituições que ajudam a fazer o primeiro despiste relativamente aos alunos carenciados; - Cedência de material e técnicos para outras instituições - acabam por interagir com mais instituições; - Estímulo a desenvolvimento de processos de investigação (p.ex., realização do Estudo sobre necessidades, expectativas, motivações e preconceitos existentes em relação aos Cursos Profissionais). 	<ul style="list-style-type: none"> • Desatualização dos instrumentos de planeamento da ação da Rede Social. • Insuficiente apreensão da filosofia da Rede Social por parte de alguns parceiros: “Os parceiros ainda não estão preparados para procurar a Rede antes da necessidade”. • Fraca representação das freguesias devido à escassa presença de instituições parceiras. • Fraca participação do parceiro da Educação e ausência de representação de empresários. • Presença de tensões de natureza política que podem condicionar a adesão de novos parceiros. • Insuficiente incorporação da dimensão económica e de desenvolvimento local, apesar da existência de Associações de Desenvolvimento Local no CLAS - Terras Dentro e Marca).

Fonte: *Estudo de Avaliação do Programa Rede Social* (2012), ISS-IESE.

A lógica de parceria que preside à Rede Social pode expandir-se como boa prática ao funcionamento de outras entidades do Concelho de forma a fortalecer, progressivamente, a aliança entre a lógica de Município Solidário e os objetivos de consolidação da identidade territorial e de reconstrução da coesão interna do Concelho. A dinâmica do setor associativo e cultural de Montemor constitui uma marca relativamente consolidada da identidade do Concelho e, nesse sentido, posiciona-se como um terreno fértil para acolher estratégias de inovação social. Nesta lógica, importa prever mecanismos específicos de apoio à participação das entidades culturais e desportivas nas estratégias de inclusão social, que pode beneficiar do surgimento de iniciativas promotoras do empreendedorismo social.

O processo de inquirição relativo à análise das capacidades e recursos das IPSS do Concelho (cf. *Relatório de Apoio à Implementação e Funcionamento do Gabinete de Inovação e Gestão Estratégica - 2ª síntese trimestral*, GON, 2013) dava conta de que cerca de 42% das IPSS inquiridas não desenvolve atividades lucrativas, mas cerca de 25% afirma estar disponível para o fazer. Estes elementos ilustram que este é um campo de intervenção praticamente inexplorado, mas que merece a devida ponderação na Atualização da Carta Estratégica, no horizonte 2025.

2.3. Cultura

Fatores de singularidade de Montemor-o-Novo no panorama regional e nacional

Ao longo das últimas décadas, Montemor-o-Novo tem revelado dinâmicas de produção e animação cultural que suscitam o interesse de investigação temática, com alguma expressão académica e publicação internacional relevante. Muita da notoriedade atribuída ao Concelho é tributária de uma valorização política centrada na cultura e criatividade como motor do desenvolvimento (local).

Montemor-o-Novo tem configurado as suas políticas públicas culturais como fator de desenvolvimento humano e territorial, injetando massa crítica e reflexiva no conjunto de práticas e operacionalizando-a com recurso a instrumentos conceptuais de inovação e criatividade social. Esta valorização tem permitido a Montemor-o-Novo não só dinamizar o setor cultural endógeno como ainda atrair e acolher estruturas de criação artística exógenas.

Algumas das singularidades desta abordagem são sentidas e partilhadas pela diversidade de atores e respetivas organizações instaladas e que compõem o mosaico da programação cultural do território. A tabela seguinte sintetiza algumas das singularidades mais significativas.

Quadro 17. Fatores estruturantes da Política Cultural de Montemor-o-Novo

Fatores sociais	Evidências
<i>Condições históricas e trajetórias de especificidade social</i>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Património de sensibilidade cultural pública ▪ Ambiente cultural que reflete o papel desempenhado pela cultura e as artes como espaço de participação social e contestação no Município ▪ Elevados níveis de participação cultural e atividades artísticas ▪ População local participativa, promovendo laços e colaboração com os artistas “forasteiros”.
Fatores estratégicos/ /políticos	Evidências
<i>Estratégia de valorização da política cultural como eixo central do desenvolvimento do território</i>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Desenvolvimento de estratégias de política cultural como eixo central da governação autárquica com apoio dos Fundos Estruturais ▪ Compromisso político, fornecendo apoio e um conjunto de diretrizes compartilhadas para os diversos agentes culturais estratégicos dentro e fora do Município ▪ Criação de um ambiente atrativo e facilitador de condições para artistas e criadores residirem no Município ▪ Construção de redes e parcerias (dentro e fora do Município) com escolas e centros de formação, entidades privadas e os criadores artísticos e coletivos ▪ Consolidação da reputação alcançada como um lugar de criação artística. ▪ Promoção de condições para a operacionalização de Projetos Âncora.

(Continua)

Quadro 17. Fatores estruturantes da Política Cultural de Montemor-o-Novo

(Cont.)

Fatores de governança	Evidências
<p><i>(Projetos/Materialização dos fatores referidos; estratégias concretas; operacionalização da política)</i></p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Dinâmica cruzada entre a "alta cultura" e a cultura mais ampla e "patrimonialista" de Montemor-o-Novo, existindo projetos em rede e orientados para a população. ▪ Apropriação coletiva do património histórico-arquitetónico (Castelo, Conventos e outras instalações mais recentes, como oficinas de artesanato tradicional e instalações agrícolas) que tem sido utilizado como local de criação artística e de realização de iniciativas culturais de largo espectro. ▪ Ênfase na inclusão social em associação com a participação cívica das populações. ▪ Democratização cultural a partir da trajetória coletiva sensível à cultura (natureza específica dos "públicos"). ▪ Interação entre artistas e população garante a animação e difusão da criatividade social.

Fonte: Adaptado do *Relatório de Apoio à Implementação e Funcionamento do Gabinete de Inovação e Gestão Estratégica - 2ª síntese trimestral*, Gabinete Oliveira das Neves, 2013.

A consolidação das organizações do setor cultural e criativo originou um sistema de atores que tem operacionalizado projetos e iniciativas de carácter estruturante e de potencial valorização económica, assim como tem permitido a criação de "emprego cultural".

A diversidade de áreas de criação artística constitui um recurso sintetizado no quadro seguinte. Os projetos apresentados constituem apenas elementos de ilustração do mosaico de programação cultural estruturante.

Quadro 18. Áreas-chave de atuação artística de Montemor-o-Novo

Áreas de atuação artística	Principais Entidades	Projetos e iniciativas de cultura de carácter estruturante (exemplos)
Artes cénicas	Alma d'Arame - Associação Cultural Theatron - Associação Cultural	
Centro coreográfico Dança Performance Música experimental Multimédia	O Espaço do Tempo - Associação Cultural	Encontro Internacional de Marionetas de Montemor-o-Novo
Artes plásticas	Oficinas do Convento - Associação de artes e multimédia	Simpósio Internacional de Escultura em Terra
Música erudita	Sociedade Antiga Filarmónica Montemorense "Carlita" Coral de São Domingos	Curso de Aperfeiçoamento de Jovens Músicos
Música popular	Sociedade Antiga Filarmónica Montemorense "Carlita" Rancho Folclórico e Etnográfico Montemorense Rancho Folclórico dos Fazendeiros de Montemor Ensemble Monte Mor Associação Cultural Ficha Tripla - Associação Cultural	Ciclo da Primavera <i>Festival</i> de Teatro de Montemor
Gestão museológica e Gestão de património	Grupo dos Amigos de Montemor Rancho Folclórico Etnográfico Montemorense	SAFIRA Festival de Artes na Paisagem
Dinamização cultural genérica	Ofício das Artes - Ass. para Ensino, formação e desenvolvimento de atividades artísticas	Feira da Luz
	ACLD - Associação Cultural Lavre Dinâmico	Projeto M
	Casa do Povo de Lavre	
Inclusão Social	Casa João Cidade	
	Cercimor	
	Associação 29 de Abril	

Valorização e investimento na cultura

Num contexto nacional em que o peso da despesa pública em cultura no orçamento é inferior a 1%, sendo esta assegurada, na maioria, pelos municípios (70%), o caso de Montemor-o-Novo adquire acrescida importância. Mesmo não se registando como o município do Alentejo Central que apresenta a maior despesa em atividades culturais e criativas por habitante, o valor de Montemor está acima da média do país e da Região do Alentejo (cf., tabela seguinte).

O peso das despesas correntes do Município em atividades culturais e criativas, no total despesas correntes, ronda os 10%, valor que ultrapassa a média do Alentejo Central e do Continente (5,2%).

Quadro 19. Despesas das Câmaras Municipais em atividades culturais e criativas

		Portugal	Continente	Alentejo	Alentejo Central	Évora	Montemor-o-Novo	Vendas Novas
Despesas em atividades culturais e criativas (€)	2001	-	343934,2	-	11.179,7	2.662,1	1.282,6	511,3
	2013	-	268177,8	-	9116,6	2336,2	1195,0	294,7
Despesa total das câmaras municipais em atividades culturais e criativas por hab.		36,2	36,4	71,2	85	42,2	78,9	25
Peso despesas correntes em atividades culturais e criativas no total despesas correntes		-	5,2	-	6,5	5,3	9,8	3,9

Fonte: Estatísticas da Cultura, INE, I.P. *Inquérito ao Financiamento das Atividades Culturais, Criativas e Desportivas pelas Câmaras Municipais.*

Desafios ao papel estratégico das atividades culturais em Montemor-o-Novo

A dinamização de eventos culturais com expressão mediática e capacidade de atração externa de públicos e profissionais, constitui uma forte evidência da projeção de Montemor-o-Novo como centro artístico e cultural, bem como para a dinamização das atividades económicas locais, designadamente no que respeita à restauração e comércio. Neste particular, embora Montemor possa ser considerado um “oásis” para criadores e demonstre uma dinâmica de sustentabilidade, alicerçado numa marca já consolidada no panorama cultural português, permanecem fatores de bloqueio a uma valorização económico-turística e social e que tem sido dificultada pela escassez de recursos de financiamento.

Embora em algumas dimensões (como a da urgente capacitação dos agentes de gestão de bens culturais para a valorização económica dos mesmos) se sinalize um quadro de oportunidades a majorar, à luz de acesso aos FEEL e outros programas de financiamento público e comunitário de cultura, subsiste um problema que pode colocar em causa, quer tanto o desenvolvimento das condições de criação, como as condições de exibição e valorização económica: os equipamentos culturais.

O objetivo da Carta Estratégica de “criar um centro europeu de criação artística e de fruição cultural e dinamização de atividades socioculturais”, ficou bastante aquém das expectativas iniciais devido à alteração das componentes de investimento do projeto “Instalação do Centro Nacional de Artes Transdisciplinares e Recuperação/Renovação do Convento da Saudação-Castelo”. A incapacidade do ex Ministério da Cultura assegurar as obras de reabilitação do Convento da Saudação, inviabilizou a criação do Centro de Congressos, da biblioteca e do centro de documentação e a instalação de serviços de restauração e de alojamento. A não concretização desta componente de investimento reduziu, de forma significativa, o potencial do projeto no alcance deste objetivo e também o seu contributo induzido para “Promover e dinamizar o tecido económico”.

O impacto esperado do projeto “Instalação do Centro Nacional de Artes Transdisciplinares e Recuperação/Renovação do Convento da Saudação-Castelo no que respeita à criação de emprego, ficou também aquém do inicialmente previsto, já que foram criados apenas 2 postos de trabalho no Espaço do Tempo, número bastante inferior à quantidade de novos postos de trabalho previstos em sede de candidatura (164), caso tivessem sido concretizadas todas as componentes de investimento programadas, acima referidas.

Acresce que outros equipamentos de apoio à criação e atividade cultural apresentam sinais de desgaste sérios, colocando em causa o potencial de relação artistas-públicos. O quadro seguinte apresenta os casos mais críticos.

Quadro 20. Equipamentos estruturantes de apoio à criação e atividade cultural

Equipamento	Perfil de utilização	Capacidade
<i>Cineteatro Curvo Semedo</i>	Equipamento chave para a exibição artística e produção de espetáculos e acolhimento de públicos. O equipamento apresenta problemas de conforto e segurança, não estando consolidado ainda como um equipamento de âmbito regional.	812
<i>Convento da Saudação-Castelo</i>	Equipamento chave da atratividade cultural do território que necessita de recuperação/renovação urgente.	
<i>Convento de S. Francisco</i>	Equipamento de elevado relevo patrimonial e onde se encontra instalado o Projeto da Associação Oficinas do Convento. Atualmente apresenta um estado de conservação crítico.	
<i>Convento de S. Domingos</i>	Neste Convento funciona a sede do Grupo dos Amigos de Montemor. Nele estão instalados o Museu de Arqueologia e salas de olaria, arte sacra, etnografia e tauromaquia. Equipamento com elevado potencial para a produção de eventos culturais nos seus claustros, Igreja e Biblioteca.	200
<i>Equipamentos Culturais das freguesias rurais</i>	Globalmente com instalações pouco qualificadas e com atividade muito reduzida.	-
<i>Auditório da Biblioteca Municipal</i>	Equipamento polivalente; permite a realização de várias atividades culturais, seminários, etc.	100
<i>Auditório da Junta de Freguesia da União de Freguesias Vila, Bispo e Silveiras</i>	Equipamento polivalente; permite a realização de várias atividades culturais, seminários, etc.	120

A fragilidade das condições de suporte constitui um fator de recuo a estratégias de valorização económica que majorem os fatores de singularidade do território. Ultrapassada a ideia de criação de um Pólo de indústrias culturais (Portugal, no seu todo, não o conseguiu fazer), existem evidências de uma visão mais centrada na fruição local e turística dos elementos de programação de atividades culturais no território. Esta deve incluir as sinergias com o acervo patrimonial, devendo assumir um papel central na afirmação

do território como um Pólo de desenvolvimento do Setor Cultural e Criativo em Portugal e, sobretudo, como lugar ativo dos circuitos de turismo cultural.

Esse papel catalisador de desenvolvimento económico e social deve, então, ser reforçado pelo potencial de atração turística. Neste âmbito, à luz do Plano de Ação Regional Alentejo 2020, encontram-se definidas algumas Intervenções-tipo que deverão integrar as dinâmicas de desenvolvimento e promoção turística do destino Alentejo, nas quais importa reter a necessidade de requalificação/ criação de novos produtos de turismo cultural (desejavelmente associadas a projetos de empreendedorismo inovador).

Contudo, é importante notar que o setor do turismo na Região tem revelado dificuldades para articular a iniciativa dos agentes privados e das administrações, locais e central, no sentido de potenciar os recursos naturais, culturais e patrimoniais, numa perspetiva de desenvolvimento turístico-cultural. Este desafio ganha especial expressão no caso de Montemor-o-Novo.

2.4. Educação, Formação e Juventude

A abordagem desta Dimensão privilegia uma visão integrada dos desafios do território em relação à sua capacidade de fixar e qualificar a população, em particular os jovens e a população em idade ativa. A tendência agravada de diminuição da população em geral e, em particular, das camadas mais jovens, acrescenta novas dificuldades à reflexão sobre as perspetivas de desenvolvimento em matéria de educação e formação, nomeadamente, à capacidade dos territórios se manterem atrativos e sustentáveis.

Num Concelho envelhecido como Montemor-o-Novo, a inversão da tendência de diminuição da população jovem constitui um dos principais desafios com que o Concelho se defronta pelo que, nesta dimensão, a Carta Estratégia deverá assumir uma dupla preocupação: (i) criar condições de base que não só permitam dotar as empresas e outras instituições de recursos humanos qualificados e com competências em áreas-chave para a sua competitividade, como também alicerçar uma oferta de educação e formação que acompanhe a promoção de qualificações, dinamicamente ajustadas às necessidades de emprego do Concelho; e (ii) recuperar níveis de regeneração da população, o que se consegue criando condições para a permanência/fixação de jovens nascidos no Concelho, tornando-o mais atrativo.

Paralelamente, considera-se que a visão integrada das dimensões relativas à Educação-Formação e Juventude reforça o conceito de *Educação para a cidadania e o desenvolvimento*, que orienta a ação governativa do Concelho (cf. *Grandes Opções do Plano e Orçamento*, 2015).

Dotação de equipamentos escolares

A análise da evolução dos Estabelecimentos de Ensino no Concelho ao longo da última década (desde o ano letivo 2005/06) aponta para uma estabilidade do número de estabelecimentos de Ensino Pré-escolar; em 2005-06, as freguesias de Cabrela, Ciborro e Silveiras já não disponham de estabelecimentos. Também a Escola do Ensino Básico (EB) 2, 3 e a Escola Secundária de Montemor-o-Novo, situadas na sede do Concelho se mantiveram ao longo da década.

No 1º Ciclo do Ensino Básico o estabelecimento existente na freguesia de Cabrela encontra-se suspenso, por um período de 5 anos. No ano letivo 2015-16, ocorreu a abertura da EB nº 5 - Centro Escolar de Montemor-o-Novo, com 4 salas de Pré-escolar e 6 salas do 1º Ciclo, que integrou as 3 salas do Jardim de Infância nº 2, mais uma nova sala; a nível do 1º Ciclo, integrou 5 turmas que funcionavam no edifício da EB 2,3, mais uma nova sala.

Abandono, insucesso escolar e escolarização da população

O abandono escolar ao nível do Ensino Básico não constitui uma dimensão-problema estrutural, cifrando-se em 2011 em torno dos 1,2% de indivíduos com idade entre 10-15 anos que não concluíram o 3º ciclo e não frequentam a escola.

Os fatores de contexto que ajudam a explicar os avanços alcançados a este nível são, em particular:

- (i) o trabalho em rede entre as instituições locais com intervenção no campo social e da educação (nomeadamente, por via da ação da Rede Social), com vantagens na implementação de estratégias de sinalização e prevenção do abandono, junto dos jovens e das suas famílias;
- (ii) a aposta nas infraestruturas e respostas dirigidas aos jovens, com destaque para os equipamentos escolares e desportivos, onde se incluem projetos, como a Oficina da Criança e o Centro Juvenil;
- (iii) fraca incidência de problemáticas sociais com efeito desviante no percurso escolar dos jovens, como a criminalidade e as dependências.

Não obstante, no nível secundário, o indicador de Abandono Precoce (relativo ao número de indivíduos entre os 18 e 24 anos que não concluíram o Ensino Secundário e não se encontram a frequentar o sistema educativo ou um curso de formação profissional) apresenta valores bastante superiores, acima dos valores registados nos concelhos de Évora e Vendas Novas, pelo que é, sobretudo, ao nível do ensino secundário que a intervenção no combate ao abandono é mais premente.

No que respeita ao Insucesso, os valores das taxas de atraso escolar (que correspondem aproximadamente à proporção do número de alunos com pelo menos um ano de retenção no total de

alunos sem retenção que frequentam um determinado ciclo) dão conta da necessidade de intervenção, como de resto foi também veiculado pelos atores auscultados.

Quadro 21. Taxa de abandono escolar e abandono precoce e Indicadores de insucesso (2011)

	Évora	Montemor-o-Novo	Vendas Novas
Taxa de abandono escolar (10-15 anos)	1,3	1,2	0,7
Taxa de abandono precoce (18-24 anos)	22,8	26,4	25,8
Taxa de atraso no 1º ciclo do Ensino Básico	14,2	13,7	11,5
Taxa de atraso no 2º ciclo do Ensino Básico	33,4	33,9	24,0
Taxa de atraso no 3º ciclo do Ensino Básico	28,1	34,5	25,1
Taxa de atraso no Ensino Secundário	41,5	46,8	36,2

Fonte: INE, *Censos 2011*. Extraído da Associação EPIS (Empresários pela Inclusão Social), *Atlas EPIS da Educação - Desempenho e Potencial de Sucesso e Insucesso Escolar, por Concelho*.

Não obstante as elevadas taxas de atraso resultantes da retenção de alunos, Montemor-o-Novo ocupa uma posição positiva no panorama nacional. De acordo com uma tipologia concelhia de desempenho e potencial de sucesso e insucesso escolar apresentada no Estudo “Atlas da Educação: Contextos sociais e locais do sucesso e insucesso 1991-2012”², Montemor-o-Novo (a par de outros concelhos geograficamente próximos como Évora e Viana do Alentejo) insere-se num cluster composto por 80 concelhos “que conseguem conciliar resultados de exame do 9º ano acima do estimado, taxas de retenção próximas da média nacional e abandono inferior ao esperado. De certa forma este é o cluster que agrupa os concelhos em que há sucesso escolar (melhores resultados e reduzido abandono) com uma seletividade próxima da média nacional”. Quando se consideram os indicadores relativos ao Ensino Secundário, o posicionamento relativo do Concelho é prejudicado negativamente pelas elevadas taxas de atraso, passando a integrar um cluster marcado por níveis de sucesso próximos dos níveis esperados (tendo em conta os indicadores socioeconómicos explorados e a média nacional), mas com forte seletividade pela retenção.

Apesar dos progressos alcançados na melhoria das habilitações escolares da população, a baixa escolarização da população mantém-se como uma dimensão-problema a ter em conta da definição das prioridades da Carta Estratégica.

A população de Montemor-o-Novo continua a registar um peso superior dos escalões mais baixos de escolaridade, face à média registada no Alentejo Central e no Alentejo, para além de valores persistentes de analfabetismo associados ao elevado índice de envelhecimento do Concelho, em particular das suas freguesias rurais. (Cf. Quadro 8. *Nível de Escolaridade mais elevado da População Residente*).

²Justino, David et al. (2014). *Atlas da Educação-Contextos Sociais e Locais do Sucesso e Insucesso. Portugal, 1991-2012*. Lisboa: Cesnova/EPIS.

Em 2011, 56,2% da população residente com mais de 15 anos possuía um nível de escolaridade inferior ao 3º ciclo do Ensino Básico e desses, 35,5% possuía apenas o 1.º ciclo. O analfabetismo atingia, em 2011, 11% da população residente, enquanto em Portugal era de 5%.

Quadro 22. Escolarização da população nos concelhos do Alentejo Central (%)

	Évora	Montemor- -o-Novo	Vendas Novas	Alentejo	Alentejo Central
Taxa de Analfabetismo	5,5	11,4	8,2	9,6	9,3
População > 15 anos sem nenhum nível de escolaridade	6,5	12,4	9,9	10,7	10,2
População residente > 15 anos só com o 1º ciclo do Ensino Básico	24,1	35,5	33,2	31,6	31,0
População residente > 15 anos com escolaridade inferior ao 3º ciclo do Ensino Básico	38,6	56,2	51,7	51,0	49,9

Fonte: INE, Censos 2011.

Oferta de educação e formação

A dinâmica da oferta de educação e formação no Concelho confronta-se com limitações inerentes à fragilidade do tecido económico e do emprego, bem como decorrentes da menor oferta disponível e dos processos de planeamento definidos a nível supramunicipal. Do lado da oferta, as lógicas de concertação supramunicipal da rede de ofertas condicionam a oferta disponível no Concelho, tanto no caso da formação profissionalizante para jovens, em que a Escola Secundária tem vindo a ser condicionada na abertura de cursos em áreas estratégicas para a atração dos jovens (p.ex., Desporto, cursos de Ensino Artístico Especializado e na área técnica das Artes de Espetáculo), caso da oferta do IEFPP, fortemente concentrada em Évora. Paralelamente, a quebra na disponibilização de percursos formativos de RVCC contribuiu para a diminuição da frequência de formação por parte da população adulta com baixas qualificações escolares.

A este propósito os dados divulgados pela DGEEC-Direção Geral de Estatísticas da Educação e Ciência, relativos ao ano letivo 2012/2013 apontam para uma taxa de apenas 31,7% de matriculados no nível de ensino secundário em ofertas de dupla certificação. De salientar que esta taxa ascendeu aos 55,4% no ano letivo de 2008/2009, ano com pico de alunos matriculados (605) durante a vigência da Iniciativa Novas Oportunidades (INO), para a qual contribuiu fortemente o número de alunos matriculados em processos de RVCC (23%). Entre 2008/2009 e 2012/2013 (último ano letivo com dados disponíveis), o número global de alunos matriculados no Ensino Secundário tem vindo a diminuir (de 605 para 325), sendo que a taxa de variação relativa aos alunos matriculados em ofertas de dupla certificação é foi de -69,3% (enquanto que a taxa de variação dos alunos matriculados no ensino regular é de -17,2%), por via da diminuição das inscrições em processos de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências e em cursos de Educação e Formação de Adultos.

Os principais operadores de educação-formação do Concelho salientam a necessidade de continuar a aposta na oferta de formação de natureza profissionalizante, de forma a atrair os jovens para a continuação dos estudos e promover a sua integração profissional, bem como evitar a exclusão precoce dos ativos com inserção profissional. Paralelamente, reforça-se a ideia avançada no diagnóstico da anterior Carta Estratégica de que a eficácia futura da formação profissional requer a coordenação entre as entidades intervenientes, públicas, associativas e privadas e os diversos setores de atividade económica, na identificação de necessidades e na definição dos conteúdos dos cursos.

No plano da formação inicial de jovens há evidências de uma maior coordenação entre operadores e de um esforço concertado de ajustamento das ofertas aos interesses dos jovens e às oportunidades locais, que nos últimos anos se firmou na aposta nas seguintes áreas:

- (i) *Artística*: com destaque para a entrada em funcionamento do ano letivo 2015/2016 da nova Escola Profissional de Música e Luthiers, que representa um projeto diferenciador no conjunto da oferta regional e com potencial para atrair jovens de outros concelhos. Também a Escola Secundária procurou enquadrar no seu *portfolio* cursos profissionalizantes na componente técnica das Artes de Espetáculo (sonoplastia e iluminação). Contudo, não se realizaram por falta de inscritos.
- (ii) *Mecânica/ Metalurgia e Metalomecânica*: que é considerada uma área de formação com forte tradição no Concelho e que continua a registar uma elevada taxa de empregabilidade, associada à procura desencadeada pela indústria instalada em Vendas Novas. Exemplo da procura dos jovens por essa área de formação são os que frequentam o curso profissional Técnico de Manutenção Industrial na Escola Secundária de Montemor-o-Novo (concluíram o curso no ano de 2014/2015) e os jovens que frequentam os cursos profissionais de Técnico de Manutenção Industrial - vertentes Eletromecânica (formados na Escola Secundária Gabriel Pereira - Évora desde o ano letivo 2012/2013) e de Aeronaves (curso iniciado no ano letivo 2014/2015 na referida Escola de Évora).

Esta área enquadra-se numa fileira de formação tecnológica que tem vindo a afirmar-se no Distrito, a reboque da presença da Embraer, em Évora, e que constitui uma aposta estratégica e diferenciadora do Centro de Formação do IEFP. A oferta existente gravita em torno da Aeronáutica, com especializações diversas (p.ex., compósitos, estruturas, metalurgia, eletrónica e automação), estando fundamentalmente concentrada em Évora, mas na esfera de influência dos concelhos vizinhos, como Montemor-o-Novo.

- (iii) *Produção Agrícola e Animal*: em particular Viticultura e Enologia (em 2015/2016 forma-se o primeiro grupo de diplomados deste curso profissional) e Produção agrária - vertente animal e

vegetal (cursos que iniciaram o 10º ano em 2014/2015). A criação destas ofertas procurou dar resposta às necessidades de técnicos especializados e as entidades locais têm-se mostrado recetivas ao acolhimento dos jovens no âmbito da formação em contexto de trabalho, o que pode ser considerado um indicador positivo do interesse da formação junto dos potenciais empregadores.

- (iv) *Gestão e Administração*: no ano letivo de 2013/2014 teve início o curso profissional Técnico de Gestão, lecionado na Escola Secundária de Montemor-o-Novo e na EPRAL - Escola Profissional da Região Alentejo, em Évora. Esta oferta corresponde a uma área abrangente do ponto de vista das oportunidades profissionais, sem um cariz menos marcadamente regional como as anteriores, mas ainda assim vai ao encontro do perfil de necessidades de competências apontadas por entidades locais, nomeadamente do setor social e associativo (cf. *Anexo B*).

Na ótica da qualificação e reconversão profissional da população adulta, também há evidências da preocupação em atender à evolução das necessidades das empresas e outras organizações, em matéria de fixação de competências. A fragilidade da dinâmica das atividades económicas no Concelho é a dimensão mais problemática da capacidade de *matching* entre a oferta a disponibilizar e a procura de qualificações. Não obstante, o serviço público de emprego e formação profissional conta com um Conselho Consultivo que integra representantes de empresas e parceiros sindicais, e que permite acompanhar as áreas de investimento e potencial de crescimento do emprego na Região, com vista a favorecer aquela articulação.

O *Turismo* e a *Agricultura*, em particular quando associados à dinamização de negócios relacionados com a produção e a comercialização de produtos regionais, são áreas particularmente relevantes ao nível das estratégias de qualificação e reconversão profissional da população adulta³. Nesse sentido, verifica-se uma aposta na oferta formativa para a (re)qualificação dos adultos centrada precisamente nestas áreas de formação, de que são exemplo as diversas ofertas registadas na CELFINFO e no IEFP - delegação em Évora e Montemor-o-Novo (modalidades FMC - Formações Modulares Certificadas e EFA - Educação e Formação de Adultos) e o Técnico/a de Turismo Ambiental e Rural (modalidade EFA) lecionado pelo INOVINTER - Centro de Formação e de Inovação Tecnológica - Vendas Novas.

A este nível, reporta-se a necessidade de contemplar estratégias de formação mais orientadas para a gestão/formação de empresários, em particular na área agrícola, que possa servir de estímulo ao desejável *upgrade* dos processos produtivos.

³ Esta perspetiva vai ao encontro da informação constante no documento *Apoio à Implementação e Funcionamento do Gabinete de Inovação e Gestão Estratégica*, Gabinete Oliveira das Neves (2013).

Por último, o setor dos *Serviços* regista necessidades de recrutamento e de qualificação técnica e especializada dos recursos humanos das instituições locais, com vista à melhoria da qualidade dos serviços prestados à população (cf. *Anexo B*), o que pode motivar a organização de modalidades de formação à medida, potenciadoras do recrutamento de novos profissionais.

Juventude e Desporto

O investimento na educação, no desporto e na cultura têm contribuído para consolidar uma rede institucional de suporte à juventude com efeitos positivos, também, na sua capacidade de iniciativa e associativismo.

O Associativismo e o Desporto constituem dois vetores bastante consolidados no Concelho e que beneficiam de investimentos recentes relevantes, nomeadamente a requalificação do Centro Juvenil, que permitiu a criação de um espaço polivalente para acolhimento de projetos, iniciativas e ações especificamente dirigidos aos jovens. No plano desportivo foram realizados importantes investimentos que contribuem para a consolidação de uma rede diversificada de equipamentos e modalidades desportivas, com resultados visíveis na mobilização da população para a prática desportiva e para o reforço da atividade desportiva escolar: em 2014, 308 jovens beneficiaram do Programa Escolas e Escolinhas de Desporto (em 2007, foram abrangidos por este Programa 112 jovens).

Quadro 23. Equipamentos e Modalidades desportivas no Concelho

Freguesias	Equipamentos										Tipo de modalidades
	Grandes Campos de Jogos	Pavilhões de Desporto	Pequenos Campos de Jogos e Ringuês Polidesportivos	Salas de Desporto	Sala Polivalente	Pista de Atletismo	Apeadeiro	Piscina coberta	Piscina descoberta	Outros	
Cabrela	1	-	1	-	-	-		-	-	-	Futebol
Ciborro	1	-	1	-	-	-		-	-	1	Futebol / Escola de Modalidade; e Slalom, Saltos e Wakeboard
Foros de Vale de Figueira	1	-	1	-	-	-		-	-	1	Escolinha de Desporto; e Voo à Vela
Santiago do Escoural	2	-	-	-	-	-		-	-	-	Futebol
São Cristóvão	1	-	1	-	-	-		-	-	-	-
União de Freguesias (Nossa Sra. do Bispo, Vila e Silveiras)	7	2	8	4	1	2	1	1	1	1	Aulas de Manutenção Física; Equitação (Obstáculos; Volteio; Ensino); Escolinha de Desporto; Expressão Motora; Judo; Futebol; Escola de Modalidade; Futsal; Basquetebol; Rugby; Ténis; e Ténis de Mesa; Natação
União de Freguesias (Lavre e Cortiçadas)	2	-	2	-	2	-		-	-	-	Escolinha de desporto; e Futebol

Fonte: Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, tratamento GON.

Quadro 24. Total de abrangidos no Programa de Formação Desportiva no Concelho

Modalidades	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Futsal	39	36	27	36	---	28	59	45
Rugby	52	44	66	60	53	78	63	65
Futebol	111	126	151	147	142	148	158	150
Atletismo	33	36	48	51	34	24	21	36
Ténis de Mesa	12	13	10	15	16	11	18	22
Natação	---	---	---	15	21	19	30	32
Ténis	---	---	---	---	---	40	30	30
Total	442	466	538	573	458	559	635	633

Fonte: Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, tratamento GON.

3. ECONOMIA - Especialização e Desenvolvimento

3.1. Especialização Económica e do Emprego

No contexto regional, Montemor-o-Novo apresenta dois principais vetores de especialização económica:

- *Agricultura, Produção animal e Floresta* com expressão equilibrada tanto em termos de unidades empresariais, como de emprego (pessoal ao serviço dos estabelecimentos/ empresas), com tendência de evolução regressiva entre 2007 e 2013 mas mantendo um Quociente de Localização acima de 1,5.

A especialização na agricultura e produção animal ocorre num contexto de ligeiro crescimento do nº de explorações agrícolas e de crescimento acentuado, da SAU entre 1999 e 2009 com destaque para duas atividades: a criação de bovinos (com aumento em 4,2% do nº de explorações e em 34,8% do efetivo animal) e a exploração vitivinícola (com aumento de 54,2% da SAU e 2,8% das explorações com vinha).

- *Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas*, também com uma relação equilibrada de especialização em ambas as variáveis (empresas e emprego), mas com dinâmica de reforço no espaço regional tal como expressa a evolução dos valores do Quociente entre 2007 e 2013, em qualquer das variáveis.

Num segundo plano mas revelando, ainda, Quocientes superiores a 1, surgem a Construção, as Atividades de Saúde humana e Apoio Social, as Atividades imobiliárias e o Alojamento e Restauração (no emprego) e, a Construção e as Atividades de Consultoria (nos estabelecimentos).

Este padrão de especialização evidencia duas vertentes estruturantes: (i) uma, de matriz económico-produtiva associada ao aproveitamento/ transformação e valorização de recursos naturais; e (ii) outra, em grande parte resultante das dinâmicas de incentivo e investimento público municipal (Cultura, Desporto e Recreio, Saúde e Apoio social).

Entre os ramos de atividade com Quocientes de Localização inferiores a 1, importa salientar as “performances” do Comércio por grosso e a retalho, com valores próprios de centros urbanos regionais, e da Indústria transformadora, que não traduzem o apreciável investimento realizado pelo Município no domínio da infraestruturação económica.

Quadro 25. Quociente de Localização do Concelho de Montemor-o-Novo face à NUT II Alentejo

CAE	Pessoal ao Serviço		Estabelecimentos	
	2007	2013	2007	2013
A - Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	1,79	1,57	1,78	1,59
B - Indústrias extrativas	-	-	-	-
C - Indústrias transformadoras	0,57	0,61	0,79	0,73
D - Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	0,78	0,22	1,04	1,06
E - Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	-	0,02	-	0,25
F - Construção	1,52	2,15	0,79	1,18
G - Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	0,88	0,92	0,86	0,83
H - Transportes e armazenagem	0,77	0,52	0,75	0,78
I - Alojamento, restauração e similares	1,01	1,01	1,05	0,85
J - Atividades de informação e de comunicação	0,46	0,27	0,72	0,36
K - Atividades financeiras e de seguros	0,84	0,89	0,92	0,92
L - Atividades imobiliárias	0,93	1,15	0,88	0,85
M - Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	1,00	0,97	0,92	1,17
N - Atividades administrativas e dos serviços de apoio	0,46	0,46	1,05	0,90
O - Administração Pública e Defesa; Segurança Social Obrigatória	0,41	0,00	0,36	0,00
P - Educação	0,33	0,36	0,41	0,61
Q - Atividades de saúde humana e apoio social	1,46	1,25	0,99	0,95
R - Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	1,30	1,48	0,93	1,57
S - Outras atividades de serviços	0,88	0,76	0,73	0,74
Total	1,00	1,00	1,00	1,00

Nota: QLrj é o Quociente de Localização da atividade j na Região r (Montemor-o-Novo), face ao espaço padrão (Alentejo); $QLrj = (Xrj/Xr)/(Xpj/Xp)$; Xrj é o valor da variável x para a atividade j na Região r (Montemor-o-Novo); Xr é o valor da variável x para o conjunto de atividades na Região r (Montemor-o-Novo); Xpj é o valor da variável x para a atividade j no espaço padrão (Alentejo); Xp é o valor da variável x para o conjunto de atividades no espaço padrão (Alentejo).

Fonte: GEE/ ME, *Quadros de Pessoal*.

A evolução recente (2007-2013) da atividade económico-empresarial evidencia uma quebra do volume de estabelecimentos com atividade no Concelho de 835 para 707 unidades (-15,3%), numa evolução que segue as tendências sub-regionais (-19,9%). A evolução da variável emprego (pessoal ao serviço) mostra que Montemor-o-Novo perdeu 938 postos de trabalho em seis anos (-21,1%), seguindo a tendência verificada no Alentejo Central (-20,1%).

Quadro 26. Variação do Nº de Estabelecimentos e do Pessoal ao Serviço (2007-2013)

CAE (rev. 3.0)	Estabelecimentos		Pessoal ao Serviço	
	Montemor-o-Novo	Alentejo Central	Montemor-o-Novo	Alentejo Central
A - Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	-13,1	-15,9	-17,7	-23,6
B - Indústrias extrativas	-	-11,1	-	-31,0
C - Indústrias transformadoras	-23,3	-21,2	-17,6	-18,6
D - Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	0,0	28,6	-75,0	-24,5
E - Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	-	190,0	-	60,3
F - Construção	-16,2	-41,9	-35,8	-55,9
G - Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	-19,7	-21,3	-18,3	-19,5
H - Transportes e armazenagem	-20,8	-36,7	-52,0	-31,1
I - Alojamento, restauração e similares	-32,6	-21,1	-29,2	-20,1
J - Atividades de informação e de comunicação	-50,0	11,9	-40,0	43,2
K - Atividades financeiras e de seguros	11,8	7,1	-1,4	-8,0
L - Atividades imobiliárias	-40,0	-39,8	-36,0	-47,6
M - Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	31,3	-1,5	12,0	-0,2
N - Atividades administrativas e dos serviços de apoio	-40,9	-30,6	-36,6	-23,8
O - Administração Pública e Defesa; Segurança Social Obrigatória	-100,0	-63,4	-100,0	-59,3
P - Educação	0,0	-23,1	-26,1	-14,2
Q - Atividades de saúde humana e apoio social	11,8	4,5	0,0	18,3
R - Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	57,1	-15,1	7,7	15,1
S - Outras atividades de serviços	-8,3	-19,5	-18,3	-7,4
Total	-15,3	-19,9	-21,1	-20,1

Fonte: GEE/ ME, *Quadros de Pessoal*.

Na análise por ramo de atividade, os comportamentos negativos ocorrem nos sectores produtivos (primário e secundário - indústrias transformadoras e construção) enquanto as atividades do terciário tanto de natureza económica como social apresentam evoluções positivas, com destaque para as atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas, com expressão em Montemor, nomeadamente fruto das políticas municipais concretizadas ao longo das últimas décadas.

Não obstante a descida do volume de emprego existem atividades com “performances” positivas importantes quer pelo seu carácter diferenciador (p.ex., atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares e as referidas atividades culturais e desportivas), quer por se tratar de atividades produtivas com tendência geral de quebra que não se verifica no Concelho (p.ex., indústrias transformadoras).

No âmbito das atividades técnicas para a Revisão/Atualização da Carta Estratégica foi conduzido um processo de inquirição junto de centena e meia de unidades empresariais sedeadas e com atividade no

Concelho de Montemor-o-Novo. O tratamento do Questionário permite sintetizar um conjunto de resultados com maior relevância para o Diagnóstico prospetivo da economia de Montemor-o-Novo:

- **Principais problemas no ramo de atividade das empresas.** A “conjuntura económica nacional” é referida como principal problema por três em cada quatro empresas; a “falta de investimento privado” e o “peso da concorrência (nacional e internacional)”, são referenciados por 28 e 26% das empresas inquiridas, respetivamente. A falta de mão-de-obra qualificada (referência frequentemente importante em territórios de baixa densidade) surge citada por menos de dez por cento das empresas inquiridas.

Principais problemas identificados (em %)



(N=137, com múltiplas escolhas possíveis)

Fonte: *Inquérito às Empresas com atividade no Concelho, 2015*, Gabinete Oliveira das Neves.

Entre as medidas prioritárias para resolver os problemas identificados, destacam-se o investimento público orientado para apoiar as empresas (24,4%), o aumento do rendimento disponível/ poder de compra da população (23,3%) e, ainda, a criação de emprego (21,1%).

Medidas para a resolução (em %)

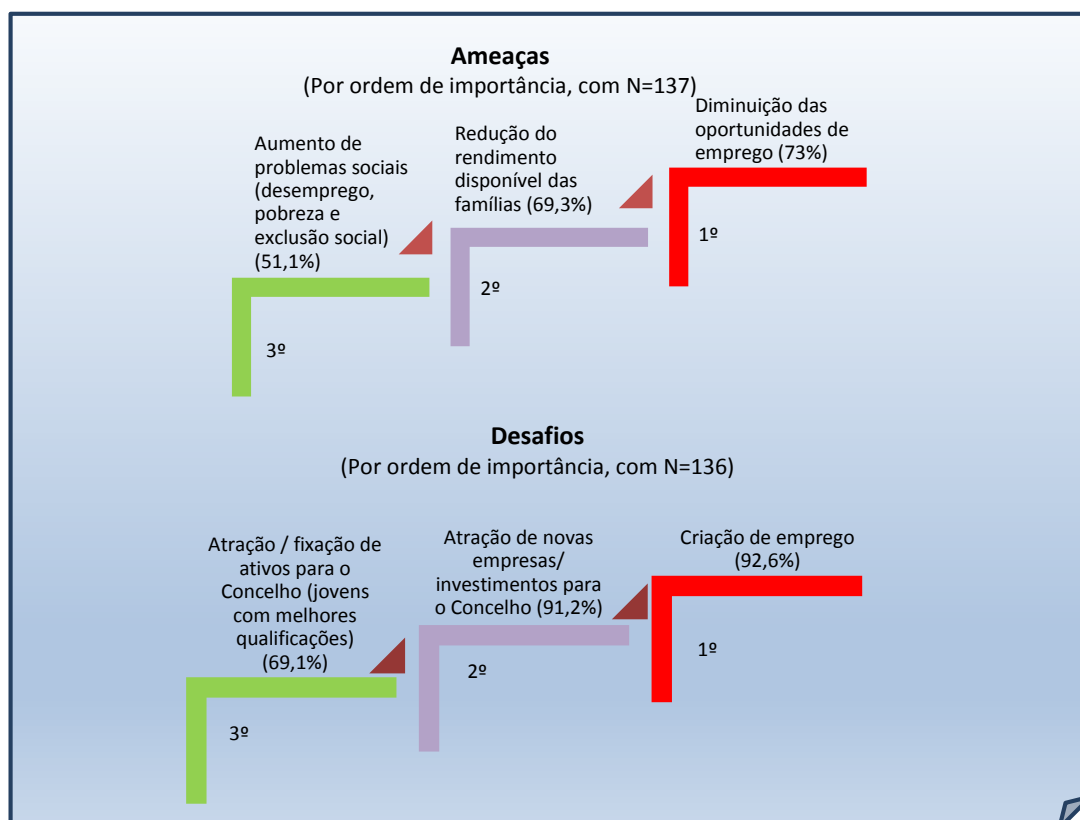


(Questão aberta, com N=90)

Fonte: *Inquérito às Empresas com atividade no Concelho, 2015*, Gabinete Oliveira das Neves.

- **Ameaças.** A diminuição das oportunidades de emprego constitui a principal ameaça na ótica das empresas (73%), seguida de perto pela redução do rendimento das famílias (69,3%), refletindo o peso das empresas ligadas ao comércio e serviços de proximidade (pessoais) na amostra de respondentes ao Inquérito. O aumento dos problemas sociais (desemprego, pobreza e exclusão) e a perda e envelhecimento da população são as ameaças seguintes referenciadas pelas empresas.
- **Desafios no horizonte 2025.** Os principais desafios situam-se no par “Atração de novas empresas/Investimentos para o Concelho e Criação de emprego” (acima de noventa por cento de referências). A “Atração/fixação de ativos” (jovens dotados de melhores qualificações) constitui o desafio seguinte identificado pelas empresas (próximo de 70% das referências).

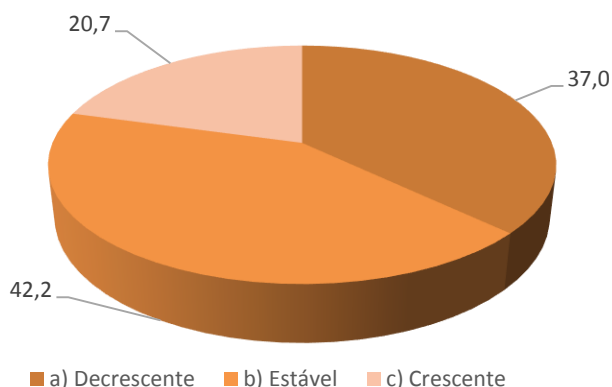
Ameaças e Desafios no horizonte 2025



Fonte: *Inquérito às Empresas com atividade no Concelho, 2015*, Gabinete Oliveira das Neves.

- **Tendências de evolução da atividade empresarial.** Relativa estabilidade futura (42% das respostas recolhidas), com intenção de investimento nos próximos anos, sobretudo, na empresa atual. No entanto, 37% das empresas inquiridas preveem decréscimo de atividade e cerca de 57% não tenciona investir, sobretudo, fruto da natureza da atividade e da evolução pessimista da conjuntura económica nacional mas também da idade, motivo da decisão de não investir para 20% das empresas que responderam ao Inquérito.

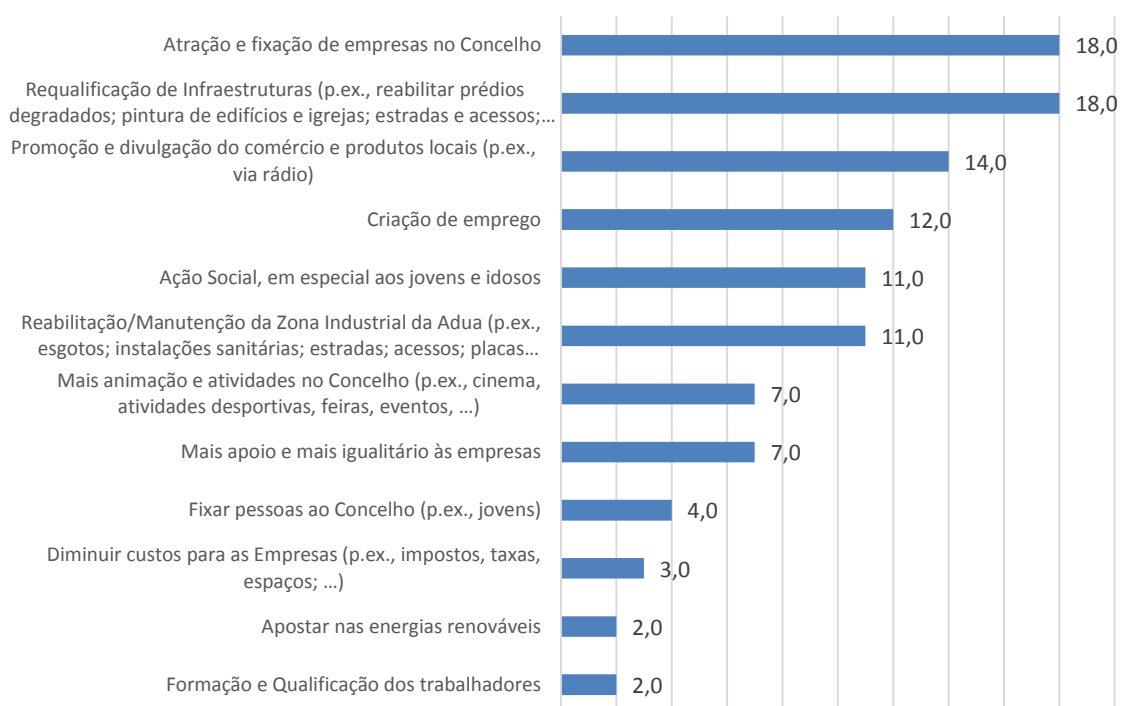
Perspetivas de desenvolvimento da atividade económica (em %)



Fonte: *Inquérito às Empresas com atividade no Concelho, 2015*, Gabinete Oliveira das Neves.

- **Orientação do investimento municipal no horizonte 2025.** Para as empresas inquiridas as prioridades de investimento (projetos, iniciativas, ações, ...) do Município deverão orientar-se para a Atração e fixação de empresas no Concelho (18%), para a Requalificação de infraestruturas (18%), e para a Promoção e divulgação do comércio e produtos locais (14%). A Reabilitação/Manutenção da Zona Industrial da Adua, recolhe 11% das indicações de prioridade de intervenção municipal.

Projetos e Iniciativas da CM Montemor-o-Novo para promover o Concelho até 2025 (em %)



Fonte: *Inquérito às Empresas com atividade no Concelho, 2015*, Gabinete Oliveira das Neves.

3.2. Estrutura económico-empresarial e infraestruturas de suporte

Esta componente do Diagnóstico, referente à economia do Concelho, tem enfoque: na estrutura empresarial, variáveis económicas e dinâmicas de investimento produtivo; nas infraestruturas económicas; e nas iniciativas municipais orientadas para o desenvolvimento económico-empresarial.

A análise da evolução, desde 2007 a 2013, servirá de base ao quadro prospetivo de desenvolvimento económico de apoio à definição de objetivos estratégicos e sequente elaboração de medidas e propostas de intervenção, tendo em conta as apreciações e sugestões resultantes dos contactos e inquéritos realizados a agentes económicos e a instituições públicas, incluindo serviços do município.

Do ponto de vista económico são fatores favoráveis ao desenvolvimento do Concelho de Montemor-o-Novo a localização geográfica de relativa proximidade à capital regional e a Lisboa, as condições de acessibilidade, bem como as características de relevo, revestimento vegetal e património cultural.

Na dinâmica de desenvolvimento regional a adesão às Comunidade Europeias constituiu um fator favorável ao Concelho de Montemor-o-Novo, que impulsionou a melhoria de infraestruturas e equipamentos coletivos e, acessoriamente, beneficiou alguns subsectores económicos, nomeadamente, o da pecuária, contudo, o decréscimo populacional das décadas precedentes contribuiu para o continuado envelhecimento da população (mais de um quarto da população tem mais de 65 anos) e para o despovoamento das freguesias rurais, ao ponto de a cidade de Montemor-o-Novo (cerca de 11.000 habitantes) concentrar atualmente cerca de 62% de toda a população do Concelho, ocupada predominantemente em atividades de comércio e serviços.

Os grandes investimentos regionais, que foram investimentos infraestruturais, em Alqueva, Sines e na rede viária, não provocaram, ainda, o efeito esperado de “atração” e “spill over” de atividades produtivas para o Alentejo Central, daí resultando uma escassa dinâmica propulsora desses investimentos sobre atividades instaladas ou atraídas para Montemor-o-Novo.

Não foi, também, muito significativa na perspetiva do desenvolvimento económico, a valorização decorrente da qualidade dos recursos naturais e ambientais, em setores como o turismo, as energias renováveis ou as indústrias alimentares.

Deste modo, torna-se indispensável a procura de uma estratégia de crescimento económico para o Concelho, que, apostando mais nas atividades produtivas, reforce a valorização dos fatores de localização e dos recursos locais, incluindo os recursos humanos, salvaguardando a qualidade ecológica existente, na perspetiva do desenvolvimento sustentável.

Evolução das empresas, do pessoal ao serviço e do VAB

De acordo com o Censo de 2011, a população ativa empregada com residência no Concelho de Montemor-o-Novo, correspondia a 7.231 pessoas e o emprego em estabelecimentos de empresas com atividade no Concelho correspondia, nesse mesmo ano, a 5.033 pessoas⁴, estimando-se que o emprego nos setores sociais e na Administração Pública se situasse próximo de 2.000 pessoas e o emprego em empresas com sede no próprio Concelho se situasse próximo de 4.250 pessoas.

A evolução ocorrida na economia do Concelho entre 2007 (ano da aprovação da Carta Estratégica) e 2013 está ilustrada nos quadros os quais mostram, em paralelo com a evolução concelhia, a evolução do

⁴ Anuário Estatístico da Região do Alentejo, 2012 - Quadro III.3.14.

Alentejo Central e da Região do Alentejo, no tocante ao volume de empresas, pessoal ao serviço e valor acrescentado bruto (VAB) a preços de mercado

As grandezas referidas estão desgregadas por setores da CAE (rev 3.0) e incluem, de acordo com o Sistema de Contas Integradas das Empresas, além de sociedades, empresas dos setores primário, secundário e terciário e profissões liberais, e, excluem as empresas do setor financeiro (Banca e Seguros).

Entre 2007 e 2013 ocorreu no Concelho, à semelhança do Alentejo Central e da Região, uma redução generalizada do número de empresas em atividade que, em termos relativos, foi mais acentuada no Concelho de Montemor-o-Novo.

Quadro 27. Distribuição e variação da estrutura empresarial - 2007 - 2013 (%)

Empresas dos setores não financeiros	Montemor-o-Novo			Alentejo Central			Região do Alentejo		
	2007	2013	Var.	2007	2013	Var.	2007	2013	Var.
Agricultura, Pecuária, Florestas, Caça e Pesca	19,7	22,1	-1,8	16,2	19,9	10,8	17,5	22,1	12,2
Indústrias Extrativas e Transformadoras	4,9	4,2	-25,7	6,8	5,9	-22,4	6,2	5,4	-21,9
Energia, Águas, Saneamento e Resíduos	-	0,1	-	0,1	0,2	40,9	0,1	0,2	76,9
Construção	9,8	7,5	-32,9	8,5	6,3	-33,5	8,6	6,1	-36,4
Comércio (grosso e retalho) e reparação auto	20,7	19,0	-19,7	23,1	19,6	-23,3	23,9	20,6	-23,3
Transportes e Armazenagem	1,5	1,9	8,8	2,0	1,6	-24,6	2,1	1,9	-20,2
Alojamento, Restauração e Similares	8,9	8,6	-15,2	9,0	9,1	-9,1	9,1	9,0	-12,3
Informação, Comunicação e Imobiliário	2,0	1,7	-26,7	2,0	2,3	4,2	1,9	2,1	-1,6
Restantes Serviços	32,3	35,0	-4,8	32,2	35,1	-1,9	30,6	32,7	-4,8
Total	100,0	100,0	-12,2	100,0	100,0	-9,8	100,0	100,0	-10,9

Fonte: INE, Sistema de Contas Integradas das Empresas (SCIE).

Os subsetores que sofreram maiores reduções foram os da indústria transformadora, da construção e da informação, comunicação e imobiliário com quebras superiores a 20%. Os subsetores agrupados sob a designação “restantes serviços” e que abrangem atividade de consultoria, educação, saúde, apoio social, atividades administrativas, artísticas, desportivas e recreativas e diversas outras atividades não especificadas, são os que agrupam maior nº de empresas, incluindo profissionais liberais.

No Quadro seguinte sintetiza-se a evolução do pessoal ao serviço nas empresas dos setores não financeiros em atividade, entre 2007 e 2013, confirmando as consequências negativas sobre o emprego que resultaram da redução do volume de empresas.

Quadro 28. Pessoal ao serviço (nº) nas empresas dos setores não financeiros

Empresas dos setores não financeiros	Montemor-o-Novo		Alentejo Central		Região do Alentejo	
	2007	2013	2007	2013	2007	2013
Agricultura, Pecuária, Florestas, Caça e Pesca	1.052	944	7.289	6.664	32.063	33.113
Indústrias Extrativas e Transformadoras	536	472	10.280	nd	38.538	32.963
Energia, Águas, Saneamento e Resíduos	nd	nd	nd	229	1.024	1.904
Construção	695	359	5.751	2.813	26.628	13.268
Comércio (grosso e retalho) e reparação auto	1.186	846	10.031	8.006	47.374	38.319
Transportes e Armazenagem	135	78	950	1.204	6.362	6.055
Alojamento, Restauração e Similares	375	281	3.842	3.606	15.864	13.969
Informação, Comunicação e Imobiliário	nd	47	nd	359	3.145	2.766
Outros Serviços	1.056	1.007	6.514	9.150	45.167	37.952
Total	5.116	4.038	50.278	40.824	216.165	180.309

nd - Não disponível.

Fonte: INE, *Sistema de Contas Integradas das Empresas (SCIE)*.

A redução ocorrida no Concelho de Montemor-o-Novo foi proporcionalmente maior do que as que ocorreram quer no Alentejo Central quer na Região, com evidência para os decréscimos nos setores da Construção, dos Transportes e Armazenagem e do Alojamento, Restauração e Similares. O Valor Acrescentado Bruto (VAB) representa o contributo das empresas para o Produto Nacional. O VAB das empresas dos setores não financeiros no Concelho, no Alentejo Central e na Região do Alentejo sofreu uma significativa contração, com destaque, uma vez mais, para a quebra no Concelho de Montemor-o-Novo, como se mostra no Quadro seguinte.

O contributo do Concelho para o VAB do Alentejo Central tem-se situado a um nível relativamente modesto (9,7%, em 2013).

Quadro 29. Valor Acrescentado Bruto (setores não financeiros) - mil € (2007-2013)

Empresas dos setores não financeiros	Montemor-o-Novo		Alentejo Central		Região do Alentejo	
	2007	2013	2007	2013	2007	2013
Agricultura, Pecuária, Florestas, Caça e Pesca	9.812	11.392	54.125	48.641	321.692	308.122
Indústrias Extrativas e Transformadoras	10.304	12.207	248.861	nd	1.383.443	972.068
Energia, Águas, Saneamento e Resíduos	nd	nd	nd	10.610	66.290	145.455
Construção	11.506	4.501	76.389	30.309	351.541	162.263
Comércio (grosso e retalho) e reparação auto	14.705	12.632	141.367	109.528	765.618	596.592
Transportes e Armazenagem	2.525	924	16.067	23.487	235.366	248.498
Alojamento, Restauração e Similares	4.656	2.090	55.497	33.441	221.131	139.641
Informação, Comunicação e Imobiliário	nd	427	nd	nd	58.267	57.154
Outros serviços	9.425	9.480	125.761	83.002	533.016	386.661
TOTAL	66.912	53.669	742.064	553.625	3.936.364	3.016.454

nd - Não disponível.

Fonte: INE, *Sistema de Contas Integradas das Empresas (SCIE)*.

A dimensão média das empresas do Concelho é, em geral, muito reduzida tal como sucede no Alentejo Central e na Região do Alentejo. No Concelho de Montemor-o-Novo não existiam empresas com mais de 250 pessoas ao serviço e a proporção de empresas em nome individual era de 71,2% do total.

Quadro 30. Dimensão média das empresas (pessoal por empresa) - 2007 - 2013

Empresas dos setores não financeiros	Montemor-o-Novo		Alentejo Central		Região do Alentejo	
	2007	2013	2007	2013	2007	2013
Agricultura, Pecuária, Florestas, Caça e Pesca	2,4	2,2	2,2	1,8	2,1	2
Indústrias Extrativas e Transformadoras	4,9	5,8	7,5	nd	7,3	8
Energia, Águas, Saneamento e Resíduos	nd	nd	nd	7,4	13,1	13,8
Construção	3,2	2,5	3,3	2,5	3,6	2,8
Comércio (grosso e retalho) e reparação auto	2,6	2,3	2,1	2,2	2,3	2,4
Transportes e Armazenagem	4	2,1	2,4	4	3,6	4,2
Alojamento, Restauração e Similares	1,9	1,7	2,1	2,2	2	2
Informação, Comunicação e Imobiliário	-	1,4	-	0,8	-	1,7
Outros serviços	1,5	1,5	1	1,4	1,7	1,5
Dimensão média geral	2,3	2,1	2,5	2,2	2,5	2,4

nd - Não disponível.

Fonte: INE, Sistema de Contas Integradas das Empresas (SCIE).

No que respeita ao VAB por empregado, entre 2007 e 2013, ocorreram em Montemor-o-Novo quebras acentuadas nos setores da Construção, Transportes e Armazenagem e Alojamento, Restauração e Similares, sendo de destacar a evolução favorável do setor da Indústria transformadora.

Quadro 31. Produtividade média do pessoal (VAB por empregado-euros) - 2007 - 2013

Empresas dos setores não financeiros	Montemor-o-Novo		Alentejo Central		Região do Alentejo	
	2007	2013	2007	2013	2007	2013
Agricultura, Pecuária, Florestas, Caça e Pesca	9.327,40	12.067,87	7.425,60	7.299,06	10.033,10	9.305,18
Indústrias Extrativas e Transformadoras	19.224,30	25.863,15	24.208,30	nd	35.898,20	29.489,67
Energia, Águas, Saneamento e Resíduos	nd	nd	nd	46.330,34	64.736,50	76.394,21
Construção	16.555,70	12.536,96	13.282,80	10.774,78	13.201,90	12.229,65
Comércio (grosso e retalho) e reparação auto	12.398,80	14.931,19	14.093,00	13.680,77	16.161,20	15.569,09
Transportes e Armazenagem	18.706,70	11.846,73	16.912,90	19.507,75	36.995,60	41.040,20
Alojamento, Restauração e Similares	12.415,50	7.436,70	14.444,90	9.273,61	13.939,20	9.996,48
Informação, Comunicação e Imobiliário	nd	9.081,83	nd	nd	18.526,80	20.662,87
Outros serviços	8.924,90	9.414,33	19.306,20	9.071,20	11.801,00	10.188,16
Dimensão média geral	13.079,00	13.291,03	14.759,20	13.561,27	18.210,00	16.729,36

nd - Não disponível.

Fonte: INE, Sistema de Contas Integradas das Empresas (SCIE).

A informação sobre a estrutura empresarial revela as consequências desfavoráveis da crise económica na Região do Alentejo e no Concelho de Montemor-o-Novo afetando severamente as expectativas decorrentes da Carta Estratégica de 2007, em relação à generalidade dos projetos de matriz empresarial, incluídos nos Programas de Atuação referentes à economia e emprego, à expansão da capacidade empresarial e logística, à modernização do comércio e serviços e ao turismo, que ficaram em grande parte por realizar, conforme se confirmou nas entrevistas e inquéritos locais.

Investimento produtivo

Nas dinâmicas de investimento privado apoiadas pelos Fundos Estruturais, designadamente pelos PO Fatores de Competitividade (COMPETE) e INALENTEJO (ambos FEDER), destaca-se a aprovação de cerca de duas dezenas de projetos ao abrigo dos Sistemas de Incentivos num montante global superior a 14,7 Milhões de Euros.

Quadro 32. Projetos aprovados por Sistema de Incentivo, no Concelho de Montemor-o-Novo

Sistema de Incentivo	Projetos		Investimento elegível	
	Nº	%	Montante (€)	%
SI Inovação/ Empreendedorismo Qualificado	1	5,0	656.782	4,5
SI Inovação/I novação Produtiva	4	20,0	13.640.483	92,5
SI Qualificação PME/ Projetos Individuais e de Cooperação	2	10,0	181.563	1,2
SI Qualificação PME/ Vale Inovação	11	55,0	229.483	1,6
Sistema de Incentivos de Apoio Local a Microempresas (SIALM)	2	10,0	33.216	0,2
Total	20	100,0	14.741.527	100,0

Fonte: POCF, informação extraída a 30 de Dezembro de 2015.

A elevada concentração do investimento elegível (92,5% no SI Inovação/ Inovação Produtiva) ocorre em torno de projetos de aldeamento turístico, de produção de novos componentes para a indústria automóvel e de desenvolvimento e produção de novos produtos elétricos. O projeto no domínio da Inovação/ Empreendedorismo qualificado refere-se à produção de carvão ecológico, dentro da cadeia de valor da economia de montado.

Em termos setoriais observa-se um relativo equilíbrio entre a Indústria e o Turismo, este último setor com níveis de investimento por projeto bastante superior à média dos investimentos aprovados.

Quadro 33. Projetos aprovados por setor de atividade, no Concelho de Montemor-o-Novo

Setor	Projetos		Investimento elegível		Investimento médio por projeto
	Nº	%	Montante (€)	%	
Comércio	5	23,8	190.352	1,3	38.070
Indústria	8	38,1	7.820.611	53,1	977.576
Serviços	4	19,0	73.650	0,5	18.413
Turismo	3	14,3	6.656.914	45,2	2.218.971
Total	21	100,0	14.741.527	100,0	701.977

Fonte: POCF, informação extraída a 30 de Dezembro de 2015.

No entanto, a análise setorial para ser rigorosa deverá compreender também as dinâmicas de investimento agropecuário e florestal financiadas no âmbito do ProDeR e tratadas com detalhe no Ponto 3.3. Assim, se acrescentarmos ao investimento FEDER o investimento FEADER do subprograma 1 ProDeR (projetos produtivos) atinge-se um volume de apoios de 37,2 Milhões de Euros no período 2008-2015 cuja repartição reequilibra o peso dos setores económicos no investimento cofinanciado pelos Fundos Estruturais no Concelho de Montemor-o-Novo: 60,4% (Agricultura); 21,0% (Indústria); 17,9% (Turismo); e 0,7% (Comércio e Serviços).

Infraestruturas económicas

A Câmara Municipal tem dinamizado o desenvolvimento económico do Concelho ao longo das últimas duas décadas sob diversas formas, evoluindo de componentes materiais (p.ex., infraestruturização da Zona Industrial da Adua, Criação do Centro de Apoio às Microempresas - este com vertente imaterial incluída), para componentes de natureza imaterial mais associadas à promoção externa de recursos e produções e abrangendo também a dimensão do planeamento estratégico no âmbito da qual foi atribuída prioridade a programas de atração na esfera económico-empresarial (cf. Programa de Atuação Economia Renovada e Emprego da *Carta Estratégica de Montemor-o-Novo, 2007*).

As alíneas seguintes sistematizam elementos referentes a dimensões-chave da intervenção municipal para o desenvolvimento económico, de apoio às empresas e à produção de bens e serviços locais procurando evidenciar constrangimentos, resultados e processos em curso.

(i) Planeamento estratégico e intervenções de dinamização económica

A infraestruturização básica e o equipamento do território concelhio constituíram objetivos sempre presentes em toda a estratégia de desenvolvimento dinamizada pelo Município. Montemor-o-Novo é hoje um território cuja população é quase integralmente atendida em termos de infraestruturas de abastecimento de água, saneamento, recolha de lixos, energia e telecomunicação, infraestruturas que beneficiam também o tecido empresarial do Concelho.

Para a economia, os problemas colocam-se em relação a outras infraestruturas e equipamentos, assim como para a dinamização de setores como a agricultura, as indústrias alimentares, as energias renováveis, os transportes, a armazenagem e distribuição e o turismo.

O levantamento da situação atual não evidenciou situações de grave carência de infraestruturas e equipamentos, mas antes insuficiências, atrasos e impossibilidade de concretização de intervenções identificadas pela *Carta Estratégica* em vigor desde 2007, nomeadamente: Plano de Ordenamento da Albufeira dos Minutos (preparado mas ainda não aprovado); requalificação e promoção da Zona Industrial da Adua; promoção de projetos industriais relativos a uma infraestrutura de abate (Matadouro) e uma

unidade de transformação regional de carnes presuntos e charcutaria de qualidade; instalação de um Parque Empresarial (e tecnológico) e de um Parque Eólico (e fotovoltaico); remodelação de alguns troços da rede urbana de saneamento; e criação de uma variante rodoviária à Cidade que evite o tráfego pesado de mercadorias pelo eixo central, complementado por um plano de ordenamento da circulação, favorecendo as atividades de comércio e serviços.

No que respeita a infraestruturas económicas, uma área relevante das medidas e projetos infraestruturais previstos na *Carta Estratégica de 2007*, as principais conclusões são sistematizadas nos parágrafos seguintes:

- Regadio do Perímetro dos Minutos - existe a intenção de vir a ampliar o potencial de rega. No final de 2013 a DRAP Alentejo recebeu uma proposta de alargamento do perímetro de rega para mais 1.560 hectares beneficiando 20 explorações agrícolas. Não foram, ainda, trabalhadas estimativas de custos do investimento necessário mas a proposta seguiu para a DGADR. Paralelamente, aguarda-se a aprovação do Plano de Ordenamento da Albufeira o que poderá favorecer novos projetos de culturas desde o olival intensivo, ao tomate e à beterraba sacarina. O Concelho de Montemor-o-Novo dispõe de excelentes condições edafo-climáticas para aproveitar a oportunidade associada às novas condições criadas com a liberalização, a partir de 2017, da cultura da beterraba sacarina.
- Criação no Concelho de uma unidade de abate (Matadouro de grandes e pequenos ruminantes) e de uma unidade de transformação de carnes - não houve desenvolvimentos favoráveis. Para além da clarificação de aspetos relativos à garantia de apoio comunitário a fundo perdido, mantêm-se como condições prévias a manifestação de interesse e compromisso dos agentes económicos privados da Fileira da Carne na concretização do equipamento e a recuperação do reconhecimento da qualidade e certificação das carnes de animais (bovino e borrego) do Concelho, que existiu no passado, e que potenciaria a criação de indústrias da Fileira da carne (cf. ponto relativo à *Fileira da carne* em 3.3.).
- Outros projetos relacionados com os setores agropecuário e florestal - o projeto de instalação de um Centro Tecnológico regional para a fileira do montado e da cortiça está prejudicado e não se justifica perante a circunstância do CTCOR ter atividade no Montijo e em Coruche, onde explora o Observatório do Montado e da Cortiça na Zona Industrial de Monte da Barca. O projeto ligado à pecuária referente ao melhoramento das áreas de pastagem do Concelho de Montemor-o-Novo continua a ser considerado um projeto com valências positivas para o setor, estando indiretamente a beneficiar do subsídio existente para a fileira da carne.

- Projetos no domínio das Infraestruturas de transporte e acessibilidades - estes projetos não tiveram andamento (incluindo a criação de uma variante e a realização de um plano de ordenamento da circulação para a Cidade de Montemor-o-Novo) justificando-se a sua manutenção por razões de segurança, que deverão ser acauteladas, tendo presente que a prevenção, gestão e monitorização dos riscos, constitui um objetivo estratégico da valorização do território, devendo integrar-se no respetivo ordenamento e qualificação.
- Estudo de oportunidades e impactes da linha de Alta Velocidade Lisboa-Madrid e das Plataformas Logísticas - a sede de decisão nestas matérias transcende o Concelho de Montemor-o-Novo que, todavia, ainda não tirou partido pleno das grandes melhorias infraestruturais ocorridas na Região. Assim, merece reavaliação o importante fator locativo que reside na proximidade às grandes infraestruturas de transporte internacional (portos de Sines, Setúbal e Lisboa, AE de ligação a Espanha e à Europa e futura ligação ferroviária Sines - Évora - Elvas - Madrid).

Esse novo contexto poderia conduzir a equacionar, numa ótica multimunicipal, um Parque Empresarial e Plataforma Logística (conciliação dos objetivos de um Centro de Negócios com objetivos de uma Plataforma logística de 2ª linha), articulando com as redes rodoviária e ferroviária de ligação internacional e com os portos de Setúbal, Lisboa e Sines. Essa infraestrutura, dotada de espaço amplo e boa localização⁵, também poderia funcionar como Centro/Base de Distribuição regional, apta para colocar nos principais pontos de venda do interior do Alentejo (no Norte Alentejano e Alentejo Central) produtos de grande consumo e assegurando a integração em rede com a Plataforma Logística do Poceirão e com a Plataforma Logística internacional de Elvas-Caia.

No entanto, o PROT Alentejo não contempla esta infraestrutura na Rede Regional de Parques Industriais e Logística Empresarial.

(ii) Dinamização de projetos de natureza socioeconómica identificados pela Agenda Local XXI.

Entre os projetos concretizados (em curso) destacam-se os seguintes:

- *Km 0 Montemorense*

Esta iniciativa foi proposta num dos encontros da Agenda 21 Local de Montemor-o-Novo e integra-se no Projeto 2.1- Produtos da Nossa Terra - Estratégia Alimentar para o Concelho do Vetor 2 - Valorizar os Produtos Agrícolas e o Mundo Rural e dar Prioridade aos Alimentos de Base Local. A iniciativa está a ser desenvolvida por uma equipa mista envolvendo técnicos da CMMN, Rede de Cidadania de Montemor-o-

⁵ A localização ideal seria na confluência da futura linha ferroviária Sines-Elvas-Madrid (serviço de mercadorias) com a linha do Sul (Lisboa-Algarve) na zona sul do Concelho (Casa Branca) servindo Vendas Novas e Évora.

Novo e outros cidadãos motivados para o tema, contando também com a colaboração do ICAAM - Instituto de Ciências Agrárias e Ambientais Mediterrânicas da Universidade de Évora.

O Regulamento Menu Kilómetro Zero estabelece os seguintes requisitos: Ingredientes obrigatoriamente adquiridos no Concelho; Pelo menos 80% dos ingredientes são produzidos no Concelho; Ingrediente principal obrigatoriamente produzido no Concelho; Ingredientes secundários, não produzidos no Concelho, obrigatoriamente de origem nacional, excluindo-se as especiarias exóticas; Legumes e vegetais apenas consumidos em época sazonal natural.

- *Banco de Terras*

O “Banco de Terras” resulta do concurso lançado em Janeiro de 2011 denominado “Boas ideias para o Desenvolvimento Sustentável do Concelho, na sequência da elaboração da Agenda Local 21 e tendo constituído a ideia vencedora da 1ª Edição dos Apelos 21 Cidadãos. A ideia incentiva a instalação de pequenas hortas domésticas, utilizando práticas agrícolas sustentáveis, em terrenos “abandonados”.

Em Janeiro de 2012 foram instaladas 8 hortas biológicas num terreno junto ao Convento de São Domingos, cedido pelo Grupo de Amigos de Montemor-o-Novo ao “Banco de Terras”.

- *Hortas Comunitárias em Montemor-o-Novo*

Este Projeto resulta de uma parceria (Câmara Municipal e Liga de Pequenos e Médios Agricultores) visando a ocupação de pessoas e das famílias, a diversificação dos recursos alimentares e a complementaridade do rendimento familiar em atividades de horticultura tradicional, com sustentabilidade ambiental.

Entre os principais objetivos do Projeto, salientam-se: o Incentivo a troca de experiência inter-geracional, na área da horticultura, valorizando o conhecimento dos mais velhos, transmitindo-o às gerações mais novas; a prática de uma horticultura saudável, como atividade de lazer; e a preservação de práticas hortícolas tradicionais.

- *Portal Morinvest*

A conceção do Portal está organizada segundo um conjunto de funcionalidades que disponibiliza informação sobre recursos e atividades do Concelho, com destaque para:

- *Infraestruturas de carácter económico, desportivo e lazer.* Entre as *infraestruturas económicas* salienta-se a informação organizada relativa ao CAME (Centro de Acolhimento às Micro e PME); ao Mercado Municipal; ao Parque de Exposições Municipal; ao Parque de Leilões de Gado; ao Posto de Turismo; e à Zona Industrial da Adua.

- o *GADEC*. Gabinete de Apoio ao Desenvolvimento Económico do Concelho (sistemas de apoio e outras informações para investir a nível local).
- o *Catálogo de Produtos e Serviços locais*. Entre os *produtos locais* divulgados, destacam-se, os seguintes: Azeite e azeitonas; Bolota e derivados; Carnes e derivados; Cereais e leguminosas; Chocolates e açúcares; Cogumelos; Ervas aromáticas e chás; Farinhas e farelos; Hortícolas, frutícolas e flores comestíveis; Mel e compotas; Pão, doçaria e salgados; Queijos e laticínios; e Vinhos e licores.

Entre os *serviços locais* destacam-se: Agricultura/ pecuária; Ambiente; Artesanato; Cabeleireiro e estética; Comércio; Construção civil e obras públicas; Educação e formação; Empresas de prestação de serviços; Empresas instaladas no CAME; Gabinetes técnicos; Hotelaria/turismo; Indústria; Lares de terceira idade; Mediação imobiliária; Outros serviços; Restauração; Saúde e bem-estar; Seguros e contabilidade; Serviços auto; e Transportes.

(iii) Infraestruturas económicas

Entre as Infraestruturas económicas, e para além do Parque dos Leilões de Gado, sob a gestão da APORMOR (cf. ponto 3.5. *Organizações de Produtores*), destacam-se a Zona Industrial de Adua, e a uma escala diferente, o Centro de Acolhimento às Micro, Pequenas e Médias Empresas (CAME).

De acordo com os dados da Tabela seguinte, as seis dezenas de lotes da ZIA têm uma área superior a 46 hectares com uma distribuição idêntica entre propriedade plena e usufruto em direito de superfície.

Quadro 34. Distribuição dos lotes da Zona Industrial da Adua, segundo o regime de propriedade

	Nº de Lotes	Área	
		m ²	%
Instalações municipais	1	33.000	7,2
Direito superfície	40	216.700	47,1
Propriedade plena	20	210.734	45,8
Total	61	460.434	100,0

Fonte: Município de Montemor-o-Novo, 2015.

Das seis dezenas de lotes existe informação de ocupação para 47 lotes, 42,6% ocupados por empresas industriais, 31,9% por empresas do comércio por grosso e a retalho, de reparação automóvel e motociclos.

Quadro 35. Distribuição dos lotes da Zona Industrial da Adua, por ramo de atividade

CAE (rev. 3.0)	Empresas		Postos de Trabalho	
	Nº	%	Nº	%
C - Indústrias transformadoras	20	42,6	264	55,6
F - Construção	7	14,9	117	24,6
G - Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	15	31,9	66	13,9
H - Transportes e armazenagem	2	4,3	12	2,5
I - Alojamento, restauração e similares	1	2,1	1	0,2
M - Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	1	2,1	5	1,1
N - Atividades administrativas e dos serviços de apoio	1	2,1	10	2,1
Total	47	100,0	475	100,0

Fonte: Município de Montemor-o-Novo, 2015.

Estas são, também, as atividades com maior expressão empregadora, especialmente os estabelecimentos industriais, que abrangiam mais de 55% dos postos de trabalho da ZIA.

O acompanhamento da ZIA pelos Serviços Municipais (visitas às empresas, receção a empresários, ...) tem permitido identificar as seguintes principais dimensões-problema: Ordenamento e imagem do espaço; Conservação e reparação de arruamentos; Drenagem de águas pluviais; Acessibilidade à ZIA a partir da EN4; Circulação e estacionamento; Manutenção/limpeza dos lotes; Abastecimento e sinalização rodoviárias: localização e publicidade empresarial; e Segurança vs. sistemas de vigilância.

A requalificação e promoção da Zona Industrial da Adua constitui uma necessidade reconhecida estando identificados melhoramentos em matéria de vigilância, segurança, sinalética e rede de combate a incêndios, que carecem de uma intervenção concertada entre as empresas e o Município. Do ponto de vista promocional, será também importante que o Município requalifique a Zona Industrial quanto a arruamentos e passeios, cujo estado atual é precário e procure investir numa rede local de recolha de resíduos e tratamento de esgotos, o que ampliaria as possibilidades de atração para a ZIA de atividades do setor agroalimentar.

Além das deficiências atrás referidas, assinala-se a conveniência de organizar um serviço regular de transporte entre a Cidade e a Zona Industrial para servir uma população de várias centenas de utentes, cobrindo o período inicial da manhã, a hora de almoço e o final da tarde.

3.3. Agricultura, Floresta e Desenvolvimento Rural

A estrutura da economia de Montemor-o-Novo acolhe um conjunto expressivo de atividades agro-rurais que importa conhecer nos seus elementos-chave pois constituem no presente, e deverão constituir no futuro, uma componente relevante da especialização socioeconómica do Concelho e do seu posicionamento territorial.

Os elementos principais desse conhecimento foram construídos a partir do processamento de informação estatística (Recenseamentos Agrícolas, Quadros de Pessoal das empresas, aprovação e execução de apoios do ProDeR, ...), elementos documentais (p.ex., a propósito do Montado e da Fileira da carne), reuniões de trabalho com organismos de tutela setorial e entrevistas a associações empresariais e de desenvolvimento e a empresários do setor. Este conjunto de informação permite evidenciar os principais traços de evolução do uso do solo e das produções primárias, a evolução do investimento (mediada pelo acesso a apoios públicos, nacionais e comunitários), as dinâmicas produtivas instaladas e as relações e perspectivas de mercado predominantes.

Na estruturação por subpontos adquirem relevância os elementos de análise referentes ao Montado (recursos de paisagem e produtivos) e à Fileira da Carne.

Montado

Originalmente, o Montado tem sido classificado como um sistema agro-silvo-pastoril (...) multifuncional onde se equilibram e conjugam as atividades agrícola, pecuária e florestal. Ou seja, neste sistema, o coberto arbóreo de sobreiro e/ou azinheira, não contínuo e em densidade variável, é conjugado com um uso do solo no sub-coberto. E este uso combina a pastagem, natural ou melhorada e utilizada para vários tipos de produção pecuária, em rotação com a cultura de cereais, para além do pousio⁶.

O *Livro Verde do Montado*, elaborado em 2013⁷ refere que a designação “Montado” pode atualmente ser utilizada para descrever um conjunto heterogéneo de sistemas de produção florestal não lenhosa, assentes na exploração de quercíneas - usualmente, o sobreiro ou a azinheira - de modo conjugado com uma utilização não intensiva do solo sob o coberto com propósito agrícola, pecuário ou cinegético.

A nível produtivo, o Montado alberga um leque significativo de **produções/atividades**, com destaque para: Cortiça; Pecuária extensiva, principalmente carne e leite (ovinos, caprinos, suínos e bovinos alimentados a partir dos estratos arbustivo e herbáceo, bem como da bolota); Madeira (principalmente lenha e carvão); Caça; Mel (importante a conservação de população de abelhas protegidas dos efeitos de biocidas); Plantas condimentares, aromáticas e medicinais; e Cogumelos e espargos.

Igualmente relevante é o vasto conjunto de **funções e serviços** protagonizados por este sistema agro-silvopastoril, no quadro de uma gestão multifuncional (onde se integram as vertentes produtivas acima referidas): Prevenção da erosão do solo, recuperação de solos degradados, aumento da fertilidade do

⁶ Teresa Pinto Correia, “Sistema agro-silvo-pastoril: desafios de uma gestão multifuncional”, in Dossier de Candidatura do Montado à lista do Património da humanidade da UNESCO na Categoria Paisagem Cultural, Evolutiva e Viva, ERT Alentejo, Novembro de 2014.

⁷ Pinto-Correia *et al.* *Livro Verde dos Montados*, ICAAM - Instituto de Ciências Agrárias e Ambientais Mediterrâneas, Universidade de Évora, 2013.

solo; Amenização dos microclimas; Regulação do ciclo da água; Fixação do carbono; Aumento da biodiversidade (superior à dos ecossistemas naturais); Conservação de recursos genéticos (nomeadamente os relativos às raças pecuárias autóctones e ao património micológico); Prevenção de incêndios; Recreio e lazer (pedestrianismo, caça fotográfica, atividades cinegéticas, etc.); e Valorização das paisagens, com reforço da identidade local e regional (valor cultural e salvaguarda do património).

Conforme assinalado por Teresa Pinto Correia “(...) grande parte dos bens produzidos e dos serviços que podem ser desempenhados pelo Montado não existe mercado, pelo que corresponde a externalidades positivas que pouco ou nada contam para a sua sustentabilidade económica. No essencial, a continuidade dos Montados continua a estar dependente da rentabilidade da produção de cortiça e da produção animal, pelo que a gestão equilibrada destas duas produções é fundamental para a estabilidade do sistema”⁸.

Uso do solo e produções

Entre 1999 e 2009 o número de explorações e a superfície agrícola recenseada aumentaram 6,3 e 18%, respetivamente, uma evolução em sentido contrário à ocorrida no Alentejo Central e na Região, territórios que viram reduzir-se o número de explorações (-8,5 e -17,4%).

Quadro 36. Explorações e Superfície agrícola, por tipo de utilização das terras (Variação 1999-2009)

Tipo de Cultura		Montemor-o-Novo	Alentejo Central	Alentejo
Total	Superfície (ha)	18,0	2,6	-1,1
	Explorações (nº)	6,3	-8,5	-17,4
Superfície Agrícola Utilizada	Superfície (ha)	17,7	1,6	0,4
	Explorações (nº)	7,6	-6,5	-16,1
Matas e florestas sem culturas sob-coberto	Superfície (ha)	19,5	21,8	-8,4
	Explorações (nº)	9,6	-2,7	-30,7
Superfície agrícola não utilizada	Superfície (ha)	-49,7	-36,0	-0,8
	Explorações (nº)	-50,0	18,2	-5,6
Outras superfícies	Superfície (ha)	38,2	3,8	-19,6
	Explorações (nº)	5,3	8,4	-8,6

Fonte: INE, Recenseamento Agrícola - Séries históricas.

Esta evolução positiva da economia agrícola de Montemor desdobra-se num conjunto de elementos produtivos que decorrem da análise mais detalhada dos dados daqueles Recenseamentos que são processados na sequência destes itens de análise no Anexo D. Agricultura e Desenvolvimento Rural:

- *Superfície Agrícola Utilizada (SAU)* - cresceu 17,7% em área e 6,3% no volume de explorações, bem como as áreas de matas e florestas sem culturas de sob-coberto;

⁸ Teresa Pinto Correia, *op. cit.*

- *Distribuição da SAU* - segundo o tipo de culturas, evidencia um crescimento muito acentuado das áreas destinadas a pastagens permanentes, a culturas permanentes e a hortas familiares;
- *Área média por exploração* - aumentou (+17,7%) situando-se em cerca de 123 ha em 2009, valor bastante elevado quando comparado com as áreas registadas para o Alentejo Central (70 ha) e Alentejo (52 ha);

Quadro 37. Evolução das Explorações e da Superfície Agrícola

	Nº de Explorações			Área (ha)			Área média por exploração (ha)	
	1999	2009	Var. (%)	1999	2009	Var. (%)		
Alentejo	49.742	41.720	-16,1	2.144.249	2.152.389	0,4	43,1	51,6
Alentejo Central	8.847	8.274	-6,5	566.257	575.576	1,6	64,0	69,6
Montemor-o-Novo	804	865	7,6	90.380	106.350	17,7	112,4	122,95

Fonte: INE, *Recenseamento Agrícola - Séries históricas*.

- *Superfície irrigável* - registou um decréscimo tanto no número de explorações agrícolas, como de área, sendo que este decréscimo é mais evidente no número de explorações, com valores acima da sub-região, mas abaixo da NUT II Alentejo; a área de superfície irrigável apresenta uma quebra ligeiramente superior ao Alentejo Central e ao Alentejo;
- *Culturas permanentes* - destacam-se as áreas destinadas ao olival (56,8%, em 2009, quando em 1999 representava 85%) e os frutos de casca rija, com expressão residual em 1999, mas que em 2009 se situavam em 30,5% da superfície ocupada com culturas permanentes seguindo uma tendência de grande crescimento no Alentejo Central e na Região Alentejo;
Na estrutura das culturas permanentes destaca-se, ainda, o aumento (+54,2%) das áreas destinadas à produção vitícola, a um ritmo superior à evolução registada no Alentejo Central, que tem observado dos maiores crescimentos de área plantada em toda a Região;
- *Produção de vinho* - verifica-se nas últimas seis campanhas uma variação positiva de quase 29% para a qual muito contribuíram os vinhos DOP, em contraponto com os vinhos IGP que, na última campanha, deixaram de ser os dominantes no Concelho;

Quadro 38. Evolução da Produção de vinho, no Concelho e respetivo peso na Região Alentejo

Campanha	IGP	DOP	Total	IGP	DOP	Total
	Volume (hl)			Peso regional (%)		
2009-2010	10.640	2.004	12.644	1,9	0,5	0,9
2010-2011	11.780	2.520	14.300	1,3	0,5	0,8
2011-2012	7.786	3.144	10.930	1,2	0,7	0,8
2012-2013	7.506	2.617	10.122	1,1	0,6	0,6
2013-2014	8.177	6.174	14.370	1,0	1,2	0,9
2014/2015	7.455	8.725	16.280	0,9	1,5	0,9
Variação	-29,9	335,4	28,8	-	-	-

Fonte: Instituto da Vinha e do Vinho.

Na área dos Vinhos existem diversas empresas no Concelho, nomeadamente, a Quinta da Plansel - Sociedade Vitivinícola, S.A., a Sociedade Agrícola de Torais/Herdade de Torais, a Herdade do Menir - Couteiro-Mor (antiga Sociedade Agrícola Gabriel F. Dias e Irmãs, S.A.), a empresa Marques e Ganhão, Lda (Horta do Leal); Aromas do Sul, Lda; José Emídio Salgueiro Nunes Comenda; Sociedade Agrícola Calha do Grou, Lda; e Sousa Cunhal - Turismo, S.A.

- *Culturas temporárias* - destaca-se as áreas destinadas às culturas forrageiras (78%), uma expressão bastante superior a aquela que estas culturas possuem no Alentejo Central e na Região, onde os cereais para grão têm relevância, ainda que em queda; não obstante o decréscimo muito acentuado do número de explorações que se dedicam à cultura de hortícolas, observa-se um alargamento da superfície cultivada apontando para explorações com maior dimensão média.

A produção de hortícolas frescos tem revelado dinamismo, sobretudo, em regime forçado (estufas) com alguns produtores a desenvolver estratégias comerciais assentes na contratualização com a distribuição alimentar (grandes e médias superfícies), mas também com grandes grupos internacionalizados que se dedicam, p.ex., à produção de saladas prontas. O alargamento da área regada a partir da Barragem dos Minutos poderá contribuir para ampliar o volume de produção.

A informação referente à **ocupação e produção florestal** no Concelho evidencia o carácter multifuncional da ocupação e uso dos solos florestais, próprio da Região. A combinação entre floresta e agricultura é notória ainda que com maior peso da ocupação florestal (montado de sobro e azinho), por comparação com o Alentejo Central e a Região.

Quadro 39. Ocupação e uso dos solos florestais de Montemor-o-Novo, Alentejo Central e Alentejo

	Montemor-o-Novo		Alentejo Central		Alentejo	
	Área (ha)	%	Área (ha)	%	Área (ha)	%
Agricultura	38.856	31,5	302.695	40,9	1.315.487	41,6
Águas interiores	1.697	1,4	20.815	2,8	69.809	2,2
Floresta	77.504	62,9	366.874	49,6	1.413.980	44,7
Matos	3.230	2,6	34.226	4,6	292.354	9,3
Outros usos	2.005	1,6	14.729	2,0	68.687	2,2
Total	123.292	100,0	739.339	100,0	3.160.317	100,0

Fonte: *Inventário Florestal Nacional (IFN), 2005/06.*

Nos tipos de ocupação florestal de Montemor-o-Novo predominam os povoamentos (96,3%) uma percentagem ligeiramente superior à do Alentejo Central (93,9%) e do Alentejo (95,4%). As espécies florestais predominantes são o sobreiro (61,8%) e a azinheira (26,8%) que têm em Montemor uma expressão superior aos territórios de comparação onde se observava em 2006 alguma expressão dos povoamentos de eucalipto.

Acesso à terra e ocupação de ativos

A problemática das dificuldades de acesso a terras para cultivar tem assumido alguma importância no Concelho, nomeadamente, por constituir um requisito para a instalação de novos empresários rurais.

A Bolsa Nacional de Terras foi criada pela Lei n.º 62/2012, de 10 de Dezembro, com o objetivo de facilitar o acesso à terra através da disponibilização de terras com aptidão agrícola, florestal e silvo pastoril do domínio privado do Estado, das autarquias locais e de quaisquer outras entidades públicas, ou pertencentes a entidades privadas, através de arrendamento, venda ou para outros tipos de cedência. Inicialmente foram colocadas desconfianças relativamente a esta Bolsa de Terras, no pressuposto que as terras sem dono poderiam ser “nacionalizadas”. Entretanto, uma nova legislação sobre “terras sem dono” conferiu segurança jurídica ao direito de propriedade. No entanto, essa segurança aos proprietários privados não se tem revelado estimulante para a colocação de terras na Bolsa e, até agora, 90% das terras transacionadas pertencem ao Estado.

Em termos práticos, a Bolsa não tem, ainda, expressão no Concelho existindo disponíveis apenas dois terrenos, um dos quais de uma entidade pública com 461 ha.

A nível fiscal, no âmbito da fiscalidade verde, existem medidas de incentivo para quem pretenda colocar terras na Bolsa, até 50% do nível do IMI, mas a divergência está em saber se deve haver penalização para quem não usa a terra. Sobre essa matéria, existem várias teses, desde aqueles que pensam que o IMI rústico é tão pouco relevante que deveria acabar (7% do total do IMI), sendo que tal deveria ser uma medida para todos os que usam a terra (uso da terra no conceito da PAC) e aqueles que acham que a penalização deve ser faseada, desde uma majoração do IMI até à perda total.

Num plano diferente, mas também favorecendo o acesso à terra e às suas produções no Concelho, são de destacar as seguintes de iniciativa pública e privada:

- *Projeto de Hortas comunitárias para auto consumo.* O objetivo deste Projeto visa promover a horticultura tradicional, incentivando a fertilização orgânica da terra, de forma sustentável; e incentivar a troca de experiências intergeracionais, na área da horticultura, valorizando o conhecimento dos mais velhos transmitindo-o às gerações mais novas.

O Município disponibiliza, nos Casais da Adua, três blocos de 7.000m² cada, para implementação de 135 hortas (com áreas entre os 100 e os 220m²), cedendo parcelas de terreno a título gratuito e precário, um ponto de água coletivo destinado à rega das culturas, uma área de armazenamento para pequenas ferramentas e utensílios, e ainda, apoio técnico/informativo/pedagógico sobre os modos de produção e práticas agrícolas ambientalmente corretas. Com este projeto a Câmara

Municipal de Montemor-o-Novo pretende dar resposta a dois dos vetores mais votados, pela população nos *fora* participativos da Agenda 21 Local:

- Valorizar os produtos agrícolas e o mundo rural e dar prioridade aos alimentos de base local, com os objetivos de promover e dinamizar o mundo rural e a horticultura, de renovar as atividades tradicionais através da ampliação das cadeias de valor associadas aos recursos naturais e endógenos e de promover o acesso para todos a alimentos de qualidade produzidos localmente;
- Hortas de Montemor - criar espaços comunitários de produção, sociabilização e convívio, criando ao mesmo tempo um suporte alimentar, e fomentar novas atitudes, comportamentos e estilos de vida mais saudáveis, promovendo a melhoria da qualidade de vida no Concelho (cf. GADEC, in site do Município).
- *Cedência em regime de comandita de algumas parcelas na Herdade do Freixo do Meio.* Entre as iniciativas na Herdade salienta-se o Projeto de Permacultura iniciado em 2011 em duas parcelas por um casal que veio “habitar um monte no meio do Montado”, criando um espaço para produção de frutos frescos (maçãs, ameixas, damascos, pêssegos, laranjas, clementinas, tangeras, limões, framboesas, amores e mirtilos) e secos (nozes e amêndoas), num projeto com financiamento ProDeR.

O projeto segue as orientações da agricultura regenerativa e para além das fruteiras plantou árvores e arbustos resistentes à secura para melhorar o ambiente físico envolvente do pomar e a fertilidade do solo.

- *Projeto Partilhar as Colheitas.* Este projeto assenta num compromisso mútuo com base no qual a Herdade alimenta as pessoas e as pessoas apoiam a Herdade, adquirindo quotas de produção traduzidas em compromissos semanais de produção e de consumo por parte dos consumidores aderentes. Os produtos são entregues na loja de Lisboa, em outros locais da Área Metropolitana de Lisboa (para compromissos agrupados de quotas) e em Montemor-o-Novo, Évora.
Entre as vantagens proporcionadas pelo Projeto, destaca-se: o rendimento estável e a redução do trabalho na frente comercial (para a Herdade); o acesso a alimentos frescos e biológicos certificados e o apoio à agricultura de proximidade e à economia local (para os consumidores).

A **utilização de mão-de-obra** no Concelho revela uma quebra de onze por cento entre 1999 e 2009, que se situa abaixo da redução ocorrida no Alentejo Central e na Região, uma quebra ligeiramente mais acentuada no segmento da mão-de-obra familiar. A utilização de mão-de-obra a tempo completo tem-se mantido estável em torno de 38%, valor bastante superior ao padrão de utilização das explorações do Alentejo Central e Região.

Quadro 40. Distribuição (%) da Mão-de-obra agrícola, por regime de duração de trabalho (2009)

	Montemor-o-Novo	Alentejo Central	Alentejo
Tempo completo	38,1	23,8	20,2
Tempo parcial	61,9	76,2	79,8
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: INE, *Recenseamento Agrícola 2009*.

O padrão de ocupação produtiva da agricultura e da pecuária tem efeitos limitados sobre o emprego (frequentemente sazonal, em atividades de preparação das culturas e de colheita), padrão acentuado pelo peso da pecuária extensiva e pelas dinâmicas de pousio estimuladas pelas ajudas comunitárias no âmbito das sucessivas reformas da PAC.

A qualificação dos produtores agrícolas singulares no Concelho melhorou durante a última década: em 2009, cerca de 18% dos produtores tinham ensino superior, uma “performance” bem acima dos níveis de habilitação superior verificados no Alentejo Central e Alentejo. No tocante à formação nas áreas da Agricultura e da Floresta, os produtores do Concelho têm, igualmente, um peso superior tanto ao nível do Ensino Secundário como Superior, em comparação com o Alentejo Central e a Região.

Fileira da Carne

No domínio da **produção animal** salienta-se a bovinicultura (sobretudo, de carne) que vê crescer o número de explorações (4,2%), num período em que ocorrem reduções acentuadas no Alentejo Central e na Região: os níveis de encabeçamento aumentaram ao longo da década censitária (1999-2009) de 133 para 172 bovinos por exploração. Em contrapartida, constata-se o encerramento de suiniculturas (cerca de duas em cada três) com aumento ligeiro dos índices de encabeçamento, que traduzem uma concentração acentuada da produção suínica no Concelho, e a redução do número de produtores e de animais na ovinicultura.

Paralelamente à atividade pecuária extensiva, e como parte integrante da especialização existente na produção pecuária, importa salientar o número de unidades pecuárias intensivas instaladas no Concelho. Na DRAP do Alentejo existem, licenciadas ou em processo de licenciamento, mais de três dezenas de empresas pecuárias classificadas como intensivas nas áreas dos bovinos (leite e carne) e dos suínos. As empresas de suinicultura intensiva (14) têm uma capacidade instalada de aproximadamente 17.600 suínos, algumas das quais com efetivos acima de 1.400 suínos em várias unidades de produção; entre essas empresas, salientam-se a Suinimor; a Raporal; a Infanta; a Intergados; a Goldenpig; e a Euroeste.

As explorações de bovinos de leite, ainda que combinadas com as de carne, são também importantes; algumas são propriedade de produtores holandeses e têm uma dimensão média de 60 vacas. A Câmara de Montemor-o-Novo é a única na Região que tem um regulamento para o ordenamento das unidades

pecuárias intensivas procurando disciplinar o exercício destas atividades num concelho que se tem revelado muito atrativo para estes investimentos.

A pecuária tem relevância económica e também identidade produtiva no Alentejo dado a forte presença e volume de produção de bovinos, suínos e pequenos ruminantes, alguns dos quais se integram nos denominados **produtos de qualidade e protegidos**, casos do Bovino Tradicional de Montado (Especialidade Tradicional Garantida - ETG, criado em zonas de montado da Região); do Borrego de Montemor-o-Novo; da Vitela de Bolota; e da Carne de Porco Alentejano.

A ACOMOR - Agrupamento de Produtores de Montemor-o-Novo, foi criada em meados dos anos noventa e assegurou até meados da primeira década do século XXI, a gestão do IGP do Borrego e o Registo provisório da Vitela⁹, com outros Agrupamentos de Produtores (Carnovina e Mertocar), implementou uma estratégia de promoção e comercialização criando uma empresa especializada (Montado Alentejano e Tradição - Produtores Pecuários) para comercializar em exclusivo as produções de carne dos associados para grandes superfícies, talhos, cooperativas, negociantes, restaurantes e particulares, a par da abertura de lojas em Lisboa e no Alentejo (uma das quais em Montemor-o-Novo) que, para além da venda de carnes, divulgou e comercializou outros produtos regionais de qualidade (vinho, azeite, queijos, licores, ...).

Não obstante o trabalho de informação e divulgação junto dos consumidores sobre os produtos protegidos, as suas características e vantagens, o mercado não revelou capacidade de diferenciação: os preços mantiveram-se sempre próximos dos concorrentes sem nome protegido, a crise induziu padrões de compra/consumo fortemente dependentes do preço e penalizadores de produções certificadas, os custos burocráticos e financeiros associados ao preenchimento de requisitos e ao processo de registo e a empresa de comercialização entrou em processo de falência, com o encerramento da rede de lojas.

Atualmente observa-se uma diminuição dos efetivos da Raça Merino num contexto em que o apuramento de raças não avançou de forma sustentada nem beneficiou da assistência técnica do Agrupamento de Produtores, entretanto, extinto tendo os criadores a haver créditos elevados. No momento fundador dos processos de proteção/certificação estava prevista a criação de unidades de abate nas regiões produtoras; a inexistência de um matadouro com uma linha destinada ao abate e desmancha de pequenos ruminantes revelou-se condicionadora das dinâmicas de efetivos e produtores.

⁹ O registo provisório (Despacho Nº 138/96, publicado no Diário da Republica II Série, de 30 de Dezembro) permitiu a comercialização sob a denominação ETG, entre 1999 e 2005, com a seguinte evolução das quantidades: 1999 - 43.208 kg (vitelos); 2000 - 35.820 kg (novilhos); 2001 - 90.245 kg (vitelos); 2002 - 116.870 kg (vitelos); 2003 - 112.375 kg (vitelos); 2004 - 153.000 kg (vitelos); 2005 - 149.000 kg (vitelos) - Fonte: DGAV e DRAP Alentejo.

A **importância da atividade pecuária** e da **existência de fatores estratégicos favoráveis** (num raio inferior a 30 km de Montemor-o-Novo), reconhecida por diversos produtores pecuários, associações, empresas locais e pelo próprio Município, esteve na base da iniciativa da Câmara Municipal de mandar analisar, em 2014, a *Viabilidade Técnico-económica e financeira da criação de um Matadouro no Concelho de Montemor-o-Novo*. Entre esses fatores estratégicos favoráveis contam-se os seguintes:

- Boa localização e potencial demográfico, económico e do próprio mercado da procura (consumo) do Matadouro;
- Aptidão pecuária da sub-região de Montemor-o-Novo e concelhos limítrofes (Évora, Arraiolos e Vendas Novas), para sustentar uma fileira de valorização de carnes com marca de qualidade;
- Importância do efetivo pecuário existente, indicador da dimensão potencial do próprio mercado local de oferta, que contrasta, porém, com a debilidade das estruturas de abate local.
- Capacidade empresarial existente na sub-região para avançar, em moldes inovadores, numa área de negócio que contribui para a valorização de um recurso local e para a redução da elevada dependência externa em carnes, em especial de bovino (extraído de *Viabilidade Técnico-económica e financeira da criação de um Matadouro no Concelho de Montemor-o-Novo*, Gabinete Oliveira das Neves, Maio de 2014).

No entanto, a análise das dinâmicas locais no sentido de **integrar o potencial pecuário do território de Montemor com o potencial de valorização industrial e comercial das respetivas produções**, levou a constatar insuficiências e retrocessos de organização e exploração de capacidades criadas, algumas das quais perdidas ou subaproveitadas, por fragilidades de elos-chave da fileira.

Entre esses constrangimentos, destaca-se o fecho de algumas unidades de transformação e de comércio por grosso de carnes e, sobretudo, o encerramento, estrutura atuante em processos de gestão da qualidade da ACOMOR.

A criação de um futuro Matadouro que assegurasse (além da prestação de serviços de abate) condições técnicas de desmancha, desossagem e embalagem, representa um grande desafio perante o panorama de fragilidade da fileira da carne, ao nível do abate das espécies bovina e ovina, um panorama que evidencia uma incapacidade de valorizar, na própria região, um dos seus mais importantes recursos.

Os cenários trabalhados pelo Estudo de Viabilidade (*Prudente e Otimista*) apontam para volumes de procura de abate largamente suficientes para justificar o funcionamento do Matadouro com duas linhas independentes: uma, exclusiva para bovinos, com cadência horária de abate de 30 bovinos; e outra, comum para suínos e pequenos ruminantes, com capacidade horária para 180 pequenos ruminantes ou

suínos e para 200 leitões/hora, com uma produção anual da ordem de 15.000 toneladas, em funcionamento normal durante 5 dias por semana (8 horas por dia).

O Estudo propunha que a exploração do Matadouro fosse realizada através de uma sociedade a constituir por parceiros privados, em especial parceiros com capacidade técnica, conhecimento e experiência dos setores pecuário e das carnes, com participação minoritária do Município de Montemor-o-Novo, prevendo-se que o nível de aproveitamento da capacidade fosse anualmente incrementado, até atingir o nível de cruzeiro a partir de 2020.

A ser retomada a ponderação deste Projeto será importante assegurar que o futuro Matadouro, como entidade industrial, se possa inserir na cadeia de agentes intervenientes na revitalização da política de qualidade dos produtos regionais (qualidade reconhecida e certificada), em especial no que respeita às carnes provenientes da pecuária da área de influência de Montemor-o-Novo.

Esta problemática deverá ser equacionada no quadro mais vasto da Fileira das Carnes e das economias de montado em Montemor-o-Novo e concelhos envolventes (onde se localiza uma vasta massa crítica de produtores), refletindo as questões relativas às raças autóctones, às condições de abate e transformação, à comercialização e ao binómio associativismo de produtores/assistência técnica. Ainda que se trate de um domínio de intervenção em que deve predominar a iniciativa de produtores e associações, as políticas públicas municipais podem equacionar em parceria atuações no plano da infraestruturas e equipamentos (abate, estruturas/circuitos de comercialização, mercados, ...) e da promoção de eventos associando a notoriedade destes produtos aos territórios.

Dinâmicas de investimento e financiamento agro-rural

A informação relativa aos apoios com origem no ProDeR regista a mobilização por entidades beneficiárias de Montemor-o-Novo de um montante global de cerca de 38 Milhões de Euros entre 2008 e 2014, destacando-se o peso elevado das ajudas às explorações agropecuárias e florestais (59,4% do total). A modernização e capacitação das empresas enquadrou projetos económico-produtivos num montante acima de 12,5 Milhões de Euros, tendo ainda expressão o investimento na melhoria produtiva dos povoamentos florestais e os apoios à instalação de jovens agricultores.

Quadro 41. Projetos aprovados, segundo as principais Ações do ProDeR (contratados até 2014)

Ação	Projetos aprovados		Investimento Total	
	Nº	%	Montante (€)	%
Total Sub-Programa 1 - Promoção da Competitividade	156	59,5	22.495.079	59,4
Instalação de jovens agricultores	32	12,2	3.747.967	9,9
Investimentos de pequena dimensão	44	16,8	1.132.733	3,0
Melhoria produtiva dos povoamentos	31	11,8	4.466.721	11,8
Modernização e capacitação das empresas	38	14,5	12.494.041	33,0
Total Sub-Programa 2 - Gestão Sustentável do Espaço Rural	82	31,3	12.505.684	33,0
Proteção contra agentes bióticos nocivos	73	27,9	11.927.762	31,5
Total Sub-Programa 3 - Dinamização das Zonas Rurais	19	7,3	2.462.350	6,5
Criação e desenvolvimento de microempresas	4	1,5	736.359	1,9
Serviços Básicos para a População Rural	9	3,4	1.317.492	3,5
Total Sub-Programa 4 - Promoção do Conhecimento e Desenvolvimento de Competências	5	1,9	394.148	1,0
Total Montemor-o-Novo	262	100,0	37.857.261	100,0

Fonte: ProDeR, informação extraída a 31/12/2014.

No Sub-programa *Gestão Sustentável do Espaço Rural*, salienta-se os projetos aprovados no montante de cerca de 12 Milhões de Euros destinados à proteção contra agentes bióticos nocivos (patologias do montado de sobro e azinho e nemátodo do pinheiro).

Os apoios destinados à Dinamização das Áreas Rurais (Sub-programa 3) atingiram cerca de 2,5 Milhões de Euros e foram enquadrados por duas Estratégias de Desenvolvimento Local (EDL):

- *GAL Monte*, com território de intervenção no Alentejo Central composto por dez concelhos do Distrito de Évora e abrangendo as freguesias de Cabrela, Silveiras, Ciborro, Foros de Vale de Figueira, União de freguesias de Cortiçadas do Lavre e Lavre e União de freguesias da Vila, Bispo e Silveiras;
- *GAL Terras de Dentro*, com território de intervenção que abrange concelhos do Alentejo Central e Litoral e inclui, em Montemor, as freguesias do Escoural e de S. Cristóvão.

Os dados constantes da Tabela anterior relativos à Dinamização das Áreas Rurais evidenciam o peso das intervenções apoiadas na Ação Serviços Básicos para a população rural (47,4%), seguindo-se os apoios à criação e desenvolvimento de microempresas (21,1 %).

O *Relatório de Avaliação da EDL* do GAL Monte (2015) procede a uma análise detalhada da execução e resultados permitindo evidenciar vários elementos do desempenho da maior parte (5 em 7) das freguesias rurais de Montemor-o-Novo:

- maior número de projetos aprovados na Ação Diversificação na Exploração Agrícola;
- maior capacidade empreendedora na Ação Criação e Desenvolvimento de Microempresas, com o maior volume de investimento elegível, ascendendo a 1,6 Milhões de euros; maior número de

projetos aprovados e maior volume de investimento elegível no âmbito da Ação Preservação e Valorização do Património rural (na ótica do interesse coletivo e enquanto fator de identidade e de atratividade do território, tornando-o acessível à comunidade); maior número de projetos aprovados e volume de investimento elegível no âmbito da Ação Serviços Básicos para a população rural.

Os **indicadores económico-empresariais** apontam para uma evolução positiva do Valor Acrescentado Bruto das Empresas no setor da Agricultura, Produção animal, Caça e Floresta, tanto no Concelho como no Alentejo Central e Região (cf. Tabela seguinte).

Quadro 42. Valor Acrescentado Bruto (€) das Empresas, por Localização geográfica (mil €)

Atividade Económica	Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca			Agricultura, produção animal, caça e atividades dos serviços relacionados			Silvicultura e exploração florestal		
	2012	2013	Var. (%)	2012	2013	Var. (%)	2012	2013	Var. (%)
Alentejo	273.849	308.122	12,5	242.429	272.306	12,3	25.673	30.943	20,5
Alentejo Central	38.049	48.640	27,8	34.617	43.628	26,0	3.376	4.981	47,5
Montemor-o-Novo	8.606	11.392	32,4	7.570	10.324	36,4	1.036	1.068	3,1

Fonte: INE, Sistema de Contas Integradas das Empresas (SCIE).

Trata-se de uma evolução regional que contribuiu para inverter as lógicas recessivas posteriores a 2007 espelhadas no Quadro E.12 do Anexo E. Agricultura e Desenvolvimento Rural. As “performances” referidas têm maior expressão na agricultura e na produção animal onde Montemor-o-Novo assume peso relativo superior no contexto regional (quase um quarto do VAB do Alentejo Central).

Quadro 43. Valor Acrescentado Bruto (€) das Empresas do setor primário e % de Montemor-o-Novo na Região do Alentejo Central e Alentejo, 2013

Atividade Económica	Montemor-o-Novo (€)	Alentejo Central (€)	Alentejo (€)	% Montemor-o-Novo	
				Alentejo Central	Alentejo
Total	53.669.182	553.625.207	3.016.453.711	9,7	1,8
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	11.392.066	48.640.913	308.122.332	23,4	3,7
Agricultura, produção animal, caça e atividades dos serviços relacionados	10.324.086	43.627.501	272.306.423	23,7	3,8
Silvicultura e exploração florestal	1.067.980	4.980.914	30.942.503	21,4	3,5

Fonte: INE, Sistema de Contas Integradas das Empresas (SCIE).

As dinâmicas de Constituição/Dissolução de pessoas coletivas e entidades equiparadas entre 2008 e 2014, indicam uma inversão do saldo no Concelho de Montemor, passando de um saldo negativo (-18) em 2008, para um saldo positivo (21), em 2014, seguindo uma tendência diferente do Alentejo Central e do Alentejo, (decréscimos acentuados do saldo positivo).

No período 2008-2014 verificou-se um crescimento muito acentuado de comércio internacional de produtos primários (produções animais e vegetais), com destaque para o comércio de animais vivos, que em 2008 não tinha expressão e em 2014 apresentava um valor acima dos 900 mil euros; nas produções vegetais destaca-se a exportações de produtos hortícolas, plantas, etc. com valores acima dos 135 mil euros, quando em 2008 não possuía qualquer registo.

Organizações de Produtores

Não obstante, os constrangimentos assinalados em matéria de afirmação das produções pecuárias tradicionais as raças autóctones têm revelado uma apreciável sustentação de efetivos como decorre da evolução do volume de fêmeas ativas inscritas no Livro de Adultos. Paralelamente, tem sido dinamizado pelas instâncias Públicas (Direção-Geral de Alimentação e Veterinária e Direção Regional de Agricultura e Pescas do Alentejo) o Programa de Conservação e Melhoramento Animal (cf. tabela seguinte, dados referem-se à Região e estão organizados por raças).

Quadro 44. Inscrições em Livro Genealógico - Nº de fêmeas ativas inscritas no Livro de Adultos

Espécies	Designação da raça	2011	2012	2013	2014	2015 (*)
Bovinos	Alentejana	16.612	16.004	14.980	16.004	-
	Brava de Lide	8.805	-	7.800	-	-
	Garvonesa	361	287	440	575	-
	Mertolenga	19.052	17.714	17.396	17.805	-
	Preta	2.935	-	2.793	-	-
Ovinos	Campaniça	6.451	7.849	7.721	7.731	8.549
	Merina Branco	9.750	9.850	9.850	9.581	10.040
	Merina Preta	9.870	9.870	9.870	9.995	11.377
Caprinos	Serpentina	4.463	4.388	4.816	4.886	4.729
Suínos	Alentejana	6.525	7.511	5.254	6.618	-

(*) Outubro.

Fonte: DGAV e DRAP Alentejo.

Em Montemor-o-Novo regista-se uma atividade associativa com alguma expressão, capacidade de intervenção e de apoio aos produtores primários sendo de destacar:

- ✓ *APORMOR - Associação de Produtores de bovinos, Ovinos e Caprinos da Região de Montemor-o-Novo*

A APORMOR foi criada em 11 de Julho de 1990 como resposta dos produtores desta Região aos problemas de comercialização dos produtos pecuários dada a complexidade e falta de transparência dos circuitos comerciais e à sazonalidade da produção, responsável pela oscilação do preço ao longo do ano.

Em 2014, a Associação tinha cerca de 120 associados, representando uma estrutura essencial na fileira dos bovinos em termos nacionais, enquanto pólo importante de encontro de vendedores e compradores

de gado vivo abrangendo uma vasta área de produtores (Elvas, Coruche, Castro Verde e Moura), muito para além da área alvo no início da sua atividade.

A construção do Parque de Leilões de Gado, com o apoio da Câmara Municipal, constituiu um marco fundamental para o desenvolvimento da APORMOR e da produção de bovinos e ovinos do Concelho. Em termos médios são transacionados semanalmente entre 400 e 700 animais, sendo hoje o único Parque a laborar semanalmente para o Alto e Baixo Alentejo.

Entre os serviços prestados a sócios e não sócios pela APORMOR destacam-se: a elaboração das candidaturas às Ajudas Comunitárias (Pedido Único, Agroambientais); a inscrição ou alterações de Parcelário e polígonos de investimento; a receção e informatização dos modelos relativos a bovinos e emissão de passaportes; a receção e informatização de guias de circulação para ovinos e caprinos; o Livro de Registos de Bovinos (Zoogestão); o Livro de Registo de Ovinos e Caprinos (red-oc); e o licenciamento de explorações (REAP) e de recursos hídricos.

A APORMOR é a entidade gestora do livro genealógico de Ovinos da Raça Suffolk em Portugal, raça reconhecida pela DGAV.

✓ *Montemormel - Associação de Apicultores do Concelho de Montemor-o-Novo*

A Montemormel apoia os apicultores do Concelho nos domínios da formação, serviços ligados à utilização de equipamentos e utensílios apícolas e na comercialização.

A produção de mel biológico beneficia da existência de vastas áreas dedicadas à produção extensiva do montado, em combinação com a pecuária e a produção biológica certificada de plantas aromáticas e medicinais, ambiente ideal para a apicultura biológica. A riqueza da flora melífera mediterrânica associada à produção em modo biológico, garantem um mel de extraordinária qualidade.

Os produtores de Montemor desenvolvem atividade na área geográfica delimitada para o Mel do Alentejo DOP (reconhecido pelo Despacho nº45/94, de 20/01). O organismo de controlo e certificação é a Associação de Apicultores do Distrito de Évora.

✓ *Liga dos Pequenos e Médios Agricultores (LPMA)*

Com uma atividade de várias décadas no Concelho, a LPMA tem assegurado as funções de Entidade prestadora de Serviços de Aconselhamento Agrícola no âmbito da respetiva Ação do ProDeR e desenvolve atualmente em parceria com a Câmara Municipal de Montemor-o-Novo o Projeto Hortas Comunitárias.

Este Projeto visa “criar espaços comunitários de produção, sociabilização e convívio, criando ao mesmo tempo um suporte alimentar; e fomentar novas atitudes, comportamentos e estilos de vida mais saudáveis, promovendo a melhoria da qualidade de vida no Concelho”.

✓ *CRIE Montado*

O CRIE Montado - Centro Regional de Inovação do Montado é um grupo informal de empresários agrícolas de pequena dimensão (menos de 15 membros) e teve início em 2008. As explorações associadas situam-se em Montemor-o-Novo e Alcácer do Sal¹⁰.

A colaboração entre agricultores nos processos de transição para a sustentabilidade regional da agricultura, no âmbito do CRIE Montado, pretende proporcionar: (i) reforço e apoio mútuo através da troca de experiências; (ii) partilha de informação sobre legislação, processos administrativos, linhas de financiamento e mercados; e (iii) exploração e implementação de diferentes atividades especializadas e setorializadas, que podem coexistir na mesma exploração. O CRIE Montado apoia estratégias multifuncionais (incluindo turismo e recreio, educação, inclusão social e produção e transformação de produtos alimentares de forma sustentável). Estes objetivos são operacionalizados numa base informal em encontros regulares do grupo de empresários agrícolas e em algumas interações com atores regionais (Direção Regional de Agricultura, Rede Rural e Universidade de Évora).

A iniciativa baseada numa metodologia holandesa, promotora deste tipo de grupos de agricultores multifuncionais, unidos para promover a diversificação e inovação nas suas explorações e respetivas regiões, tem deparado com constrangimentos internos e externos, com destaque para a instabilidade associada à crise económica de 2007-2008, que coincidiu com a formação do grupo; a baixa capacidade financeira de investimento em inovações por parte das empresas agrícolas; a escassa cultura de trabalho coletivo no contexto regional e nacional; e a grande heterogeneidade entre os projetos individuais a nível da sua experiência e maturidade.

O principal resultado intermédio da criação e atividade do CRIE remete para as aprendizagens a nível da implementação da multifuncionalidade ao nível das propriedades através do reconhecimento das mais valias de um modelo de gestão por projetos autónomos.

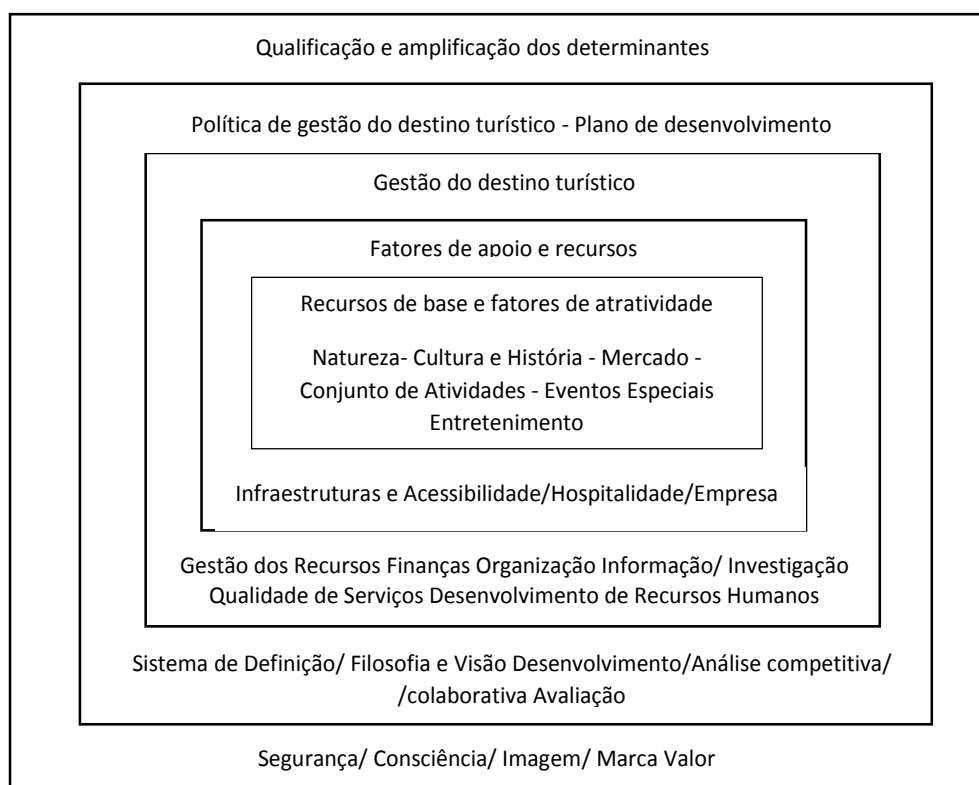
¹⁰ O Crie Montado integra as Herdades da Bica, a do Freixo do Meio, a dos Fartos e Defesa das Cegonhas, a da Fonte Alta e a da Sagolga. A Horta do Zé, o grupo de Santa Comba, Courela da Ponte Velha, Pedrosa & Filhos, Lda., Manuel Marques dos Santos e a Quinta de N^a S^a do Rosário, são os restantes membros da estrutura.

3.4. Património e Turismo

Diagnóstico de recursos turísticos e de património

O potencial turístico de um território, a sua atratividade¹¹, implica que se preste atenção a um conjunto de fatores tangíveis e intangíveis, que se inter-relacionam e que dão ao território uma orientação turística própria, marcada pela conjugação entre recursos territoriais (fatores de atratividade) e sistema de fruição montado, num complexo de determinantes que configuram a sua competitividade.

Determinantes da competitividade turística de um destino



Fonte: Pollice e de Iulio, 2011.

O Concelho de Montemor-o-Novo abarca um território com condições propícias a uma oferta turística diversificada, fruto de uma estrutura de recursos endógenos (naturais, construídos e imateriais) turisticamente significativa, com destaque para o património natural e a qualidade ambiental, para o património arqueológico e arquitetónico e para o património etnológico e cultural, um conjunto de recursos de base que permitem valorizar o turismo em diferentes domínios: turismo ambiental, arqueológico, ativo e de aventura, desportivo, cinegético, cultural, fluvial, histórico, religioso e TER.

¹¹ POLLICE, Fabio; de Iulio, Rosario (2011). «Avaliação da Competitividade Turística do Território», *Revista Finisterra*, XLVI, 91, Centro de Estudos Geográficos, Lisboa, pp. 121-138.

Segundo a Agenda 21 Local de Montemor-o-Novo pretende-se tornar o Concelho em 2020 num "*Território Criativo, Inovador e de Excelência*", pelo que é fundamental atrair e fixar população, mas também investimento, numa ótica de diversificação, alargamento e dinamização da base económica, em que o sector do turismo poderá ter um papel determinante, se equacionado em rede, numa visão polinucleada e integradora de polos de excelência, onde se privilegiem diferentes mais-valias locais: 1. Observação de fauna e flora. 2. Arqueologia e museologia. 3. Enoturismo. 4. Gastronomia. 5. Saberes-fazer e artesanato local. 6. *Slow* turismo (circuitos pedestres suaves). 7. Turismo ativo (percursos de BTT).

A afirmação de um sector do turismo competitivo implica, contudo, a criação de estratégias para atrair investidores, a melhoria da articulação entre operadores/promotores turísticos e a estruturação de pacotes integrados que permitam valorizar diferentes ofertas, de uma forma criativa e inovadora, o que remete também para novas dinâmicas de promoção que integrem as NTIC e para a necessidade de existirem instrumentos de Comunicação e Marketing que consiga assegurar a divulgação do produto turístico dentro e fora do País. A associação a um Portal dará, por certo, resposta à procura dos "turistonautas" (turistas em linha).

Entre os recursos turísticos e patrimoniais existentes no Concelho de Montemor-o-Novo, relevam-se os seguintes:

(a) Património construído e monumental

O território de Montemor-o-Novo possui um valioso espólio de património arqueológico e de arquitetura civil, militar e religiosa, que documenta vários períodos históricos (paleolítico, megalítico, romano, muçulmano, da reconquista e contemporâneo):

- **Monumentos Nacionais (MN):** Antas [antas Grandes do Paço, grande da Comenda da Igreja, da Herdade dos Tourais, da Herdade das Comendas, da Velada (Comenda do Coelho), de São Brissos e da Herdade da Serrinha]; Estação arqueológica situada na Herdade da Sala (Gruta do Escoural); Menir na courela da Casa Nova; Castelo de Montemor-o-Novo, abrangendo as muralhas e os imóveis que se encontram no interior; Lápides na parede fronteira à Casa da Câmara e do chafariz da Cidade.
- **Monumentos de Interesse Público (MIP):** Igreja de Nossa Senhora da Purificação da Represa, Ermida de São Pedro da Ribeira, Quinta da Amoreira da Torre e Quinta de Sancha-a-Cabeça.
- **Imóveis de Interesse Público (IIP):** Menires da Pedra Longa; Igreja e Convento de São Francisco (Montemor-o-Novo); Antigo Convento de São Domingos (ruínas); Conjunto da Igreja e cripta de São João de Deus; Anta-Ermida de Nossa Senhora do Livramento. Sacristia (antiga Sala do

Despacho) da Igreja Paroquial do Senhor Jesus do Calvário (ou Igreja do Calvário); e Igreja Matriz de Nossa Senhora da Assunção.

- **Sítios de Interesse Público (SIP):** Tholos do Escoural; Anta do Estanque; e Anta 1 do Carapetal.
- **Elementos patrimoniais em vias de classificação:** Cromeleque dos Cuncos; Anta da Moita do Gato; Anta da Comenda da Igreja 2; e Anta da Chaminé.
- **Património de interesse local não classificado:** Centro histórico da Cidade; Igreja Paroquial de Santo Aleixo; Ermida de Santo André do Outeiro; Quinta do Carvalhal; Igreja Paroquial de São Brissos; Anta 1 do Monte das Fazendas; Anta 2 do Carapetal, Lagar de Cima; Moinhos no rio Almansor; Lagares de azeite; e Antigas moagens.

(b) Património natural

Os Sítios de Importância Comunitária (SIC) Natura 2000, como o Sítio da Cabrela (56.555 ha, 18.970 no Concelho) e o Sítio de Monfurado (23.946 ha, 16.340 no Concelho), marcam uma paisagem de características mediterrânicas dominada por montados de sobre, de azinho ou mistos sobre-azinho e sobre-carvalho-negral (*Quercus pyrenaica*). As diversas linhas de água permitem o desenvolvimento de uma flora ripícola diversificada (amiais, freixiais, ranúnculos, tamargais e salgueirais) e de uma ictiofauna dominada pela boga e pelo bordalo.

Estas características naturais são propícias: (i) à implementação de programas de observação de fauna e de flora (p. ex. Monte Selvagem) e mais especificamente ao *birdwatching*, em que a freguesia de São Cristóvão tem condições para observação de aves aquáticas, grandes aves terrestres, passeriformes e de algumas raridades; (ii) ao desenvolvimento do turismo equestre, da caça turística, do turismo fluvial e de modalidades desportivas viradas para a água (p. ex., vela, remo e pesca) ou para o ar (Campo de Voo da Amendoeira). A Albufeira do Ciborro (ou “Albufeira da “Atabueira”) oferece locais aprazíveis e de lazer, tendo sido escolhida pelo Ski Clube do Alentejo para implementar a sua Escola de Ski Aquático. O turismo fluvial poderá ter, ainda, o apoio da Barragem dos Minutos e da Barragem do Pego do Altar, esta última localizada no limite com o Concelho de Alcácer do Sal.

(c) Gastronomia, doçaria, vinhos e enoturismo

Montemor-o-Novo oferece uma gastronomia de raiz alentejana e mediterrânica diversificada, para a qual tem produtos locais de qualidade: carnes (Borrego e Vitelas), azeite, ervas aromáticas, licores de poejo e de fedrisco, mel, pão, vinho, ... Entre os pratos típicos mais representativos encontram-se os seguintes: açorda à alentejana, alimado de cação, assado de borrego, caldeirada de peixe do rio, carne de porco à

alentejana, empadas de galinha, ensopado de borrego, migas à alentejana, miolos de porco, perninhas de rã, sopa de beldroegas, cacetes da Torre (conventuais), queijadas ou cernelhas.

Algumas explorações vitivinícolas procuram criar condições para um enoturismo de qualidade, integrando rotas de divulgação e promoção ligadas aos sabores e às artes (p. ex., Projeto *L'and Vineyards* do Grupo Sousa Cunhal).

(d) Eventos culturais

Face aos recursos e dinâmicas existentes, a cultura é uma aposta da Câmara Municipal que se tem envolvido em vários eventos, com destaque para: (i) Mostra Internacional de Folclore (recebe grupos folclóricos de diferentes países - Roménia, Eslovênia, Irlanda, França e Brasil); (ii) Dias Tranquilos (percursos de visitaço pelo campo e pela cidade, realizados aos sábados de manhã, para melhor conhecer a história, a mitologia, a iconografia religiosa, a fauna e a flora); (iii) Festival de Teatro de Montemor-o-Novo (integrado nos Ciclos de Animação e Programação do Património Cultural de Montemor-o-Novo, está na 3ª edição e pretende promover o trabalho de âmbito teatral direcionado a diversos públicos, do escolar ao sénior); (iv) Festival de Lavre (festival de música que promove artistas/bandas portuguesas e que vai na sua 17ª edição); (v) Ciclo da Primavera; (vi) Festival de Marionetas; e (vii) Cidade PreOcupada.

(e) Percursos

Em Montemor-o-Novo é possível fazer percursos pedestres circulares aos Sítios Natura 2000 de Cabrela e de Monfurado, em caminhos rurais sem grau de dificuldade elevada, com uma extensão entre os 5 e os 13 km: percurso da Ribeira de São Cristóvão (7,3 km), do Sítio de Cabrela (9,2 km) e da Serra de Monfurado (7,3 km).

Estes percursos¹² são complementados por uma rede de 110 km para BTT¹³ e por uma ecopista que começa na Cidade com cerca de 13 km, resultante da reabilitação da antiga linha férrea.

Montemor-o-Novo possui importantes infraestruturas de apoio ao lazer e ao desporto, nomeadamente: áreas dedicadas a merendas; bibliotecas, arquivos e galerias; campos de jogos, ringues e pavilhões polivalentes; Centro Hípico Dom Duarte; Cineteatro Curvo Semedo; clube de ténis; parques de jogos e de recreios; piscinas municipais (exterior e interior); e praça de touros.

O Concelho tem, igualmente, infraestruturas de apoio a percursos de visitaço: (i) Centro Interpretativo do Castelo de Montemor-o-Novo (na antiga igreja de S. Tiago, séc. XIV, infraestrutura municipal que

¹² <http://morinvest.cm-montemornovo.pt/infraestrutura-desportiva-lazer.php?id=7>.

¹³ (P1. Núcleo dos Baldios - Cabrela; P2. Núcleo dos Baldios - Torre da Gadanha; P3. Núcleo dos Baldios - São Cristóvão; P4. Núcleo dos Baldios - Safira - Paião; P5. Paião - São Sebastião da Giesteira; P6/P7. São Cristóvão - Casa Branca; P8. Casa Branca - Santiago do Escoural; P9. Montemor-o-Novo - São Pedro da Gafanhoeira).

mostra aspetos da história e evolução de Montemor, desde a antiguidade, através de uma exposição permanente e exposições temporárias); (ii) Centro Interpretativo da Gruta do Escoural (espaço com uma pequena exposição arqueológica de introdução à visita da Gruta do Escoural, com vestígios de arte rupestre paleolítica); (iii) Núcleo de Interpretação Ambiental do Sítio de Cabrela e Monfurado (localizado na antiga Escola Primária-Baldios, acolhe visitantes e fornece informação sobre habitats e espécies existentes nos Sítios de Cabrela e Monfurado); (iv) Núcleo Museológico do Convento de São Domingos (alberga o Museu de Arqueologia, salas de olaria, arte sacra, etnografia e tauromaquia); e (v) Centro de Etnologia- Museu Local.

Quando se avalia a vocação turística de um território dever-se-á ter presente a sua capacidade atrativa em sentido lato, enquanto conjugação de recursos tangíveis e intangíveis, sendo particularmente importante maximizar a identidade territorial e a atmosfera do lugar, bem como a sua imagem enquanto destino turístico, o profissionalismo dos agentes e a hospitalidade da comunidade local.

Oferta turística e cultural de Montemor-o-Novo

Montemor-o-Novo tem sido mais um território de passagem que de destino turístico, apesar de estar servido por boas acessibilidades (A6, E90 e IP7) e localizado próximo do litoral e de Espanha, fatores locativos que podem contribuir para reverter a pouca expressão que o turismo tem tido na Cidade e no Concelho, apesar de bem posicionado no conjunto dos 14 concelhos que fazem parte do Alentejo Central.

Em termos da oferta de restauração, o Portal Morinvest¹⁴ tem registados 40 restaurantes, 23 cafés, 15 snack-bar, 7 pastelarias, 5 tabernas, 4 bares, 2 *take away* e 1 serviço de catering/menus ao domicílio.

No que concerne ao alojamento (cf. Quadro 1. *Anexo F*) há uma maior oferta em turismo no espaço rural (TER) e turismo de habitação (TH), com 12,5% dos estabelecimentos TER/TH existentes na sub-região (6 estabelecimentos em 48) e 20,5% da capacidade de alojamento sub-regional (198 camas em 967), o que posiciona o Concelho em 2º lugar no número de estabelecimentos TER/TH (1º Reguengos de Monsaraz) e com o mesmo número de estabelecimentos de Évora, e em 2º lugar na capacidade de alojamento TER (1º Reguengos de Monsaraz).

Relativamente ao total de estabelecimentos, Montemor-o-Novo tem 9,5% da oferta sub-regional (10 estabelecimentos em 105), a que corresponde 7,1% da capacidade de alojamento (327 camas em 4.589), indicador com maior expressão em Évora, Estremoz e Reguengos de Monsaraz.

¹⁴ <http://morinvest.cm-montemornovo.pt/servicos-locais-lista.php?id=6>, consultado em 03-08-2015.

Todavia, a evolução da capacidade de alojamento por 1.000 habitantes, nos últimos 10 anos com dados disponíveis - 2004-2014 (cf. Quadro 2. *Anexo F*), revela um acentuado crescimento da oferta em Montemor-o-Novo, que passa de 2,3% em 2004 para 19,6% em 2014.

Quanto ao número de empresas com influência no sector do turismo, respetivamente, nas CAE “Alojamento”, “Restauração e Similares”, “Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas”, “Atividades de teatro, de música, de dança e outras atividades artísticas e literárias”, “Atividades das bibliotecas, arquivos, museus e outras atividades culturais” e “Atividades desportivas, de diversão e recreativas” (cf. Quadro 3. *Anexo F*), verifica-se uma clara retração empresarial de 2008 para 2013, com uma perda total de 30 empresas no Concelho (248 na Sub-região e 1.154 na Região) e taxas de variação concelhias negativas mais significativas nas CAE ligadas à cultura e lazer, respetivamente, “Atividades desportivas, de diversão e recreativas” (-9,1%) e “Atividades de teatro, de música, de dança e outras atividades artísticas e literárias” (-16,3%), em variações superiores às registadas na Sub-região e na Região; “Restauração e similares” (-13,5%); no “Alojamento”, verifica-se uma estagnação quanto ao número de empresas, ao contrário da Sub-região (8,5%) e da Região (16,9%), que conheceram uma variação positiva neste período.

A retração empresarial global ocorrida teve, naturalmente, influência significativa no VAB (cf. Quadro 4. *Anexo F*) e no Volume de Negócios (cf. Quadro 5. *Anexo F*). O VAB total registou no Concelho um decréscimo de 1,6 milhões de euros, com evidente significado na “Restauração e similares” (-1,6 milhões de euros), enquanto o volume de negócios total teve uma redução de 3,6 milhões de euros, mantendo-se o elevado contributo negativo desta CAE (-3,98 milhões de euros).

No domínio da cultura, um dos produtos emergentes que com mais força se tem desenvolvido em Portugal nos últimos anos e de elevada importância na atração de turistas aos territórios de baixa densidade, Montemor-o-Novo regista entre 2009 e 2014 mais uma “Galeria de arte e outros espaços de exposição temporária” (cf. Quadro 6. *Anexo F*), sem ter todavia correspondência no número de exposições realizadas (cf. Quadro 7. *Anexo F*), que tiveram no mesmo período uma variação negativa de -17,6% (-39,4% entre 2004 e 2014), contrariamente ao incremento que se verificou na Sub-região (+17,4%) e na Região (+28,8%).

A despesa corrente total da Câmara Municipal em atividades culturais e desportivas (Quadro 8. *Anexo F*) teve, entre 2009 e 2012, um crescimento de 25,9%, superior ao verificado na sub-região (16,0%) e na Região (-6,3%). A desagregação da despesa corrente (cf. Quadros 9. e 10. *Anexo F*) permite perceber que houve da parte da Câmara Municipal um decréscimo do investimento em “Publicações e literatura” (-

14,3%), “Atividades socioculturais” (-16,5%) e “Recintos culturais” (-24,7%), tendo o maior investimento sido direcionado para a “Música” (+9,6%) e as “Artes cénicas” (+21,2%)¹⁵.

No domínio dos “Jogos e desportos” (cf. Quadro 11. *Anexo F*) a despesa corrente municipal entre 2009 e 2012 teve um incremento de 18,1%, inferior ao da sub-região (29,6%), mas superior ao da Região (-16,3%).

Procura turística e de visitação do Concelho

A procura turística, enquanto conjunto de bens e serviços que as pessoas que se deslocam adquirem para realizar as suas viagens, define em termos geográficos os territórios onde se geram os movimentos turísticos (origens) e os locais para onde eles se dirigem com vista à satisfação das suas necessidades (destinos), tendo uma tipologia diversificada (recreio, repouso, cultural, desportivo, de negócios, político, de saúde, religioso, étnico, ...) e sendo afetada, sobretudo, por falta de condições e de infraestruturas para receber os turistas.

A Tabela seguinte (cf. ainda, os Quadros 12 e 13 *Anexo F*) sintetiza diferentes indicadores que permitem caracterizar a dinâmica da procura turística em Montemor-o-Novo, bem como o seu enquadramento sub-regional e regional.

Quadro 45. Dinâmica da procura turística em Montemor-o-Novo

Indicadores	Dinâmica
Estada média de hóspedes estrangeiras/os	Montemor-o-Novo com 2,1 noites tem valores superiores aos da sub-região (1,6 noites) e da Região (1,9 noites), estando em 5º lugar no conjunto dos 14 concelhos, só ultrapassado por Viana do Alentejo (4,8 noites), Borba (3 noites), Alandroal (2,6 noites) e Mora (2,5 noites).
Hóspedes por habitante	Montemor-o-Novo com 0,8 hósp./hab. está abaixo dos valores da sub-região (2,2 hósp./hab.) e da Região (1,2 hósp./hab.). Em termos municipais os maiores valores ocorrem em Évora (4,4 hósp./hab.), Estremoz (2,2 hósp./hab.) e Reguengos de Monsaraz (2,1 hósp./hab.).
Proporção de hóspedes estrangeiras/os	O peso de hóspedes estrangeiros em Montemor-o-Novo é de 22,9%, um valor inferior ao da sub-região (42,8%) e ao da Região (30,0%). Os maiores valores concelhios verificam-se em Évora (52,1%), Estremoz (28%) e Redondo (25,5%).
Proporção de dormidas entre julho-setembro	Os 38,8% de dormidas em Montemor-o-Novo são superiores aos valores registados para a sub-região (36,2%), mas inferiores aos verificados na Região (41,1%). Os três maiores valores verificam-se em Viana do Alentejo (47,8%), Alandroal (47,2%) e Mourão (45%).
Estada média no estabelecimento	As 1,6 noites de estada média em Montemor-o-Novo estão ao nível da região (1,8 noites) e da sub-região (1,6 noites). Em termos de tipo de estabelecimento a maior expressão ocorre no TER/TH (1,9 noites no Concelho; 2,1 noites na Região; 1,7 noites na sub-região).
Taxa líquida de ocupação-cama	O grande peso de TER/TH de pequena dimensão determina que a taxa líquida de ocupação-cama total do Concelho (20,4%) seja inferior aos valores da sub-região (34,3%) e da região (26,5%). Também no domínio específico do TER/TH esta taxa é menos relevante no Concelho (9,2%), do que na sub-região (18,1%) e na Região (19,9%).
Proveitos de aposento ¹⁶	O total de “proveitos de aposento” em Montemor-o-Novo (1.267.000 euros) corresponde a 7,3% do valor registado para a sub-região e a 2,3% do da Região. O peso dos proveitos do TER/TH nos proveitos totais do Concelho era de 18,6% em 2014.

Fonte: *Anuário Estatístico da Região Alentejo*, 2014.

¹⁵ Em termos sub-regionais o maior investimento verificou-se nos “Recintos culturais” (+68,1%) e nas “Artes cénicas” (+85,7%) e o menor investimento na “Música” (-36,7%) e nas “Atividades socioculturais” (-55,4%). Também à escala da Região Alentejo o maior investimento foi nos “Recintos culturais” (+39,7%) e o menor em “Atividades socioculturais” (-39,8%).

¹⁶ Valores cobrados pelas dormidas realizadas por todos os hóspedes nos estabelecimentos hoteleiros.

No que concerne ao total de hóspedes e de dormidas (Cf. Quadro 15. *Anexo F*), Montemor-o-Novo terá de melhorar a sua capacidade de atração e a concomitante oferta de camas, se quer ter no turismo uma alavanca de desenvolvimento. Quando comparado com a sub-região e com a Região, o total de hóspedes no Concelho corresponde a 3,7% da sub-região e a 1,4% da Região, enquanto o número de hóspedes em TER/TH apresenta 8,1% da sub-região e 2,6% da Região. O panorama das dormidas é semelhante, sendo o seu total 3,9% da sub-região e 1,3% da Região, enquanto as 5.434 dormidas em TER/TH registadas no Concelho correspondem a 8,7% das da sub-região e a 2,3% das da Região, valores afetados pela maior oferta de Évora e procura dirigida a esta Cidade Património Mundial.

Quanto à proveniência dos turistas (Cf. Quadro 16. *Anexo F*) que visitam e pernoitam em Montemor-o-Novo, estes são maioritariamente portugueses (10.029 em 2014), tal como sucede com a sub-região e com a Região; Évora constitui o principal foco da dinâmica de visitação sub-regional com 57,2% de hóspedes. Os hóspedes residentes em Espanha (513), França (359) e Reino Unido (305) asseguram, depois dos portugueses, a frequência da maior visitação a Montemor-o-Novo, seguidos dos provenientes da Alemanha (245). As dormidas (Quadro 17. *Anexo F*) têm idêntica configuração, correspondendo as 21.344 dormidas em estabelecimentos de Montemor-o-Novo a 3,9% das que ocorrem na sub-região, onde mais uma vez se destaca Évora com 68,2% de dormidas. Todavia, no quadro sub-regional, Montemor-o-Novo tem um bom posicionamento no conjunto dos 14 concelhos.

Quadro 46. Indicadores de alojamento de Montemor-o-Novo, segundo localização geográfica dos hóspedes (2014)

	Hóspedes		Dormidas	
	Nº	% Total	Nº	% Total
Total	13.016	100,0	21.344	100,0
Portugal	10.029	77,1	15.095	70,7
UE28 (sem Portugal)	2.114	16,2	4.702	22,0
Alemanha	245	1,9	517	2,4
Espanha	513	3,9	980	4,6
França	359	2,8	856	4,0
Reino Unido	305	2,3	680	3,2
África	17	0,1	30	0,1
América	623	4,8	1.039	4,9
Ásia	62	0,5	98	0,5
Oceânia / n.e.	16	0,1	30	0,1

Fonte: Anuário Estatístico da Região Alentejo, 2014.

Boas práticas em destinos turísticos de baixa densidade

Nos territórios de baixa densidade existem inúmeras boas práticas de uso e fruição de recursos turísticos que podem ser observadas segundo diferentes princípios (acessibilidade, animação, comercialização, divulgação e inovação), para cada um dos quais se apresenta um exemplo ilustrativo.

↪ **Boa prática de acessibilidade.** *Projeto “Alqueva Acessível”.* Da iniciativa da Aquaspace, microempresa criada em Outubro de 2006, em Moura, iniciou-se em 2009, com a aquisição de uma embarcação para a atividade marítimo-turística, adaptada a passageiros com mobilidade reduzida e com uma lotação de 16 passageiros (8/9 em cadeira de rodas), tendo sido financiado pelo ProDeR através do GAL Margem Esquerda do Guadiana - Rota do Guadiana.

Entre os objetivos operacionais destacam-se: (i) aumentar e melhorar a qualidade da oferta marítimo-turística no Alqueva para as pessoas com mobilidade reduzida; (ii) promover e divulgar as atividades junto dos profissionais de turismo e dos clientes finais; e (iii) desenvolver parcerias com IPSS vocacionadas para o apoio à deficiência, com unidades hoteleiras, estabelecimentos de restauração e operadores turísticos a nível nacional.

O projeto tem vários elementos inovadores para a Região e para o Alqueva, nomeadamente, proporcionar: autonomia para os utentes com mobilidade reduzida o usufruto de passeios turísticos na albufeira de Alqueva; versatilidade da embarcação para uso exclusivo de mobilidade reduzida, uso misto ou uso normal; e oferta do produto birdwatching aquático.

Fonte: *Alqueva Acessível* (<http://www.alquevatours.com/>).

↪ **Boa prática na animação.** *Projeto Skydive Europe - Centro de Paraquedismo.* Integrado numa visão de turismo ativo/radical promovido pela empresa Get High, constituída em Janeiro de 2004, que tem como atividade principal o desenvolvimento e a criação de atividades e eventos desportivos, nomeadamente na área do paraquedismo; o Projeto foi financiado em 2011/2012 pelo ProDeR através do GAL Al Sud - Esdime.

Com centro de operações no Aeródromo de Figueira dos Cavaleiros (freguesia do Concelho de Ferreira do Alentejo, a 24 km de Beja) realiza atividades de lazer, nomeadamente, saltos de avião a alta altitude/skydive, constituindo um exemplo ilustrativo de animação/ /empreendedorismo, pelo conceito de negócio.

Trata-se de um projeto de animação no domínio do turismo ativo, diferenciador para a Região e potencialmente alavancador da atividade turística local (investimento em unidades hoteleiras, ...), no qual se poderá destacar a «acessibilidade» (tem recursos para pessoas com mobilidade reduzida) e a «inovação» (pela exclusividade regional e nacional do produto turístico).

Fonte: *Skydive Europe - Centro de Paraquedismo* (<http://gethigh.pt/>)

↪ **Boa prática na comercialização.** *Projeto A Viagem do Elefante.* Espetáculo teatral de rua do Trigo Limpo Teatro ACERT (Tondela), o projeto iniciou-se em 2013 e resultou da ideia da montagem teatral do conto de José Saramago. Trata-se de um produto cultural que liga “leitura-representação-imaginário coletivo”, sem fronteiras territoriais, sustentado numa parceria

alargada e com um elevado grau de comercialização, o que ilustra bem a aceitação que tem tido pelas diferentes comunidades por onde tem passado.

O projeto tem dimensão considerável (mais de 20 pessoas, entre atores, técnicos e músicos), com implicações diretas no turismo local, que altera rotinas para albergar o espetáculo.

De 2013 a 2015 percorreu um total de 28 territórios, o que demonstra o seu potencial enquanto “objeto artístico” e a capacidade da ACERT para o comercializar: em 2013, foi a Figueira de Castelo Rodrigo, S. João da Pesqueira, Pinhel, Sortelha, Fundão, Castelo Branco, Tondela, Lisboa e Rivas - Vaciamadrid; em 2014, esteve em Viseu, Penalva do Castelo, Canas de Senhorim, Nelas, Oliveira de Frades, Vouzela, Tondela, Vila Nova de Paiva, Sátão, Santa Comba Dão, Castro Daire, Carregal do Sal, Mangualde, São Pedro do Sul e Aguiar de Beira; em 2015, a deslocação envolve Alcobça, Figueira da Foz, Gouveia e Pampilhosa da Serra.

Fonte: TORRES, Miguel (Coord.). A Viagem do Elefante por Viseu Dão Lafões. Associação Cultural e Recreativa de Tondela (ACERT), Tondela, 2014.

↳ **Boa prática na inovação.** *Ecoteca Fluvial - Vetor de desenvolvimento do Grande Rio do Sul.* A Ecoteca Fluvial é um projeto inovador que está em funcionamento no rio Guadiana e que teve início em 2003, com financiamento do LEADER + através do GAL Terras do Baixo Guadiana para aquisição e transformação de um barco para 40 pessoas destinado à realização de atividades de educação ambiental, prioritariamente no Baixo Guadiana.

O projeto promove a investigação, experimentação e demonstração de atividades de conservação da natureza, sobretudo relacionadas com os recursos hídricos e terrestres associados aos ecossistemas lênticos (Sistemas de águas calmas / paradas representados por lagos, lagoas, barragens, charcos ou pântanos) e lóticos (Sistema de águas correntes representados pelos rios, nascentes, ribeiras e riachos).

A aquisição da embarcação para a implementação da Ecoteca Fluvial teve os seguintes objetivos gerais: (i) Sensibilizar para as pressões e ameaças existentes sobre os recursos naturais na área de intervenção; (ii) Demonstrar e experimentar atividades de conservação da natureza exemplificativas de boas práticas a desenvolver na sub-região do Baixo Guadiana; (iii) Demonstrar os benefícios da conservação dos recursos naturais como suporte das atividades humanas; (iv) Valorizar e/ou revitalizar atividades tradicionais/alternativas, associadas à área de influência de Alqueva, que se realizem de acordo com as potencialidades e vocações da área, valorizando a conservação das paisagens tradicionais, possuidoras de um elevado valor natural e cultural; e (v) Prestar assistência às escolas no que concerne ao estudo e preservação do património natural e cultural. Fonte: ADPM (2012). Casos de Sucesso no Baixo Alentejo. Princípios, Práticas e Políticas na Construção do Desenvolvimento Local/Rural, Mértola

4. VISÃO DE SÍNTESE

Os elementos de diagnóstico apresentados nas Secções anteriores podem ser sistematizados num conjunto de Pontos fracos/Ameaças e Pontos fortes/Oportunidades que caracterizam o ponto de partida para a fundamentação dos desafios estratégicos de Montemor-o-Novo e também para a futura definição da estratégia de intervenção do Concelho e das prioridades de investimento.

TERRITÓRIO

Posicionamento Regional	
Pontos fortes	Pontos fracos
<ul style="list-style-type: none"> Localização privilegiada do Concelho e da Cidade de Montemor-o-Novo, no principal eixo de desenvolvimento regional e boa acessibilidade a Lisboa e Évora, principais centros urbanos do País e da Região. 	<ul style="list-style-type: none"> Estrutura funcional e dinâmica das atividades existentes dificulta o alargamento da área de influência para além do espaço supraconcelhio. Reduzida competitividade da matriz de atividades existentes.
Ameaças	Oportunidades
<ul style="list-style-type: none"> Continuidade do processo de erosão demográfica na região. Persistência da debilidade económica e reduzida competitividade regional. 	<ul style="list-style-type: none"> Inserção na Rede Urbana do Corredor Azul. Classificação da Cidade de Montemor-o-Novo como Centro Urbano Estruturante, no quadro do Sistema Urbano Regional.
Desenvolvimento urbano	
Pontos fortes	Pontos fracos
<ul style="list-style-type: none"> Aprovação de três Áreas de Reabilitação Urbana (ARU), o que cria condições favoráveis à reabilitação do edificado e à regeneração urbana da Cidade, em áreas-chave para o desenvolvimento funcional e a qualificação urbana e minimiza a necessidade de abrir novas frentes de urbanização. Valor patrimonial, dimensão e centralidade funcional do conjunto do Centro Histórico no conjunto da Cidade constituindo um importante ativo para a sua competitividade. 	<ul style="list-style-type: none"> Resiliência de um elevado peso da população isolada, responsável em grande parte pela manutenção de estruturas demográficas e socioeconómicas débeis face à envolvente regional. Debilidade demográfica e económica da Cidade e da sua área de influência direta. O crescimento das áreas de ocupação mais recente na Cidade não compensou o decréscimo acentuado ocorrido na malha urbana de génese mais antiga. Progressiva desertificação residencial e económica do Centro Histórico agravada pela ausência de capacidade financeira por parte de proprietários públicos e privados, que viabilize a reabilitação e refuncionalização de edifícios desocupados. Degradação e marginalização de espaços económicos abandonados no interior da Cidade pondo em causa a consolidação do tecido urbano. Manutenção do atravessamento da Cidade por tráfego pesado e de mercadorias, de âmbito nacional e internacional (constrangimento ao desenvolvimento e qualificação do principal eixo urbano e sua envolvente). Deficientes condições de mobilidade urbana e de promoção dos modos suaves. Persistência de deficientes condições de habitabilidade nas áreas rurais de povoamento isolado e no Centro Histórico/Cidade.

Desenvolvimento urbano	
Ameaças	Oportunidades
<ul style="list-style-type: none"> • Incapacidade de crescimento da Cidade, fator crítico para o desenvolvimento de funções especializadas de âmbito supramunicipal e que lhe permitam cumprir o seu papel de Centro Estruturante Regional. • Manutenção da tendência de degradação urbanística e do edificado no Centro Histórico. 	<ul style="list-style-type: none"> • Aprovação do PEDU, instrumento de acesso ao financiamento comunitário no âmbito do Portugal 2020 para intervenções de mobilidade urbana sustentável, a reabilitação do parque edificado público e privado, de reabilitação dos espaços públicos e de regeneração urbana na Cidade. • Elaboração do Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável para a NUT III. • Existência de edifícios com valor patrimonial, localizados em áreas nobres da Cidade, com capacidade para acolher atividades que viabilizem a estratégia municipal de regeneração urbana.
Gestão territorial	
Pontos fortes	Pontos fracos
<ul style="list-style-type: none"> • Delimitação de três ARU, já aprovadas a nível municipal e publicadas em Diário da República. 	<ul style="list-style-type: none"> • Desatualização e desajustamento dos Planos Municipais de Ordenamento do Território face às necessidades atuais de gestão territorial da Câmara Municipal.
Ameaças	Oportunidades
<ul style="list-style-type: none"> • Atraso na Revisão e sequente aprovação do PDM. 	<ul style="list-style-type: none"> • PROT aprovado em 2010 que classifica a Cidade de Montemor-o-Novo com Centro Urbano Estruturante. • Aprovação e implementação, no âmbito do Portugal 2020, da EIDT do Alentejo Central, das EDL das ADL Monte e Terras Dentro, do PEDU de Montemor-o-Novo e das ORU associadas às ARU na Cidade.

 SOCIEDADE

Demografia e Dinâmicas sociais	
Pontos fortes	Pontos fracos
<ul style="list-style-type: none"> • Saldo positivo na relação atração/repulsão de população residente entre 2005 e 2010. • Ganhos positivos resultantes do funcionamento da Rede Social, de eficiência e eficácia na sinalização e atuação das respostas sociais, na cooperação entre instituições e na investigação e análise dos problemas sociais. • Posicionamento favorável do concelho em 2011, no que respeita à incidência de fatores de exclusão social como o desemprego e a dependência de prestações sociais. • Boa cobertura e qualidade dos equipamentos desportivos e aposta dos clubes do concelho na promoção da prática desportiva federada. • Capacidade instalada dos serviços dirigidos à 1ª e 2ª infâncias, superior à procura. • Crescimento e qualificação da rede de equipamentos de apoio a idosos, de acolhimento de jovens em risco, de apoio à população com deficiência, de desenvolvimento socioeducativo de jovens. • Construção recente de novas instalações para o Centro de Saúde. • Boa dinâmica de projetos e de parcerias entre os agentes culturais, desportivos e de ação social. • Dinâmica associativa relevante e juventude ativa com capacidade para ser envolvida em moldes mais responsáveis. 	<ul style="list-style-type: none"> • Perda acentuada da vitalidade demográfica do Concelho, superior à verificada na generalidade da Região Alentejo e no Alentejo Central, principalmente na área rural que se encontra em desertificação acentuada (decréscimo populacional, forte envelhecimento e grande dependência de idosos). • Baixas qualificações escolares e profissionais da população residente, revelando uma posição desfavorável do concelho no contexto regional e face aos concelhos vizinhos. • Acréscimo do número de desempregados no concelho no período 2007-2015, superior ao verificado na Região Alentejo e no País, principalmente dos desempregados com ensino superior, com idade superior a 35 anos e em situação de desemprego há 1 ano e mais. • Reduzida capacidade de decisão dos operadores sobre a oferta de educação e formação a disponibilizar no Concelho. • Ausência de uma intervenção estruturada de promoção das condições de empregabilidade da população. • Dificuldade de acesso à habitação por parte das famílias mais carenciadas, devido ao desajustamento entre a oferta (rendas elevadas e reduzida qualidade das habitações) e o rendimento das famílias. • Dificuldade de acesso da população idosa e que reside em lugares mais isolados aos equipamentos de saúde e às respostas sociais. • Desatualização dos instrumentos de planeamento orientadores da intervenção da Rede Social. • Rede social com algumas debilidades ao nível da participação e representatividade setorial (educação e dimensão económica) e territorial (freguesias rurais).
Ameaças	Oportunidades
<ul style="list-style-type: none"> • Dificuldade de renovação de <i>stocks</i> populacionais, principalmente pelo decréscimo da população jovem e da população ativa. • Agravamento dos problemas de desemprego, pobreza e exclusão social. • Não sustentabilidade de funcionamento de equipamentos coletivos de proximidade aos utentes. 	<ul style="list-style-type: none"> • Oportunidade de financiamento, no âmbito do Portugal 2020, de projetos que visem a melhoria das respostas sociais e promovam a inclusão social. • Perspetiva de financiamento e execução, no quadro do ITI do Alentejo Central, de projetos e programas que visam a requalificação do parque escolar do ensino básico e pré-escolar, o combate ao abandono escolar, a formação técnica e profissional, a formação desportiva, o desenvolvimento de ateliers para jovens, a inclusão social pela cultura, a promoção do acesso à internet e a promoção da igualdade de cidadãos com deficiência e fomento da sua empregabilidade. • Criação de uma nova Escola Profissional na área da música, com potencial de atratividade de alunos de outros concelhos.

<i>Desenvolvimento cultural</i>	
Pontos fortes	Pontos fracos
<ul style="list-style-type: none"> • Dinâmicas de produção e animação cultural ao longo das últimas décadas com capacidade de projeção e atração externa. • Política de valorização cultural, assumida como fator de desenvolvimento económico e social do Concelho e de afirmação no espaço regional. • Crescimento entre 2009 e 2012 do investimento municipal em atividades culturais e desportivas, superior na generalidade ao verificado na região e na sub-região. 	<ul style="list-style-type: none"> • Financiamento insuficiente (público e privado) de projetos culturais de envergadura. • Desqualificação dos equipamentos culturais e carência de espaços adequados para <i>ateliers</i> de formação, oficinas de produção e residências artísticas. • Reduzida capacitação dos agentes culturais (gestão de bens culturais, elaboração de candidaturas, etc...). • Insuficiente integração e coordenação da programação cultural (equipamentos e eventos). • Reduzida atividade dos equipamentos culturais nas freguesias rurais. • Ausência de uma estratégia de fidelização e de captação de públicos. • Reduzido dinamismo da oferta turística, o que condiciona o desenvolvimento e atratividade de projetos culturais de âmbito mais alargado. • Inexistência de ensino artístico e reduzida interação entre as instituições e projetos culturais e as escolas.
Ameaças	Oportunidades
<ul style="list-style-type: none"> • Não sustentabilidade das organizações culturais e dos projetos (dependência de apoios do Município, ausência de mecenato...). • Incapacidade de afirmação do turismo cultural no Eixo Lisboa/Montemor-o-Novo/Évora. 	<ul style="list-style-type: none"> • Condições para associar a reabilitação do património construído a um projeto cultural de âmbito territorial alargado e especializado (existência de edifícios na zona histórica da cidade com condições para acolher projetos culturais e residências artísticas). • Acesso a financiamento comunitário no âmbito do Portugal 2020 e do Programa Europa Criativa para projetos de âmbito cultural (Cultura para Todos, Empreendedorismo criativo, Inclusão ativa...).

DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO

<i>Desenvolvimento Económico</i>	
Pontos fortes	Pontos fracos
<ul style="list-style-type: none"> • Crescimento do VAB na indústria transformadora entre 2007 e 2012, única exceção no contexto de quebra generalizada deste indicador em todos os outros subsectores. • Relevância/manutenção da importância do setor agrícola expresso por um decréscimo da população agrícola inferior ao verificado na envolvente regional, pelo crescimento do número de explorações e de superfície agrícola recenseada entre 1999 e 2009, uma evolução contrária à ocorrida na Região e no Alentejo Central e pela qualificação dos produtores agrícolas que em 2009 era também superior em comparação com a Região e a sub-região. • Condições propícias a uma oferta turística diversificada (património natural, valioso património arqueológico e de arquitetura civil, militar e religiosa, património etnológico e gastronómico). 	<ul style="list-style-type: none"> • Conjuntura económica nacional desfavorável e baixo nível de investimento privado. • Tecido empresarial frágil e com fraca dinâmica de criação de emprego. • Redução do número de empresas em atividade, entre 2007 e 2012, superior à verificada no Alentejo e no Alentejo Central, (com maior incidência nos subsectores da indústria transformadora e da construção) e consequente redução global do emprego. • Insuficiente qualificação, capacidade atrativa e concorrencial da Zona Industrial da Adua - principal área industrial do Concelho. • Insuficiente valorização económica dos recursos locais em setores como o turismo, energias renováveis e indústrias alimentares. • Fraca capacidade de atração turística, revelado pelo peso muito reduzido dos hóspedes e dormidas no total da região e sub-região. • Incapacidade dos atores públicos e privados de concretizar projetos de carácter económico e de matriz empresarial, recorrentemente referidos para Montemor-o-Novo.
Ameaças	Oportunidades
<ul style="list-style-type: none"> • Incapacidade de atração de investimento externo, persistência da debilidade e reduzida competitividade do tecido empresarial local e perspectiva de baixos níveis de investimento por parte dos empresários do Concelho (57% dos empresários inquiridos não tenciona investir nos próximos anos), com impacto esperado negativo na criação de riqueza e de emprego. • Concorrência nacional e internacional. • Tendência de decréscimo e envelhecimento demográfico, manutenção de baixo nível de rendimento das famílias e agravamento da pobreza • Manutenção da tendência de declínio económico sub-regional dificultando a obtenção de dimensão crítica por parte de Montemor e respetiva área de influência direta. • Degradação do património construído com valor turístico. 	<ul style="list-style-type: none"> • Proximidade a grandes infraestruturas de transporte internacional (Portos de Sines, Setúbal e Lisboa, Auto Estrada de Ligação a Espanha e à Europa, futura ligação ferroviária Sines- Évora-Elvas-Madrid) e aos principais centros urbanos do País e da Região. • Crescimento atual e prospetivado de setores em que o Concelho possui ativos diferenciadores e potencial produtivo (turismo, indústrias alimentares e energias renováveis, ...). • Aprovação do Plano de Ordenamento da Albufeira dos Minutos, consequente alargamento do potencial de rega e surgimento de novos projetos de culturas como o olival intensivo, o tomate e a beterraba sacarina. • Incentivos ao desenvolvimento empresarial, à inovação e desenvolvimento tecnológico no âmbito do Portugal 2020. • Aprovação e implementação futura das Estratégias e dos instrumentos DLBC das ADL Monte e Terras Dentro, com impacto esperado na dinamização económica das áreas rurais. • Perspetiva de financiamento, no quadro do ITI do Alentejo Central, de projetos e programas que visam: <ul style="list-style-type: none"> - a criação e a dinamização de viveiros de empresas; - a criação e a consolidação de Micro e PMEs; e - o incremento do turismo no Alentejo Central (Centros de interpretação e acolhimento turístico, Sistema de fruição do património natural e cultural e Grande Rota do Montado).

ANEXOS

Anexo A. Reuniões de trabalho com Entidades Locais

Avaliação da Carta Estratégica

Domínios de trabalho	Reuniões realizadas
Reuniões com vereador de Pelouros relevantes dos PA	<ul style="list-style-type: none"> • Presidente Hortênsia Menino • Vereador João Marques • Vereadora Palmira Catarro
Reuniões com Diretores de Divisão (Cultura, Desporto e Juventude; e Ação Social, Saúde e Educação)	<ul style="list-style-type: none"> • Luís Miguel Fonseca Ferreira (Chefe Divisão Cultura, Desporto e Juventude; e Ação Social, Saúde e Educação)
Dirigentes e técnicos da estrutura orgânica para algumas sessões de trabalho centradas na Avaliação da Carta Estratégica (recolha informação relativa a realizações/resultados e a utilidade da Carta Estratégica)	<ul style="list-style-type: none"> • José Augusto Lopes (Desporto/Piscinas municipais) • Ana Paula Ribeiro (Educação) • Ana Maria Friederich (Ação Social) • Rúben Costa (Cultura/Centro Juvenil) • Anabela Ferreira (Juventude/Centro Juvenil) • Lídia Cantanhede (Oficina Criança) • Idalete Lebre (Arquivo Municipal) • Briolanja Russo (Área Económica) • Jorge Mestrinho (Águas, saneamento e resíduos) • Maria João Matos (Ambiente)

Identificação de dimensões problema e priorização das principais Necessidades de intervenção/Desafios estratégicos para a Carta Estratégica Montemor 2025

Domínios	Entidades consultadas em reunião
Educação, Formação e Juventude	<ul style="list-style-type: none"> • Agrupamento escolas de Montemor-o-Novo • Associação de Jovens das Cortiçadas de Lavre • ACLD - Associação Cultural Lavre Dinâmico • IIEFP- Centro de Emprego de Montemor-o-Novo
Cultura	<ul style="list-style-type: none"> • Alma d'Arame - Associação Cultural • Grupo dos Amigos de Montemor • Oficinas do Convento - Associação de artes e multimédia • Theatron - Associação Cultural • Coral São Domingos • Espaço do Tempo
Desporto	<ul style="list-style-type: none"> • Grupo União Sport (futebol) • Clube Ténis de Montemor
Saúde e Ação Social	<ul style="list-style-type: none"> • Santa Casa da Misericórdia de Montemor-o-Novo • Hospital São João de Deus • Comunidade Sócio Terapêutica Casa João Cidade • Associação Abrigo dos Velhos Trabalhadores • Porta Mágica • CERCIMOR.
Desenvolvimento Económico	<ul style="list-style-type: none"> • APORMOR • Associação de Regantes da Barragem dos Minutos • Caixifácil, Lda • Câmara de Montemor-o-Novo • Caminhos do Futuro • Campo Alegre, Lda • EIP • FJ Cork • Herdade Freixo do Meio • Liga dos Pequenos e Médios Agricultores de Montemor-o-Novo (LPMA) • Lusomad • Monte Selvagem • Silcom • Solar da Giesteira • Topavipec.

Anexo B. Necessidades de Formação

Áreas de formação/cursos em que as entidades formativas deveriam apostar, tendo em conta a sustentabilidade e estratégia do desenvolvimento económico do Concelho

Entidade auscultada	Áreas de formação/Cursos
Agrupamento de Escolas	Agricultura, produção de carne, produção de vinho e Serviços
CERCIMOR	Formação tecnológica
CELFINFO	TIC, Turismo e Línguas
IEFP	Área agrícola, bens transacionáveis, tecnologia de ponta, agro análises - internacionalização no mercado exportador. Dinamização de pequenas e médias empresas nas áreas dos produtos regionais (artesanato,...).

Fonte: Apoio à Implementação e Funcionamento do Gabinete de Inovação e Gestão Estratégica, GON (2013).

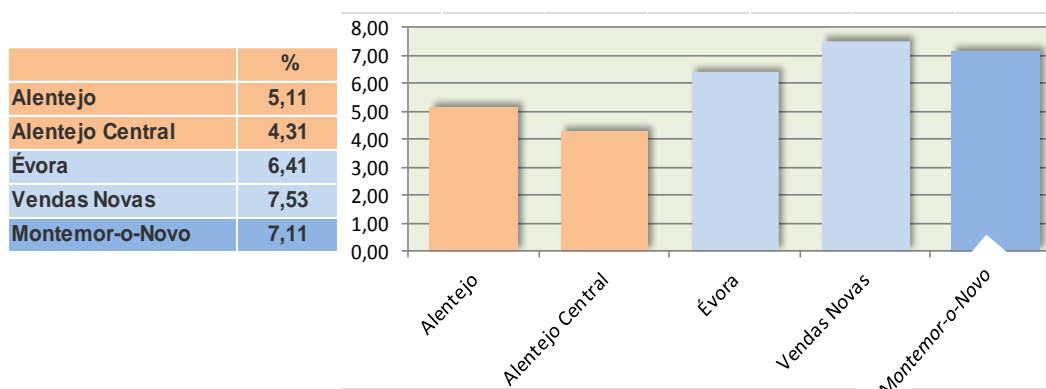
O quadro seguinte completa as referências dos Operadores de Formação e apresenta um conjunto de observações recolhidas junto das entidades locais entrevistadas, que dão conta da existência de necessidades de formação, requalificação e recrutamento de recursos humanos, nas esferas da educação e juventude, bem como do setor social e da saúde.

Necessidades de qualificação e recrutamento de recursos humanos identificadas no decurso das entrevistas

Perfil de necessidades	Setor Social
Qualificação do pessoal técnico	<ul style="list-style-type: none"> Formação do pessoal técnico de ação direta das instituições de apoio à população idosa: Geriatria, Relação humana e gestão de conflitos, Nutrição, Técnicas de mobilidade de doentes, e Demências. [Cenário de operacionalização: parceria com Instituto João de Deus] Formação especializada na área da Demência (extensão do projeto piloto em curso na SCM no âmbito do projeto VIDAS). [Cenário de operacionalização: parceria com Direção Geral de Saúde, Associação Nacional de Doentes de Alzheimer e União das Misericórdias como principais operadores]
Capacitação no plano da gestão	<ul style="list-style-type: none"> Maiores necessidades prendem-se com Gestão financeira e Administrativa/logística (aplicação de normas e regras, regulamentos, participações,...).
Recrutamento de profissionais especializados	<ul style="list-style-type: none"> Necessidades da Casa Abrigo dos Velhos Trabalhadores a superar por via do recurso a Apoios à contratação: Psicólogo/especialidade de demência e saúde mental; Enfermeiro; Porteiro.
Juventude / Associativismo / Desporto	
Capacitação no plano da gestão	<ul style="list-style-type: none"> Apoio administrativo de suporte às atividades associativas (a Câmara Municipal tem apoiado o arranque de projetos, mas falta um apoio continuado de suporte às atividades de gestão de projetos, incluindo no âmbito da preparação de candidatura a programas de financiamento).
Qualificação do pessoal técnico	<ul style="list-style-type: none"> Formação dos dirigentes e técnicos desportivos, sobretudo ao nível dos escalões mais jovens.
Recrutamento de profissionais especializados	<ul style="list-style-type: none"> Necessidades decorrentes da abertura do novo espaço da Oficina da Criança: 1 animador de atividades ao ar livre/desportivas; 1 educador artístico; e 1 técnico de atelier (com vista ao reforço da equipa atual).
Saúde	
Qualificação do pessoal técnico	<ul style="list-style-type: none"> Necessidade de reforço de formação de aprofundamento/reciclagem dos recursos humanos, sobretudo dirigida a auxiliares de ação médica. [Cenário de operacionalização: articulação com o Centro de Emprego]
Educação	
Recrutamento de profissionais especializados	<ul style="list-style-type: none"> Necessidade de reforço das equipas de pessoal não docente especializado, nomeadamente, Psicólogos e técnicos de orientação vocacional e Assistentes sociais.

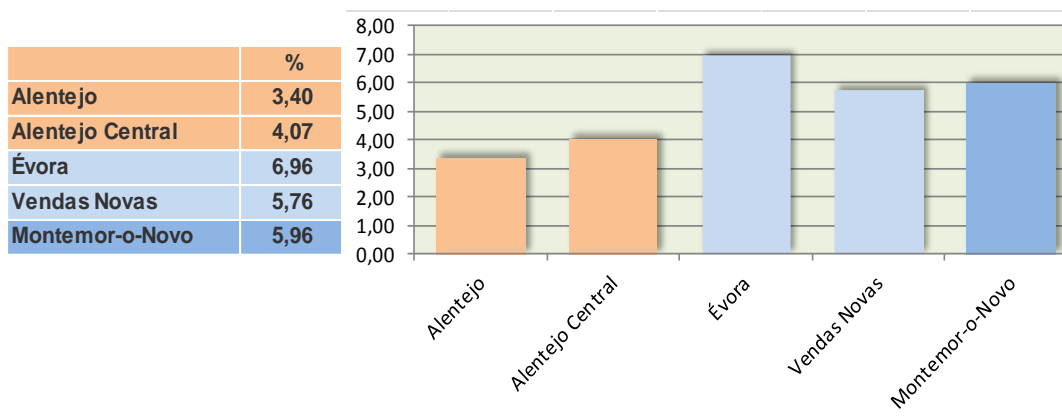
Anexo C. Demografia

Quadro C. 1. Taxa de atração total (2011)



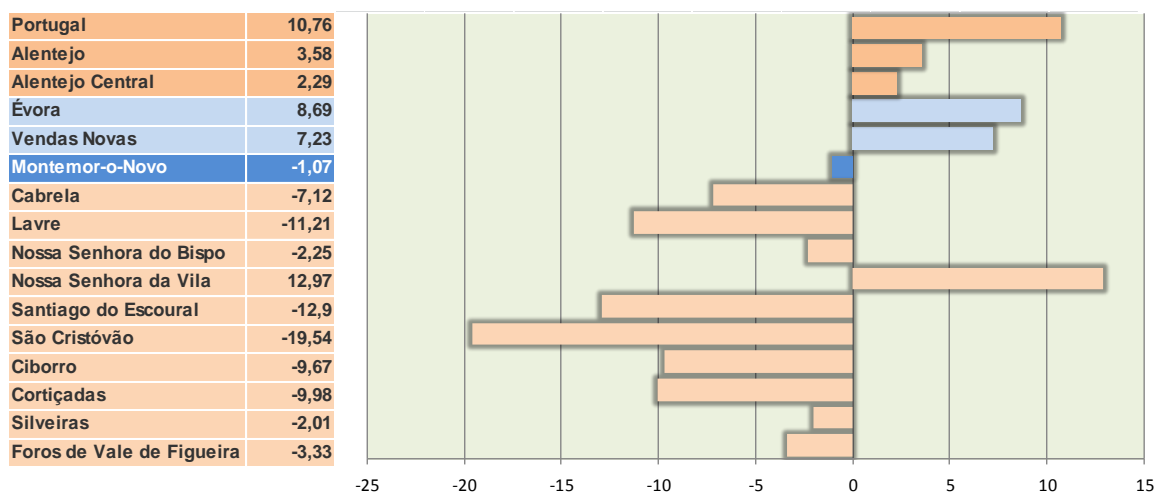
Fonte: INE, Recenseamento da População e Habitação, 2011.

Quadro C. 2. Taxa de Repulsão Interna (2011)



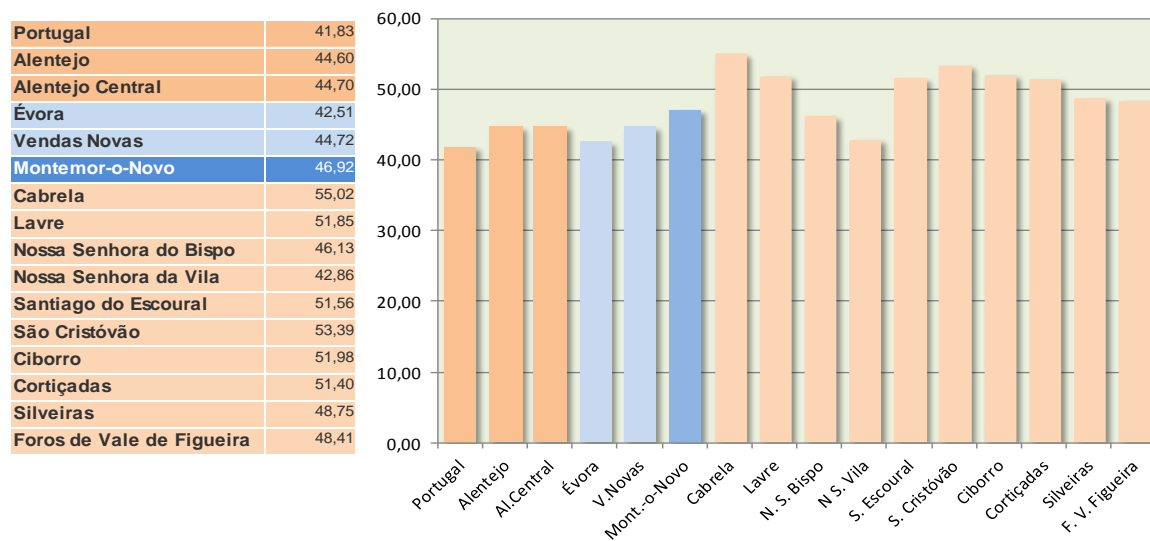
Fonte: INE, Recenseamento da População e Habitação, 2011.

Quadro C. 3. Taxa de Variação do N.º de famílias clássicas residentes (2001 - 2011)



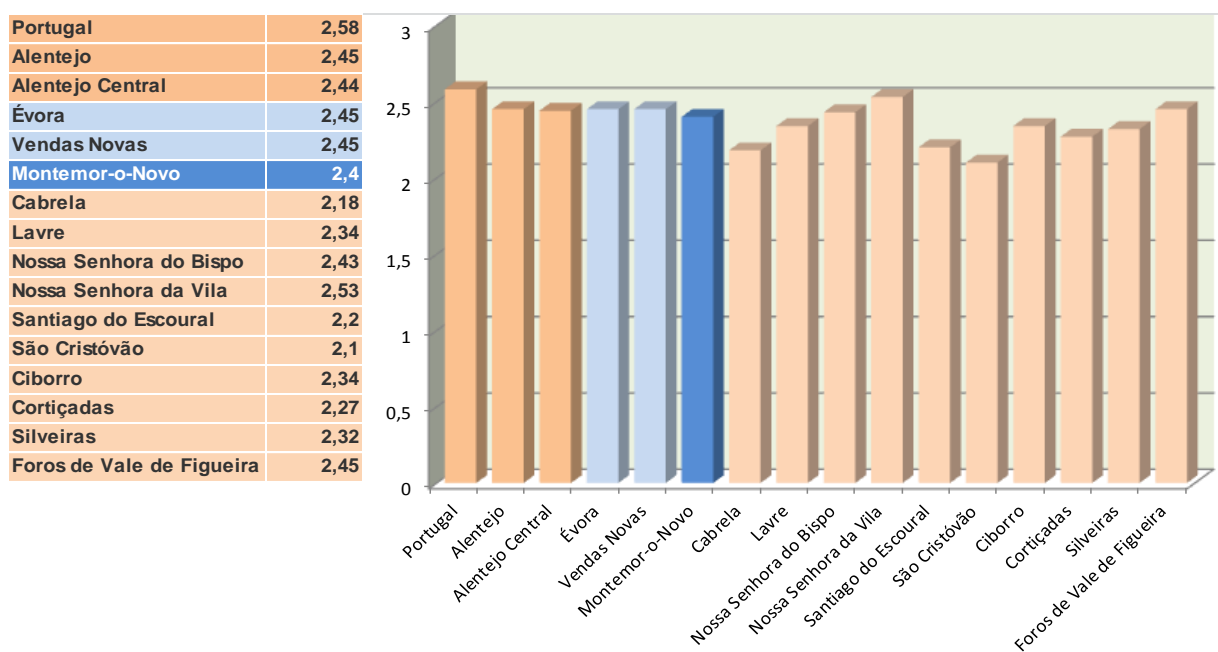
Fonte: INE, Recenseamento da População e Habitação, 2011.

Quadro C. 4. Idade média da População residente (nº de anos) - 2011



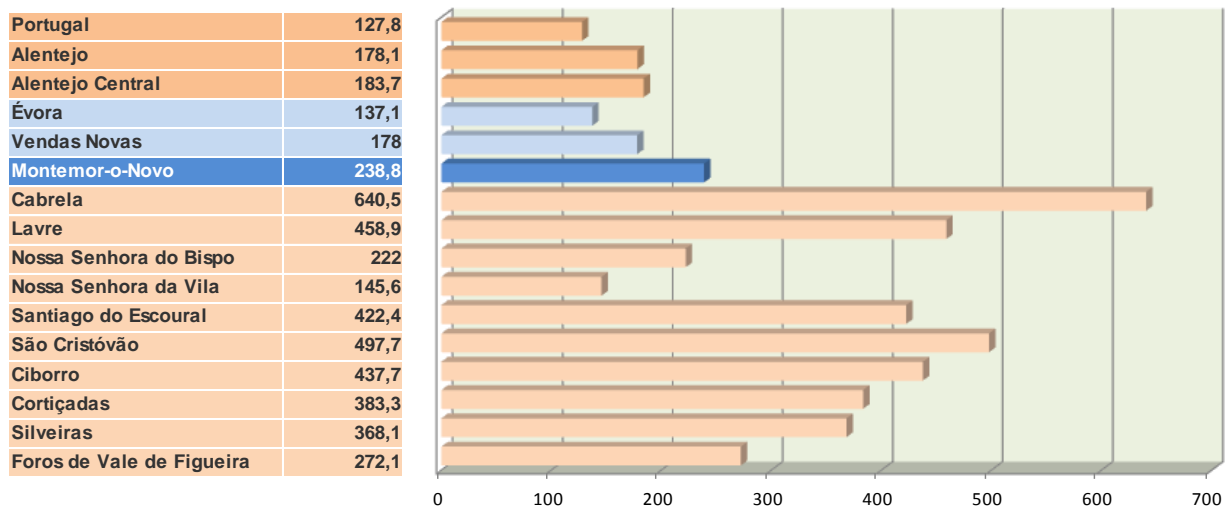
Fonte: INE, Recenseamento da População e Habitação, 2011.

Quadro C. 5. Dimensão média da família clássica (Nº de residentes) - 2011



Fonte: INE, Recenseamento da População e Habitação, 2011.

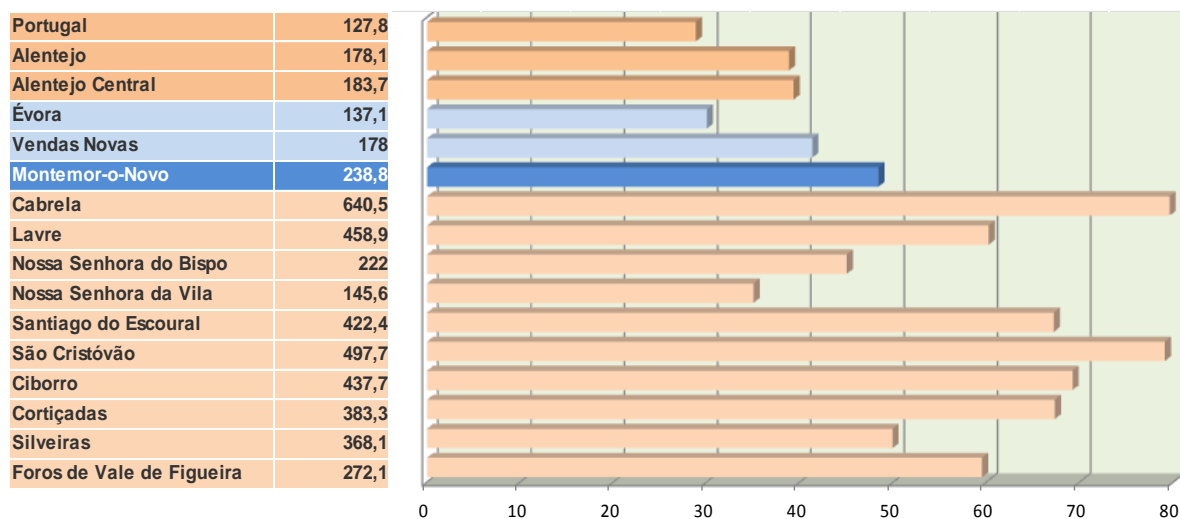
Quadro C. 6. Índice de envelhecimento* (2011)



* Quociente entre a população idosa (65 e + anos) e jovem (< 15 anos).

Fonte: INE, Recenseamento da População e Habitação, 2011.

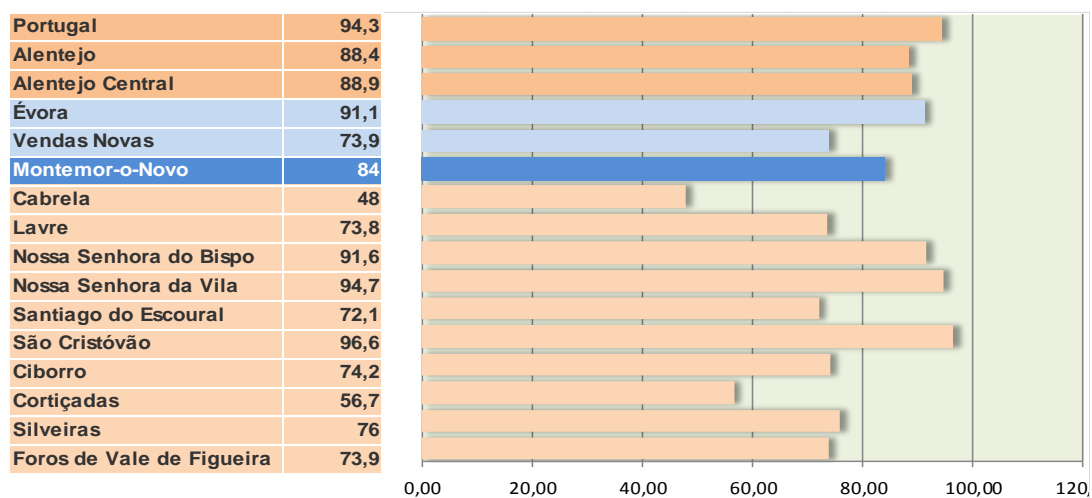
Quadro C. 7. Índice de dependência de idosos* (2011)



*Quociente entre a população idosa (65 e + anos) e a população em idade ativa (entre 15 anos 64 anos).

Fonte: INE, Recenseamento da População e Habitação 2011.

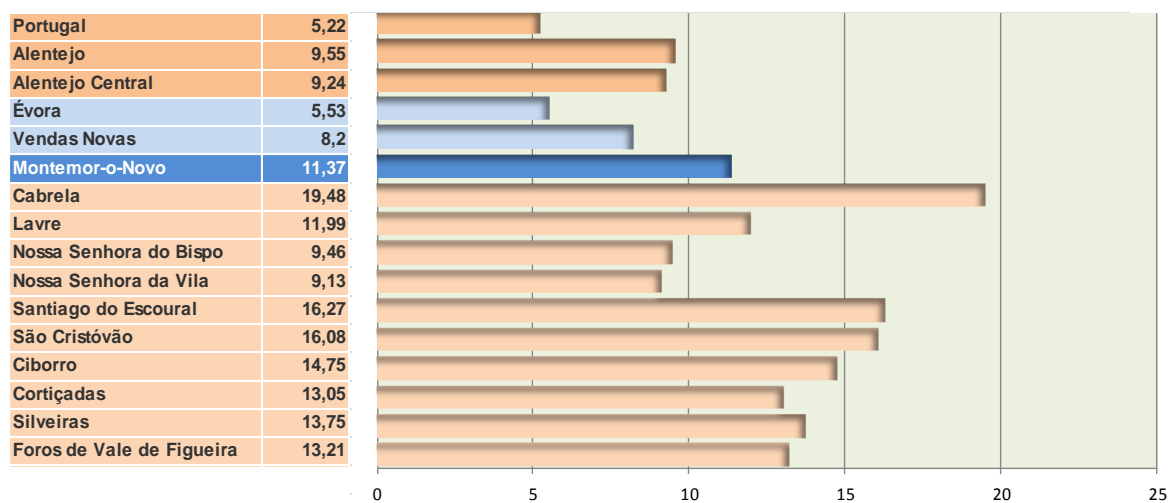
Quadro C. 8. Índice de renovação da população em idade ativa*



*Quociente entre a população com idades entre 20-29 anos e a população com idade entre 55 a 64 anos.

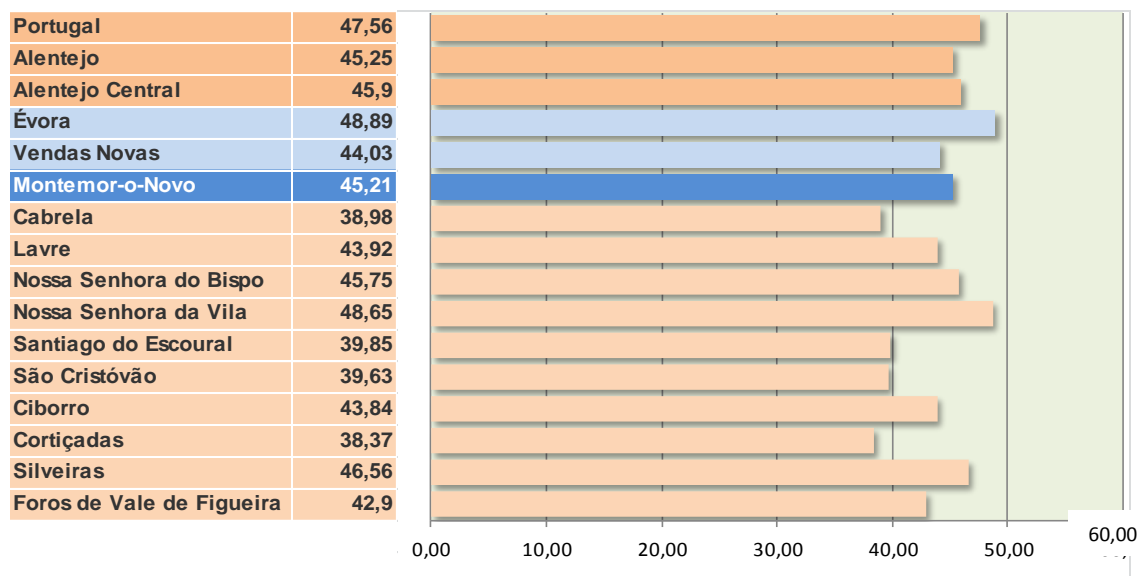
Fonte: INE, *Recenseamento da População e Habitação, 2011*.

Quadro C. 9. Taxa de Analfabetismo (2011)



Fonte: INE, *Recenseamento da População e Habitação, 2011*.

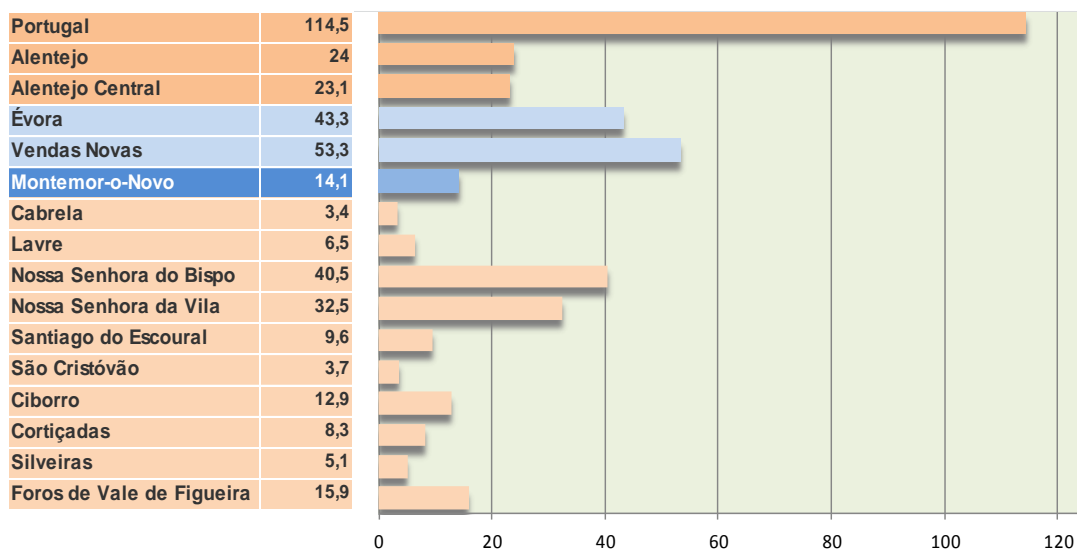
Quadro C. 10. Taxa de atividade* (2011)



* População ativa residente/ população residente.

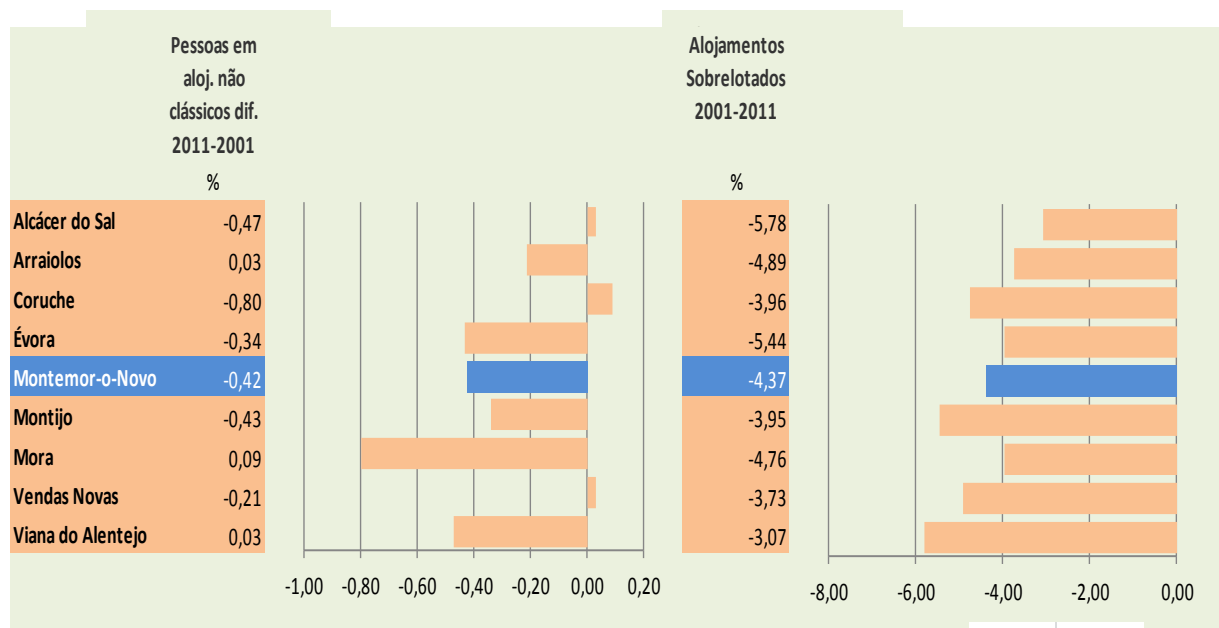
Fonte: INE, Recenseamento da População e Habitação, 2011.

Quadro C. 11. Densidade da População Residente (nº de habitantes/Km2) - 2011



Fonte: INE, Recenseamento da População e Habitação, 2011.

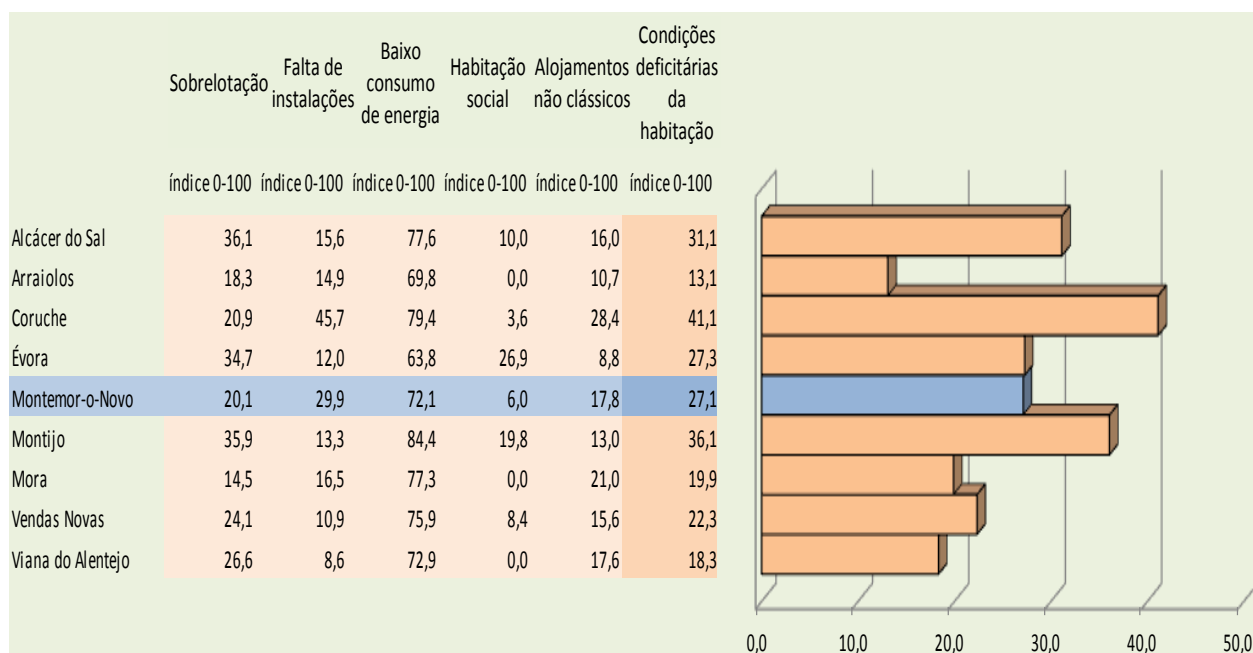
Quadro C. 12. Evolução das condições dos alojamentos (2001 - 2011)



*Pessoas em alojamentos não clássicos e alojamentos sobrelotados.

Fonte: INE, Censos 2011.

Quadro C. 13. Condições deficitárias de habitação - Alojamentos, 2011



Fonte: ISS, Referencial de Coesão Social - Base de dados (IESE, 2014).

Anexo D. Indicadores de Estrutura Empresarial e Emprego

Quadro D. 1. Estrutura empresarial (setores não financeiros) Concelho, da sub-região e da Região, evolução entre 2007 e 2013 (Nº de empresas)

Empresas dos setores não financeiros	Montemor-o-Novo			Alentejo Central			Região do Alentejo		
	2007	2013	Var. (%)	2007	2013	Var. (%)	2007	2013	Var. (%)
Agricultura, Pecuária, Florestas, Caça e Pesca	435	427	-1,8	3.281	3.635	10,8	15.036	16.870	12,2
Indústrias extrativas e transformadoras	109	81	-25,7	1.379	1.070	-22,4	5.279	4.124	-21,9
Energia, Águas, Saneamento e Resíduos	-	2	-	22	31	40,9	78	138	76,9
Construção	216	145	-32,9	1.722	1.145	-33,5	7.391	4.703	-36,4
Comércio (grosso e retalho) e reparação auto	457	367	-19,7	4.666	3.577	-23,3	20.508	15.729	-23,3
Transportes e Armazenagem	34	37	8,8	395	298	-24,6	1.786	1.425	-20,2
Alojamento, restauração e similares	197	167	-15,2	1.818	1.653	-9,1	7.824	6.858	-12,3
Informação, comunicação e imobiliário	45	33	-26,7	406	423	4,2	1.646	1.620	-1,6
Restantes serviços	711	677	-4,8	6.514	6.392	-1,9	26.288	25.027	-4,8
TOTAL	2.204	1.936	-12,2	20.203	18.224	-9,8	85.836	76.494	-10,9

Fonte: INE, Sistema de Contas Integradas das Empresas (SCIE).

Quadro D. 2. Estrutura de pessoal (setores não financeiros) no Concelho, sub-região e da Região, evolução entre 2007 e 2013 (nº de pessoas ao serviço nas empresas)

Empresas dos setores não financeiros	Montemor-o-Novo			Alentejo Central			Região do Alentejo		
	2007	2013	Var. (%)	2007	2013	Var. (%)	2007	2013	Var. (%)
Agricultura, Pecuária, Florestas, Caça e Pesca	1.052	944	-10,3	7.289	6.664	-8,6	32.063	33.113	3,3
Indústrias extrativas e transformadoras	536	472	-11,9	10.280	nd	-	38.538	32.963	-14,5
Energia, Águas, Saneamento e Resíduos	-	nd	-	nd	229	-	1.024	1.904	85,9
Construção	695	359	-48,3	5.751	2.813	-51,1	26.628	13.268	-50,2
Comércio (grosso e retalho) e reparação auto	1.186	846	-28,7	10.031	8.006	-20,2	47.374	38.319	-19,1
Transportes e Armazenagem	135	78	-42,2	950	1.204	26,7	6.362	6.055	-4,8
Alojamento, restauração e similares	375	281	-25,1	3.842	3.606	-6,1	15.864	13.969	-11,9
Informação, comunicação e imobiliário	nd	47	-	nd	359	-	3.145	2.766	-12,1
Outros serviços	1.056	1.007	-4,6	6.514	9.150	40,5	45.167	37.952	-16,0
Total	5.116	4.038	-21,1	50.278	40.824	-18,8	216.165	180.309	-16,6

Fonte: INE, Sistema de Contas Integradas das Empresas (SCIE).

Quadro D. 3. Estrutura do Valor Acrescentado Bruto (setores não financeiros) no Concelho, sub-região e da Região, evolução entre 2007 e 2013 (milhares de euros a preços de mercado)

Empresas dos setores não financeiros	Montemor-o-Novo			Alentejo Central			Região do Alentejo		
	2007	2012	Var. (%)	2007	2012	Var. (%)	2007	2012	Var. (%)
Agricultura, Pecuária, Florestas, Caça e Pesca	9.812	11.392	16,1	54.125	48.641	-10,1	321.692	308.122	-4,2
Indústrias extrativas e transformadoras	10.304	12.207	18,5	248.861	nd	-	1.383.443	972.068	-29,7
Energia, Águas, Saneamento e Resíduos	-	nd	-	nd	10.610	-	66.290	145.455	119,4
Construção	11.506	4.501	-60,9	76.389	30.309	-60,3	351.541	162.263	-53,8
Comércio (grosso e retalho) e reparação auto	14.705	12.632	-14,1	141.367	109.528	-22,5	765.618	596.592	-22,1
Transportes e Armazenagem	2.525	924	-63,4	16.067	23.487	46,2	235.366	248.498	5,6
Alojamento, restauração e similares	4.656	2.090	-55,1	55.497	33.441	-39,7	221.131	139.641	-36,9
Informação, comunicação e imobiliário	nd	427	-	nd	nd	-	58.267	57.154	-1,9
Outros serviços	9.425	9.480	0,6	125.761	83.002	-34,0	533.016	386.661	-27,5
TOTAL	66.912	53.669	-19,8	742.064	553.625	-25,4	3.936.364	3.016.454	-23,4

Fonte: INE, Sistema de Contas Integradas das Empresas (SCIE).

Quadro D. 4. Dimensão média das empresas (setores não financeiros) em termos de pessoal, evolução entre 2007 e 2013 (pessoal por empresa)

Empresas dos setores não financeiros	Montemor-o-Novo			Alentejo Central			Região do Alentejo		
	2007	2013	Var. (%)	2007	2013	Var. (%)	2007	2013	Var. (%)
Agricultura, Pecuária, Florestas, Caça e Pesca	2,4	2,2	-8,3	2,2	1,8	-18,2	2,1	2	-4,8
Indústrias extrativas e transformadoras	4,9	5,8	18,4	7,5	nd	-	7,3	8	9,6
Energia, Águas, Saneamento e Resíduos	nd	nd	-	nd	7,4	-	13,1	13,8	5,3
Construção	3,2	2,5	-21,9	3,3	2,5	-24,2	3,6	2,8	-22,2
Comércio (grosso e retalho) e reparação auto	2,6	2,3	-11,5	2,1	2,2	4,8	2,3	2,4	4,3
Transportes e Armazenagem	4	2,1	-47,5	2,4	4	66,7	3,6	4,2	16,7
Alojamento, restauração e similares	1,9	1,7	-10,5	2,1	2,2	4,8	2	2	0,0
Informação, comunicação e imobiliário	-	1,4	-	-	0,8	-	-	1,7	-
Outros serviços	1,5	1,5	0,0	1	1,4	40,0	1,7	1,5	-11,8
Dimensão média geral	2,3	2,1	-8,7	2,5	2,2	-12,0	2,5	2,4	-4,0

Fonte: INE, Sistema de Contas Integradas das Empresas (SCIE).

Quadro D. 5. Produtividade média do pessoal (setores não financeiros) em termos de VAB, evolução entre 2007 e 2013 (VAB por empregado -euros)

Empresas dos setores não financeiros	Montemor-o-Novo			Alentejo Central			Região do Alentejo		
	2007	2013	Var. (%)	2007	2013	Var. (%)	2007	2013	Var. (%)
Agricultura, Pecuária, Florestas, Caça e Pesca	9.327,40	12.067,87	29,4	7.425,60	7.299,06	-1,7	10.033,10	9.305,18	-7,3
Indústrias extrativas e transformadoras	19.224,30	25.863,15	34,5	24.208,30	nd	-	35.898,20	29.489,67	-17,9
Energia, Águas, Saneamento e Resíduos	nd	nd	-	nd	46.330,34	-	64.736,50	76.394,21	18,0
Construção	16.555,70	12.536,96	-24,3	13.282,80	10.774,78	-18,9	13.201,90	12.229,65	-7,4
Comércio (grosso e retalho) e reparação auto	12.398,80	14.931,19	20,4	14.093,00	13.680,77	-2,9	16.161,20	15.569,09	-3,7
Transportes e Armazenagem	18.706,70	11.846,73	-36,7	16.912,90	19.507,75	15,3	36.995,60	41.040,20	10,9
Alojamento, restauração e similares	12.415,50	7.436,70	-40,1	14.444,90	9.273,61	-35,8	13.939,20	9.996,48	-28,3
Informação, comunicação e imobiliário	nd	9.081,83	-	nd	nd	-	18.526,80	20.662,87	11,5
Outros serviços	8.924,90	9.414,33	5,5	19.306,20	9.071,20	-53,0	11.801,00	10.188,16	-13,7
Dimensão média geral	13.079,00	13.291,03	1,6	14.759,20	13.561,27	-8,1	18.210,00	16.729,36	-8,1

Fonte: INE, Sistema de Contas Integradas das Empresas (SCIE).

Quadro D. 6. Desemprego registado (dados de Novembro)

Indicador	Montemor-o-Novo			D.R. Alentejo			Continente		
	2007	2015	Var. (%)	2007	2015	Var. (%)	2007	2015	Var. (%)
Total	432	635	47,0	18.179	25.267	39,0	384.562	516.643	34,3
Homens	164	306	86,6	6.862	11.843	72,6	152.336	243.882	60,1
Mulheres	268	329	22,8	11.317	13.424	18,6	232.226	272.761	17,5
< 1 Ano	332	374	12,7	13.049	13.894	6,5	227.671	270.371	18,8
1 Ano E +	100	261	161,0	5.130	11.373	121,7	156.891	246.272	57,0
1º Emprego	57	85	49,1	2.037	3.102	52,3	38.545	57.998	50,5
Novo Emprego	375	550	46,7	16.142	22.165	37,3	346.017	458.645	32,5
< 25 Anos	93	99	6,5	3.173	3.794	19,6	54.478	66.223	21,6
25 - 34 Anos	131	150	14,5	4.768	5.558	16,6	90.612	101.102	11,6
35 - 54 Anos	150	252	68,0	7.074	11.186	58,1	160.961	232.078	44,2
55 Anos e +	58	134	131,0	3.164	4.729	49,5	78.511	117.240	49,3
< 1º Ciclo EB	61	47	-23,0	1.759	2.469	40,4	20.999	29.521	40,6
1º Ciclo EB	103	124	20,4	4.753	4.286	-9,8	117.087	104.832	-10,5
2º Ciclo EB	54	86	59,3	3.506	3.968	13,2	67.612	80.025	18,4
3º Ciclo EB	80	115	43,8	3.465	5.314	53,4	69.752	102.004	46,2
Secundário	75	178	137,3	3.218	6.535	103,1	67.372	127.847	89,8
Superior	59	85	44,1	1.478	2.695	82,3	41.740	72.414	73,5

Fonte: IEFP, Estatísticas Mensais por Concelho.

Anexo E. Agricultura e Desenvolvimento Rural

Quadro E. 1. Explorações e Superfície Agrícola utilizada, no Concelho de Montemor-o-Novo

Tipo de Cultura		1999	2009	Var.
Total	Superfície (ha)	90.380	106.350	17,7
	Explorações (nº)	804	865	7,6
Terras aráveis	Superfície (ha)	45.529	16.695	-63,3
	Explorações (nº)	554	426	-23,1
Culturas temporárias	Superfície (ha)	21.089	14.664	-30,5
	Explorações (nº)	485	409	-15,7
Pousio	Superfície (ha)	24.440	2.031	-91,7
	Explorações (nº)	289	34	-88,2
Horta familiar	Superfície (ha)	26	55	111,5
	Explorações (nº)	272	460	69,1
Culturas permanentes	Superfície (ha)	3.082	4.439	44,0
	Explorações (nº)	547	429	-21,6
Pastagens permanentes	Superfície (ha)	41.743	85.161	104,0
	Explorações (nº)	266	594	123,3

Fonte: INE, Recenseamento Agrícola - Séries históricas.

Quadro E. 2. Explorações e Superfície Agrícola no Concelho

Freguesias	SAU (var. 1999-2009)		Área média por exploração (ha)	
	Nº de Explorações	Área (ha)	1999	2009
Alentejo	-16,1	0,4	43,1	51,6
Alentejo Central	-6,5	1,6	64,0	69,6
Montemor-o-Novo	7,6	17,7	112,4	122,95
Cabrela	51,0	43,1	226,6	214,87
Lavre	1,6	12,6	136,7	151,60
Nossa Senhora do Bispo	-13,0	-15,0	73,8	72,21
Nossa Senhora da Vila	-4,0	14,3	61,0	72,63
Santiago do Escoural	5,1	27,8	129,2	157,06
São Cristóvão	13,2	-0,5	180,5	158,57
Ciborro	30,8	9,3	324,5	271,29
Cortiçadas	51,6	51,0	207,7	206,85
Silveiras	44,0	30,0	131,6	118,79
Foros de Vale de Figueira	26,3	32,4	88,1	92,35

Fonte: INE, Recenseamento Agrícola - Séries históricas.

Quadro E. 3. Evolução do número de explorações agrícolas com superfície irrigável

	Explorações Agrícolas (Nº)			Superfície das Explorações Agrícolas (ha)		
	1999	2009	Var.	1999	2009	Var.
Alentejo	21.505	12.025	-44,1	249.962	215.692	-13,7
Alentejo Central	3.023	2.100	-30,5	42.676	36.112	-15,4
Montemor-o-Novo	358	231	-35,5	6.364	5.177	-18,7

Fonte: INE, Recenseamento Agrícola - Séries históricas.

Quadro E. 4. Variação das Explorações e da Superfície Agrícola Útil das culturas permanentes (%)

Tipo de Cultura		Montemor-o-Novo	Alentejo Central	Alentejo
Total	Superfície (ha)	44,0	10,9	30,3
	Explorações (nº)	-21,6	-14,4	-21,3
Frutos frescos (exceto citrinos)	Superfície (ha)	9,5	-28,3	-23,2
	Explorações (nº)	-53,2	-64,4	-63,4
Citrinos	Superfície (ha)	-70,4	-56,1	-26,6
	Explorações (nº)	-53,4	-59,4	-53,1
Frutos sub-tropicais	Superfície (ha)	0,0	-50,0	0,0
	Explorações (nº)	-75,0	-88,9	-68,2
Frutos de casca rija	Superfície (ha)	19.271,4	1.528,9	1.677,3
	Explorações (nº)	52,0	-26,3	79,4
Olival	Superfície (ha)	-4,0	-2,9	15,2
	Explorações (nº)	-21,6	-14,0	-16,9
Vinha	Superfície (ha)	54,2	35,8	2,5
	Explorações (nº)	2,8	4,9	-35,8
Outras culturas permanentes	Superfície (ha)	-	-98,3	-34,9
	Explorações (nº)	100,0	25,0	-26,5

Fonte: INE, Recenseamento Agrícola - Séries históricas.

Quadro E. 5. Distribuição da Superfície Agrícola Útil das culturas permanentes (%)

Tipo de Cultura	Montemor-o-Novo		Alentejo Central		Alentejo	
	1999	2009	1999	2009	1999	2009
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Frutos frescos (exceto citrinos)	0,7	0,5	1,5	0,9	2,2	1,3
Citrinos	0,9	0,2	1,1	0,4	1,7	1,0
Frutos sub-tropicais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Frutos de casca rija	0,2	30,5	0,4	6,1	1,1	15,5
Olival	85,2	56,8	74,7	65,4	77,9	68,8
Vinha	11,1	11,9	22,2	27,1	17,0	13,4
Outras culturas permanentes	-	0,0	0,1	0,0	0,1	0,0

Fonte: INE, Recenseamento Agrícola - Séries históricas.

Quadro E. 6. Evolução da Produção de vinho, no Concelho e o peso na Região Alentejo

Un: hl

Campanha	IGP	DOP	Total	% IGP	% DOP	% Total
2009-2010	10.640	2.004	12.644	1,9	0,5	0,9
2010-2011	11.780	2.520	14.300	1,3	0,5	0,8
2011-2012	7.786	3.144	10.930	1,2	0,7	0,8
2012-2013	7.506	2.617	10.122	1,1	0,6	0,6
2013-2014	8.177	6.174	14.370	1,0	1,2	0,9
2014/2015	7.455	8.725	16.280	0,9	1,5	0,9
Variação	-29,9	335,4	28,8	-	-	-

Fonte: Instituto da Vinha e do Vinho.

Quadro E. 7. Evolução das Explorações agrícolas com culturas temporárias

Tipo de Cultura		1999	2009	Var. (%)
Total	Superfície (ha)	21.841	15.224	-30,3
	Explorações (nº)	564	443	-21,5
Cereais para grão	Superfície (ha)	7.081	2.525	-64,3
	Explorações (nº)	171	81	-52,6
Leguminosas secas para grão	Superfície (ha)	10	37	270,0
	Explorações (nº)	10	4	-60,0
Prados temporários	Superfície (ha)	1.033	471	-54,4
	Explorações (nº)	36	13	-63,9
Culturas forrageiras	Superfície (ha)	12.445	11.900	-4,4
	Explorações (nº)	452	399	-11,7
Batata	Superfície (ha)	3	1	-66,7
	Explorações (nº)	14	2	-85,7
Beterraba sacarina	Superfície (ha)	56	-	-
	Explorações (nº)	4	-	-
Culturas industriais	Superfície (ha)	1.022	-	-
	Explorações (nº)	53	-	-
Culturas hortícolas	Superfície (ha)	164	290	76,8
	Explorações (nº)	75	15	-80,0
Flores e plantas ornamentais	Superfície (ha)	-	-	-
	Explorações (nº)	2	-	-
Outras culturas temporárias	Superfície (ha)	-	-	-
	Explorações (nº)	2	-	-

Fonte: INE, Recenseamento agrícola - séries históricas.

Quadro E. 8. Povoamentos florestais por espécie de árvore dominante de Montemor-o-Novo, Alentejo Central e Alentejo

	Montemor-o-Novo		Alentejo Central		Alentejo	
	Área (ha)	%	Área (ha)	%	Área (ha)	%
Acácias	-	-	-	-	50	0,0
Azinheira	19.975	26,8	138.017	40,1	349.518	27,7
Carvalhos	25	0,0	152	0,0	5.465	0,4
Castanheiro	-	-	-	-	550	0,0
Eucaliptos	4.206	5,6	26.187	7,6	204.514	16,2
Outras folhosas	807	1,1	2.729	0,8	10.433	0,8
Outras resinosas	25	0,0	75	0,0	351	0,0
Pinheiro-bravo	204	0,3	1.931	0,6	54.674	4,3
Pinheiro-manso	3.280	4,4	11.369	3,3	85.573	6,8
Sobreiro	46.077	61,8	164.109	47,6	552.138	43,7
Total	74.599	100,0	344.569	100,0	1.263.266	100,0

Fonte: Inventário Florestal Nacional (IFN), 2005/06.

Quadro E. 9. Efetivos animais da exploração agrícola e explorações agrícolas com efetivo animal, no Concelho

Espécie animal		1999	2009	Var. (%)
Bovinos	Efetivos	31.989	43.133	34,8
	Explorações	240	250	4,2
Suínos	Efetivos	81.943	85.396	4,2
	Explorações	152	52	-65,8
Ovinos	Efetivos	77.663	58.357	-24,9
	Explorações	430	355	-17,4
Caprinos	Efetivos	1.061	990	-6,7
	Explorações	34	45	32,4
Equídeos	Efetivos	433	571	31,9
	Explorações	111	69	-37,8
Aves	Efetivos	195.677	14.600	-92,5
	Explorações	418	252	-39,7
Coelhos	Efetivos	652	76	-88,3
	Explorações	85	13	-84,7
Colmeias e cortiços povoados	Efetivos	728	255	-65,0
	Explorações	30	8	-73,3

Fonte: INE, Recenseamento Agrícola - Séries históricas.

Quadro E. 10. Nível de escolaridade dos produtores agrícolas singulares (%)

	Montemor-o-Novo		Alentejo Central		Alentejo	
	1999	2009	1999	2009	1999	2009
<i>Nenhum</i>	26,6	12,6	30,3	18,5	31,7	20,3
Não sabe ler nem escrever	14,6	8,3	16,4	9,6	18,0	11,1
Sabe ler e escrever	12,1	4,3	13,9	8,9	13,7	9,2
<i>Básico</i>	55,0	61,2	57,7	61,6	59,7	65,7
1º ciclo	43,0	44,8	44,5	43,4	47,5	47,1
2º ciclo	5,2	5,9	6,8	8,6	6,8	8,9
3º ciclo	6,8	10,5	6,5	9,6	5,5	9,7
<i>Secundário/Pós-secundário</i>	6,6	8,6	5,1	9,4	3,9	6,7
Agrícola/florestal	1,2	2,1	0,7	1,1	0,6	0,8
Não agrícola/não florestal	5,4	6,5	4,4	8,4	3,3	5,9
<i>Superior</i>	11,8	17,7	7,0	10,5	4,7	7,4
Agrícola/florestal	4,4	4,4	2,2	2,4	1,6	2,1
Não agrícola/não florestal	7,4	13,2	4,8	8,1	3,1	5,3
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: INE, Recenseamento Agrícola - Séries históricas.

Quadro E. 11. Projetos aprovados do ProDeR, contratados até 2014

Ação	Projetos aprovados		Investimento Total	
	Nº	%	Montante (€)	%
Total Sub-Programa 1 - Promoção da Competitividade	156	59,5	22.495.079	59,4
Gestão multifuncional	6	2,3	446.147	1,2
Instalação de jovens agricultores	32	12,2	3.747.967	9,9
Investimentos de pequena dimensão	44	16,8	1.132.733	3,0
Melhoria produtiva dos povoamentos	31	11,8	4.466.721	11,8
Modernização dos regadios coletivos tradicionais	1	0,4	45.409	0,1
Modernização e capacitação das empresas	38	14,5	12.494.041	33,0
Modernização e capacitação das empresas florestais	2	0,8	137.011	0,4
Restabelecimento do potencial produtivo	2	0,8	25.050	0,1
Total Sub-Programa 2 - Gestão Sustentável do Espaço Rural	82	31,3	12.505.684	33,0
Ordenamento e recuperação de povoamentos	4	1,5	275.005	0,7
Promoção do valor ambiental dos espaços florestais	1	0,4	53.351	0,1
Proteção contra agentes bióticos nocivos	73	27,9	11.927.762	31,5
Valorização ambiental dos espaços florestais	4	1,5	249.566	0,7
Total Sub-Programa 3 - Dinamização das Zonas Rurais	19	7,3	2.462.350	6,5
Conservação e Valorização do Património Rural	2	0,8	100.795	0,3
Criação e desenvolvimento de microempresas	4	1,5	736.359	1,9
Desenvolvimento de Atividades Turísticas e de Lazer	1	0,4	199.584	0,5
Diversificação de atividades na exploração agrícola	3	1,1	108.120	0,3
Serviços Básicos para a População Rural	9	3,4	1.317.492	3,5
Total Sub-Programa 4 - Promoção do Conhecimento e Desenvolvimento de Competências	5	1,9	394.148	1,0
Cooperação para a inovação	3	1,1	224.115	0,6
Desenvolvimento de serviços de aconselhamento agrícola	1	0,4	73.146	0,2
Serviços de apoio às empresas	1	0,4	96.887	0,3
Total Montemor-o-Novo	262	100,0	37.857.261	100,0

Fonte: ProDeR, informação extraída a 31/12/2014.

Quadro E. 12. Valor Acrescentado Bruto das Empresas do setor primário

Un: 10⁶€

Atividade Económica	Montemor-o-Novo			Alentejo Central			Alentejo		
	2007	2013	Var.	2007	2013	Var.	2007	2013	Var.
Total	66,912	53,669	-19,8	742,064	553,625	-25,4	3.936,36	3.016,45	-23,4
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	9,812	11,392	16,1	54,125	48,641	-10,1	321,691	308,122	-4,2
Agricultura, produção animal, caça e atividades dos serviços relacionados	7,939	10,324	30,0	47,858	43,628	-8,8	273,905	272,306	-0,6
Silvicultura e exploração florestal	1,872	1,068	-42,9	6,181	4,981	-19,4	41,845	30,942	-26,1

Fonte: INE, Sistema de Contas Integradas das Empresas (SCIE).

Quadro E. 13. Saldo da Constituição/ Dissolução de pessoas coletivas e entidades equiparada (Nº)

Atividade Económica	Montemor-o-Novo		Alentejo Central		Alentejo	
	2008	2014	2008	2014	2008	2014
Total	-18	21	149	145	411	118
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	-8	12	29	81	126	299
Agricultura, produção animal, caça e atividades dos serviços relacionados	-10	9	22	69	108	247
Silvicultura e exploração florestal	2	3	7	12	21	51

Fonte: *Direção-Geral da Política de Justiça* (extraído do INE).

Quadro E. 14. Exportações de bens - Comércio Internacional, de produtos agrícolas e produções animais (€)

Tipo de Bens	2008	2014
Animais vivos e produtos do reino animal	1.190	924.934
Animais vivos	-	924.934
Leite e laticínios; ovos de aves; mel natural; produtos comestíveis de origem animal, não especificados nem compreendidos noutros capítulos	1.190	-
Produtos do reino vegetal	220	161.769
Plantas vivas e produtos de floricultura	0	13.396
Produtos hortícolas, plantas, raízes e tubérculos, comestíveis	0	135.270
Frutas; cascas de citrinos e de melões	220	12.676
Sementes e frutos oleaginosos; grãos, sementes e frutos diversos; plantas industriais ou medicinais; palhas e forragens	-	427
Gorduras e óleos animais ou vegetais; produtos da sua dissociação; gorduras alimentícias elaboradas; ceras de origem animal ou vegetal	-	383

Fonte: INE, *Estatísticas do Comércio Internacional de bens*.

Anexo F. Turismo e Património

Quadro F. 1. Nº de estabelecimentos hoteleiros segundo o tipo de estabelecimento e capacidade de alojamento, 2014

NUT/Concelho	Estabelecimentos				Capacidade de alojamento			
	Total	Hotelaria	Alojamento local	TER / TH	Total	Hotelaria	Alojamento local	TER / TH
Continente	3.059	1.344	955	760	300.622	248.997	39.365	12.260
Alentejo	412	112	105	195	18.374	11.486	3.360	3.528
Alentejo Central	105	29	28	48	4.589	2.698	924	967
Alandroal	6	0	1	5	105	0
Arraiolos	3	2	0	1	0	...
Borba	5	0	3	2	89	0
Estremoz	12	5	4	3	526	284	217	25
Évora	27	14	7	6	2.282	1.858	332	92
Montemor-o-Novo	10	2	2	6	327	198
Mora	5	1	1	3	96	47
Mourão	4	0	0	4	67	0	0	67
Portel	3	0	0	3	42	0	0	42
Redondo	4	0	2	2	125	0
Reguengos de Monsaraz	18	1	7	10	431	214
Vendas Novas	2	1	1	0	0
Viana do Alentejo	3	0	0	3	62	0	0	62
Vila Viçosa	3	3	0	0	239	239	0	0

Legenda: TER/TH: Turismo no espaço rural e Turismo de habitação; Capacidade de alojamento: Número máximo de indivíduos que os estabelecimentos podem alojar num determinado momento ou período, sendo este determinado através do número de camas existentes e considerando como duas as camas de casal.

Fonte: Anuário Estatístico da Região Alentejo, 2014.

Quadro F. 2. Capacidade de alojamento nos estabelecimentos hoteleiros por 1000 habitantes, 2004-2014

Período de referência dos dados	Capacidade de alojamento (%0)		
	Alentejo	Alentejo Central	Montemor-o-Novo
2014	24,9	28,5	19,6
2013	16,8	18	---
2012	17,8	19,6	---
2011	17,1	18,2	8
2010	15,9	18,1	6,9
2009	14,1	17,2	6,9
2008	13,2	16,6	6,8
2007	13,1	16,4	6,8
2006	12,2	15,2	8,6
2005	11,8	14,6	6,8
2004	12,1	12,9	2,3

Nota: Capacidade de alojamento = Capacidade de alojamento nos estabelecimentos hoteleiros/ Número de habitantes*1000.

Fonte: INE, Inquérito à Permanência de Hóspedes e Outros Dados na Hotelaria. Dados extraídos em 28 de Dezembro de 2015.

Quadro F. 3. Nº de empresas por atividade económica com influência no sector do turismo em 2008 e 2013

Atividade económica (Divisão - CAE Rev. 3)	Período de referência dos dados	N.º de Empresas					
		Alentejo	Var. (%)	Alentejo Central	Var. (%)	Montemor-o-Novo	Var. (%)
Total	2013	8.316	-12,2	2.040	-10,8	215	-12,2
	2008	9.470		2.288		245	
Alojamento	2013	727	16,9	178	8,5	19	0,0
	2008	622		164		19	
Restauração e similares	2013	6.131	-15,3	1.478	-12,4	148	-13,5
	2008	7.242		1.688		171	
Atividades de teatro, de música, de dança e outras atividades artísticas e literárias	2013	920	-3,5	258	-10,1	36	-16,3
	2008	953		287		43	
Atividades das bibliotecas, arquivos, museus e outras atividades culturais	2013	13	-50,0	5	-44,4	2	100,0
	2008	26		9		1	
Atividades desportivas, de diversão e recreativas	2013	525	-16,3	124	-11,4	10	-9,1
	2008	627		140		11	

Fonte: INE, Sistema de Contas Integradas das Empresas (SCIE).

Quadro F. 4. Valor Acrescentado Bruto (VAB) das empresas com influência no sector do turismo, por atividade económica em 2008 e 2013

Período de referência dos dados	Atividade económica (Divisão - CAE Rev. 3)	Valor Acrescentado Bruto (€)		
		Alentejo	Alentejo Central	Montemor-o-Novo
2013	Total	152.154.200	34.205.185	2.233.651
	Alojamento	35.169.647	7.684.372	148.559
	Restauração e similares	104.471.248	25.756.272	1.941.154
	Atividades de teatro, de música, de dança e outras atividades artísticas e literárias	7.002.051	---	143.938
	Atividades das bibliotecas, arquivos, museus e outras atividades culturais	762.200	---	---
	Atividades desportivas, de diversão e recreativas	4.749.054	764.541	---
2008	Total	227.416.771	57.380.046	3.872.189
	Alojamento	31.391.648	12.593.319	---
	Restauração e similares	183.705.711	41.469.915	3.579.139
	Atividades de teatro, de música, de dança e outras atividades artísticas e literárias	5.805.864	1.680.377	210.119
	Atividades das bibliotecas, arquivos, museus e outras atividades culturais	652.577	264.094	---
	Atividades desportivas, de diversão e recreativas	5.860.971	1.372.341	82.931

Fonte: INE, Sistema de Contas Integradas das Empresas (SCIE).

Quadro F. 5. Volume de negócios das empresas com influência no sector do turismo, por atividade económica em 2008 e 2013

Período de referência dos dados	Atividade económica (Divisão - CAE Rev. 3)	Volume de negócios (€)		
		Alentejo	Alentejo Central	Montemor-o-Novo
2013	Total	396.993.263	94.326.042	5.608.672
	Alojamento	77.632.076	20.316.165	559.863
	Restauração e similares	291.389.851	69.360.004	4.865.636
	Atividades de teatro, de música, de dança e outras atividades artísticas e literárias	11.489.554	---	183.173
	Atividades das bibliotecas, arquivos, museus e outras atividades culturais	1.750.816	---	---
	Atividades desportivas, de diversão e recreativas	14.730.966	4.649.873	---
2008	Total	541.196.096	131.862.636	9.589.410
	Alojamento	69.790.301	24.254.638	---
	Restauração e similares	444.376.435	100.465.077	8.461.644
	Atividades de teatro, de música, de dança e outras atividades artísticas e literárias	10.077.052	2.678.852	311.907
	Atividades das bibliotecas, arquivos, museus e outras atividades culturais	1.618.811	538.061	---
	Atividades desportivas, de diversão e recreativas	15.333.497	3.926.008	815.859

Fonte: INE, Sistema de Contas Integradas das Empresas (SCIE).

Quadro F. 6. Galerias de arte e outros espaços de exposição temporária em 2009 e 2014

Territórios	Número		Var. (%)
	2009	2014	
Continente	845	993	17,5
Alentejo	89	140	57,3
Alentejo Central	29	39	34,5
Alandroal	1	1	0,0
Arraiolos	1	4	300,0
Borba	1	1	0,0
Estremoz	1	2	100,0
Évora	12	12	0,0
Montemor-o-Novo	3	4	33,3
Mora	1	2	100,0
Mourão	1	2	100,0
Portel	1	3	200,0
Redondo	2	1	-50,0
Reguengos de Monsaraz	1	3	200,0
Vendas Novas	1	1	0,0
Viana do Alentejo	0	1	n.a.
Vila Viçosa	3	2	-33,3

Fonte: PORDATA. Inquérito às Galerias de Arte e Outros Espaços de Exposições, INE. Dados obtidos em 03-08-2015.

Quadro F. 7. Exposições realizadas nas galerias de arte e outros espaços de exposições temporárias entre 2004 e 2014

Período de referência dos dados (1)	N.º de Exposições		
	Alentejo	Alentejo Central	Montemor-o-Novo
2014	876	202	20
2013	868	269	25
2012	649	166	13
2011	656	183	18
2010	702	182	16
2009	680	172	17
2008	693	216	13
2007	727	221	22
2006	735	195	18
2005	724	202	30
2004	661	174	33

(1) Quebra de série temporal em 2011.

Fonte: INE, *Inquérito às Galerias de Arte e Outros Espaços de Exposições Temporárias*.

Quadro F. 8. Despesa corrente total das Câmaras Municipais em atividades culturais e desportivas em 2009 e 2012

Euro - Milhares

Territórios	2009	2012	Var. (%)
Continente	569.668,7	338.134,9	-40,6
Alentejo	59.869,3	56.108,2	-6,3
Alentejo Central	12.823,8	14.879,8	16,0
Alandroal	476,1	271,3	-43,0
Arraiolos	660,1	857,4	29,9
Borba	819,6	533,7	-34,9
Estremoz	661,0	606,2	-8,3
Évora	3.150,9	1628,3	-48,3
Montemor-o-Novo	1.408,5	1772,7	25,9
Mora	462,9	696,2	50,4
Mourão	186,1	449,6	141,6
Portel	558,8	1109,9	98,6
Redondo	833,3	1888,8	126,7
Reguengos de Monsaraz	1.465,8	2176,8	48,5
Vendas Novas	834,9	791,3	-5,2
Viana do Alentejo	766,5	1879,8	145,2
Vila Viçosa	539,6	217,8	-59,6

Fonte: PORDATA. *Inquérito ao Financiamento Público das Atividades Culturais das Câmaras Municipais*, INE. Dados obtidos em 03-08-2015.

Quadro F. 9. Despesa corrente das Câmaras Municipais com património cultural, publicações e literatura e música em 2009 e 2012

Euro - Milhares

Territórios	Património cultural		Var. (%)	Publicações e literatura		Var. (%)	Música		Var. (%)
	2009	2012		2009	2012		2009	2012	
Continente	80.467,0	41.003,0	-49,0	134.201,3	50.769,8	-62,2	45.509,0	22.370,4	-50,8
Alentejo	6.373,4	5.677,4	-10,9	7.254,8	7.192,7	-0,9	9.205,4	6.044,0	-34,3
Alentejo Central	687,8	674,5	-1,9	1.040,5	1.132,1	8,8	2.690,6	1.702,6	-36,7
Alandroal	0,0	2,0	n.a.	80,7	61,8	-23,4	262,5	46,0	-82,5
Arraiolos	30,6	19,9	-35,0	51,7	37,8	-26,9	200,2	130,5	-34,8
Borba	0,0	0,0	0,0	32,6	24,4	-25,2	25,9	77,9	200,8
Estremoz	114,0	187,6	64,6	30,1	78,1	159,5	202,7	143,9	-29,0
Évora	197,2	48,6	-75,4	128,5	58,5	-54,5	353,3	65,8	-81,4
Montemor-o-Novo	107,8	112,4	4,3	161,4	138,4	-14,3	354,7	388,8	9,6
Mora	2,1	2,0	-4,8	70,1	54,3	-22,5	141,4	180,3	27,5
Mourão	0,0	0,2	n.a.	4,3	55,2	1.183,7	20,0	15,4	-23,0
Portel	27,7	96,1	246,9	46,6	50,9	9,2	191,0	173,8	-9,0
Redondo	143,5	81,8	-43,0	117,5	177,9	51,4	134,0	83,7	-37,5
Reguengos de Monsaraz	32,8	110,0	235,4	51,0	44,4	-12,9	383,1	277,7	-27,5
Vendas Novas	0,0	0,0	0,0	141,0	201,2	42,7	186,3	27,1	-85,5
Viana do Alentejo	0,0	0,0	0,0	107,2	129,9	21,2	188,1	71,9	-61,8
Vila Viçosa	32,0	13,9	-56,6	17,7	19,5	10,2	47,5	19,8	-58,3

Fonte: PORDATA. *Inquérito ao Financiamento Público das Atividades Culturais das Câmaras Municipais*, INE. Dados obtidos em 03-08-2015.

Quadro F. 10. Despesa corrente das Câmaras Municipais com artes cénicas, atividades socioculturais e recintos culturais em 2009 e 2012

Euro - Milhares

Territórios	Artes cénicas		Var. (%)	Atividades socioculturais		Var. (%)	Recintos culturais		Var. (%)
	2009	2012		2009	2012		2009	2012	
Continente	22.169,3	14.839,2	-33,1	75.009,0	45.060,9	-39,9	18.024,4	16.948,3	-6,0
Alentejo	1.586,3	1.467,5	-7,5	11.596,5	6.983,6	-39,8	1.906,6	2.664,1	39,7
Alentejo Central	382,6	710,3	85,7	4.208,3	1.875,7	-55,4	284,6	478,3	68,1
Alandroal	9,0	14,4	60,0	23,5	21,0	-10,6	32,7	81,6	149,5
Arraiolos	22,6	10,5	-53,5	284,8	119,6	-58,0	1,0	0,8	-20,0
Borba	0,0	0,0	0,0	690,0	197,2	-71,4	1,0	8,6	760,0
Estremoz	14,6	48,4	231,5	102,7	26,1	-74,6	19,6	3,7	-81,1
Évora	164,5	66,9	-59,3	1.343,9	225,6	-83,2	98,3	199,4	102,8
Montemor-o-Novo	40,1	48,6	21,2	168,7	140,8	-16,5	79,8	60,1	-24,7
Mora	13,4	2,4	-82,1	60,7	53,6	-11,7	8,8	18,1	105,7
Mourão	0,0	0,0	0,0	149,7	108,5	-27,5	0,2	7,2	3.500,0
Portel	50,4	39,3	-22,0	53,5	43,2	-19,3	5,8	14,4	148,3
Redondo	13,4	0,0	-100,0	221,3	316,2	42,9	0,0	59,4	n.a.
Reguengos de Monsaraz	0,0	414,9	0,0	592,2	414,9	-29,9	0,0	0,0	0,0
Vendas Novas	21,8	29,8	36,7	159,4	43,5	-72,7	0,0	0,0	0,0
Viana do Alentejo	23,8	31,5	32,4	159,2	123,7	-22,3	23,7	24,0	1,3
Vila Viçosa	9,1	3,7	-59,3	198,6	41,7	-79,0	13,9	1,1	-92,1

Fonte: PORDATA. *Inquérito ao Financiamento Público das Atividades Culturais das Câmaras Municipais*, INE. Dados obtidos em 03-08-2015.

Quadro F. 11. Despesa corrente das Câmaras Municipais com jogos e desportos em 2009 e 2012

Euro - Milhares

Territórios	Jogos e desportos		Var. (%)
	2009	2012	
Continente	194.288,7	147.143,3	-24,3
Alentejo	21.946,3	18.359,8	-16,3
Alentejo Central	3.529,4	4.573,3	29,6
Alandroal	67,7	31,7	-53,2
Arraiolos	69,2	89,1	28,8
Borba	70,1	135,7	93,6
Estremoz	177,3	49,5	-72,1
Évora	865,2	449,5	-48,0
Montemor-o-Novo	496,0	585,7	18,1
Mora	166,4	151,3	-9,1
Mourão	11,9	260,9	2092,4
Portel	183,8	180,0	-2,1
Redondo	203,6	911,4	347,6
Reguengos de Monsaraz	406,7	914,9	125,0
Vendas Novas	326,4	474,7	45,4
Viana do Alentejo	264,5	273,9	3,6
Vila Viçosa	220,8	64,9	-70,6

Fonte: PORDATA. Inquérito ao Financiamento Público das Atividades Culturais das Câmaras Municipais, INE. Dados obtidos em 03-08-2015.

Quadro F. 12. Indicadores dos estabelecimentos de alojamento turístico por município, 2014

NUT/Concelho	Estada média de hóspedes estrangeiras/os	Hóspedes por habitante	Proporção de hóspedes estrangeiras/os	Proporção de dormidas entre julho-setembro
	N.º de noites	N.º	%	
Continente	3,1	1,6	55,6	40,3
Alentejo	1,9	1,2	30,0	41,1
Alentejo Central	1,6	2,2	42,8	36,2
Alandroal	2,6	0,4	8,9	47,2
Arraiolos
Borba	3,0	0,3	8,9	40,6
Estremoz	1,5	2,2	28,0	29,9
Évora	1,5	4,4	52,1	35,6
Montemor-o-Novo	2,1	0,8	22,9	38,8
Mora	2,5	0,5	9,1	36,2
Mourão	1,3	0,6	13,9	45,0
Portel	1,7	0,4	9,0	41,3
Redondo	1,8	0,7	25,5	42,7
Reguengos de Monsaraz	1,8	2,1	12,0	39,3
Vendas Novas
Viana do Alentejo	4,8	0,3	8,3	47,8
Vila Viçosa	1,7	2,1	26,0	38,9

Proveitos de aposento: Valores cobrados pelas dormidas realizadas por todos os hóspedes nos estabelecimentos hoteleiros.

Fonte: Anuário Estatístico da Região Alentejo, 2014.

Quadro F. 13. Estada média no estabelecimento e taxa líquida de ocupação-cama, 2014

NUT/Concelho	Estada média no estabelecimento				Taxa líquida de ocupação-cama			
	Total	Hotelaria	Alojamento local	TER/TH	Total	Hotelaria	Alojamento local	TER/TH
	N.º de noites				%			
Continente	2,6	2,7	2,1	2,1	40,9	43,6	29,4	19,4
Alentejo	1,8	1,8	1,7	2,1	26,5	30,7	18,6	19,9
Alentejo Central	1,6	1,6	1,6	1,7	34,3	44,4	20,9	18,1
Montemor-o-Novo	1,6	1,9	20,4	9,2

Legenda: *TER / TH*: Turismo no espaço rural e Turismo de habitação; *Taxa líquida de ocupação-cama*: Relação entre o número de dormidas e o número de camas disponíveis no período de referência, considerando como duas as camas de casal.

Fonte: Anuário Estatístico da Região Alentejo, 2013.

Quadro F. 14. Proveitos de aposento nos estabelecimentos de alojamento turístico por município, 2014

Euro - Milhares

NUT/Concelho	Proveitos de aposento			
	Total	Hotelaria	Alojamento local	TER/TH
Continente	1.404.935	1.281.687	96.500	26.748
Alentejo	56.124	41.513	5.406	9.206
Alentejo Central	17.394	14.118	1.481	1.795
Montemor-o-Novo	1.267	236

Legenda: *TER / TH*: Turismo no espaço rural e Turismo de habitação; Proveitos de aposento: Valores cobrados pelas dormidas realizadas por todos os hóspedes nos estabelecimentos hoteleiros.

Fonte: Anuário Estatístico da Região Alentejo, 2014.

Quadro F. 15. Hóspedes e dormidas nos estabelecimentos de alojamento turístico por município, 2014

NUT/Concelho	Hóspedes				Dormidas			
	Total	Hotelaria	Alojamento local	TER/TH	Total	Hotelaria	Alojamento local	TER/TH
	N.º							
Continente	15.749.825	13.576.322	1.831.672	341.831	41.083.957	36.548.366	3.804.637	730.954
Alentejo	919.205	683.525	123.702	111.978	1.664.296	1.216.432	214.089	233.775
Alentejo Central	349.651	273.092	40.439	36.120	551.628	424.830	64.165	62.633
Montemor-o-Novo	13.016	2.940	21.344	5.434

Legenda: *TER / TH*: Turismo no espaço rural e Turismo de habitação.

Fonte: Anuário Estatístico da Região Alentejo, 2014.

Quadro F. 16. Hóspedes nos estabelecimentos de alojamento turístico por município, segundo o país de residência habitual, 2014

NUT/Concelho	Total	Portugal	Europa (excluindo Portugal)	UE28 (excluindo Portugal)					África	América	Ásia	Oceânia / n.e.
				Total	Alemanha	Espanha	França	Reino Unido				
Continente	15.749.825	6.994.392	6.804.404	6.377.372	784.933	1.466.135	935.243	1.368.088	159.253	1.218.641	455.880	117.255
Alentejo	919.205	643.147	205.514	193.484	24.613	59.528	38.710	17.229	2.194	51.675	13.451	3.224
Alentejo Central	349.651	199.938	95.562	90.075	12.377	21.711	21.050	7.686	784	41.374	9.941	2.052
Alandroal	2.431	2.215	205	199	21	60	16	11	0	10	1	0
Arraiolos
Borba	2.342	2.134	179	176	23	65	25	16	0	19	9	1
Estremoz	29.534	21.260	6.315	6.040	832	1.795	1.588	615	70	1.527	304	58
Évora	241.406	115.524	76.502	72.010	10.084	16.670	17.527	5.081	648	37.712	9.119	1.901
Montemor-o-Novo	13.016	10.029	2.269	2.114	245	513	359	305	17	623	62	16
Mora	2.463	2.240	213	210	15	99	29	33	0	8	0	2
Mourão	1.472	1.268	185	167	15	55	42	13	0	14	2	3
Portel	2.333	2.123	198	175	24	67	46	7	0	12	0	0
Redondo	4.806	3.581	1.032	998	148	234	212	75	2	150	28	13
Reguengos de Monsaraz	22.113	19.468	2.143	1.990	249	585	422	219	13	422	51	16
Vendas Novas
Viana do Alentejo	1.755	1.609	142	84	5	12	11	11	0	4	0	0
Vila Viçosa	17.359	12.849	3.571	3.420	477	1.121	482	464	31	684	184	40

Fonte: Anuário Estatístico da Região Alentejo, 2014.

Quadro F. 17. Dormidas nos estabelecimentos de alojamento turístico por município, segundo o país de residência habitual, 2014

NUT/Concelho	Total	Portugal	Europa (excluindo Portugal)	UE28 (excluindo Portugal)					África	América	Ásia	Oceânia / n.e.
				Total	Alemanha	Espanha	França	Reino Unido				
Continente	41.083.957	13.822.590	22.794.349	21.533.067	2.883.604	3.463.403	2.487.008	6.269.354	560.066	2.793.580	854.764	258.608
Alentejo	1.664.296	1.126.511	415.873	392.816	49.860	112.750	87.476	37.948	7.007	91.360	17.922	5.623
Alentejo Central	551.628	316.501	151.022	141.561	19.547	31.802	31.422	15.041	1.344	67.624	11.705	3.432
Alandroal	4.256	3.686	550	538	42	107	33	18	0	19	1	0
Arraiolos
Borba	3.565	2.944	558	555	49	164	91	46	0	37	25	1
Estremoz	42.202	29.895	9.064	8.701	1.166	2.477	1.992	1.053	92	2.506	443	202
Évora	375.983	183.188	116.342	108.809	15.724	23.855	25.294	9.428	1.143	61.789	10.451	3.070
Montemor-o-Novo	21.344	15.095	5.052	4.702	517	980	856	680	30	1.039	98	30
Mora	4.251	3.696	543	511	23	228	65	33	0	10	0	2
Mourão	2.415	2.158	236	217	25	82	49	13	0	16	2	3
Portel	5.315	4.963	332	302	50	101	86	9	0	20	0	0
Redondo	8.188	6.032	1.875	1.796	266	341	434	132	4	220	32	25
Reguengos de Monsaraz	36.464	31.620	4.134	3.911	524	873	837	480	20	609	65	16
Vendas Novas
Viana do Alentejo	3.135	2.427	704	298	21	12	21	16	0	4	0	0
Vila Viçosa	29.737	22.175	6.134	5.925	664	1.863	972	907	52	1.055	252	69

Fonte: Anuário Estatístico da Região Alentejo, 2014.

Quadro F. 18. Espectadores de espetáculos ao vivo

Período de referência dos dados (1)	Nº de Espectadores		
	Alentejo	Alentejo Central	Montemor-o-Novo
2014	769.976	163.807	25.538
2013	834.044	153.463	34.425
2012	731.053	192.172	32.265
2011	781.297	136.617	18.364
2010	1.111.309	227.035	---
2009	971.084	230.500	---
2008	1.139.439	215.429	32.155
2007	1.120.115	225.597	56.931
2006	666.757	148.929	---
2005	846.410	103.859	15.316
2004	697.275	81.727	11.844
2003	256.775	64.535	12.412
2002	335.492	80.935	9.628

(1) Quebra de série temporal em 2011. Diz-se que há uma quebra de série temporal, quando se verifica uma alteração nas normas estabelecidas para definir ou observar uma variável ao longo do tempo. A quebra pode ser o resultado de uma só alteração ou de uma combinação de várias alterações que se verificam simultaneamente num ponto de observação temporal da variável.

Fonte: INE, *Inquérito aos Espetáculos ao Vivo*.



ligados à terra

Gabinete Oliveira das Neves
desde 1993